BTCU

Deliberações dos Colegiados
do TCU e dos Relatores

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 6 | nº 178 | Sexta-feira, 29/09/2023

Pautas	1
1ª Câmara	1
2ª Câmara	30
Despachos de autoridades	68
Ministro Augusto Nardes	68
Atas	76
2ª Câmara	76

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3º a 5º do art. 295 do Regimento Interno do TCU

<http://www.tcu.gov.br>

btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF
Fones: 3527-7279/3527-7869/3527-2484/3527-5249

Presidente

BRUNO DANTAS

Vice-Presidente

VITAL DO RÊGO FILHO

Ministros

WALTON ALENCAR RODRIGUES
BENJAMIN ZYMLER
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
AROLD DO CEDRAZ DE OLIVEIRA
JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
JHONATAN DE JESUS

Ministros-Substitutos

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
MARCOS BEMQUERER COSTA
WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU

Procuradora-Geral

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais

LUCAS ROCHA FURTADO
PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores

MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA
SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ
RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Secretário-Geral

MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União de deliberações dos colegiados do TCU e relatores - v. 1, n. 1, 2018. - Brasília: TCU, 2018- .

Diário.

1. Controle externo - periódico. 2. Ato normativo - periódico. 3. Controle externo - edital. I. Brasil. Tribunal de Contas da União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

PAUTAS**1ª CÂMARA****PAUTA DA PRIMEIRA CÂMARA**
Sessão Ordinária de 03/10/2023, às 15h

A presente pauta pode, a critério dos relatores, sofrer alterações, a fim de que sejam excluídos ou incluídos processos (art. 141, § 14, do RITCU). Para visualizar a versão mais recente da pauta acesse <https://portal.tcu.gov.br/sessoes>.

As transmissões das sessões colegiadas são disponibilizadas em diversas plataformas na internet, cujos links encontram-se no portal do Tribunal (<https://portal.tcu.gov.br/sessoes/>). Eventual indisponibilidade de um dos serviços de transmissão não invalidará ou suspenderá o curso das sessões.

As sustentações orais deverão ser realizadas exclusivamente de forma presencial, nos termos da Resolução nº 335, de 25/3/2022, e do art. 168 do Regimento Interno.

PROCESSOS RELACIONADOS**Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES**

- 000.124/2022-2 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Prefeitura Municipal de Japeri - RJ .
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Japeri - RJ.
Representação legal: não há.
- 003.322/2023-8 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Andrea Claudia Lopes; Berenice Francisca Lopes; Jaqueline Campelo Barros; Lucina Ferreira Maciel; Maria Elenita Lopes; Maria de Fatima Lopes; Maria de Lourdes Lopes; Maria de Nazare Monteiro Menescal; Maria do Socorro Lopes; Sanira Monteiro Santos Pereira; Sephora Claudia Lopes; Suely Pereira Webering; Telma Menescal Pereira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 007.459/2014-9 - Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessada: Maria Genilse dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal.
Representação legal: Larissa Duarte Testolin (OAB-DF 33.815), Rodrigo Dalmeida Couto Pessoa (OAB-DF 17.272/E) e outros, representando Maria Genilse dos Santos.
- 007.610/2023-8 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Conceição dos Santos; Maria Batista de Queiroz.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

- 007.619/2023-5 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Cleide Xavier de Lima Melquem; Karina Xavier de Lima Lopes; Luciana Xavier de Lima; Sandra Regina Silva; Silvana Bianchi Jau; Sueli Bianchi Jau; Zilda Xavier de Lima Bawens.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 012.528/2023-4 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Jefferson Antunes Brasil; Sonia Mara Gantes Rodrigues Dias.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
Representação legal: não há.
- 016.250/2023-0 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Luciana Botelho Pacheco; Paulo Roberto Cavalcante Sampaio.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados.
Representação legal: não há.
- 020.378/2023-8 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Ceni Porto Sad; Ruth Cherem Cavalcante.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.
- 020.389/2020-5 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Natalia Simon Pugnali.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará - PA.
Representação legal: Gean Carlos Carneiro Barros (OAB-PA 27.360), representando Natalia Simon Pugnali.
- 021.078/2023-8 - Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessado: Savana Marinho Chevitaresh Parada.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba.
Representação legal: não há.
- 021.255/2023-7 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Ilidio Teixeira de Sousa Filho.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS.
Representação legal: não há.
- 021.305/2023-4 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Waldismar Alves Lopes.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
Representação legal: não há.

- 022.438/2023-8 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Boaventura Dias da Silva; Cleci Maria Cabreira de Lima; Marcos Luiz Felipe da Silva; Pedro Goncalves da Silva; Raimundo Goncalo da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.
- 022.570/2023-3 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Iraci Oliveira da Cunha.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.
- 022.626/2023-9 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Jorgina da Rocha Consul; Lindamar Ricardo Vitoriano da Silva; Neiva de Lourdes de Almeida Duarte; Silvana Maria Chechi Thomaz; Silvia Cristina Beltrao Winiawer.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.
- 022.652/2023-0 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Juliano de Barros de Jesus; Valdir Carvalho de Jesus.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
Representação legal: não há.
- 022.736/2023-9 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Neyde Mary do Amaral Almeida.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.
- 031.592/2019-8 - Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessado: Roberto Carlos Marques Lyrio.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.
- 037.448/2021-8 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Confederação Brasileira de Esgrima; Gerli dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial do Esporte (extinto).
Representação legal: não há.

Ministro BENJAMIN ZYMLER

- 007.505/2023-0 - Natureza:** APOSENTADORIA.
Interessados: Cesar Augusto Brasil Pereira Pinto.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras.
Representação legal: não há.

- 007.601/2023-9 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Vania Leidy da Silva Moreira; Vera Lucia da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 009.155/2021-0 - Natureza:** PEDIDO DE REEXAME EM APOSENTADORIA.
Recorrente: Francisco José Pereira Barbosa.
Interessados: Carmen Carvalho Romualdo; Francisco José Pereira Barbosa; Nilda Aparecida Pereira.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Representação legal: Marlucio Lustosa Bonfim (OAB-DF 16.619) e outros, representando Francisco José Pereira Barbosa.
- 013.494/2023-6 - Natureza:** PENSÃO CIVIL.
Interessadas: Maria Helena do Socorro Campos; Maria Ivanilde de Castro Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia.
Representação legal: não há.
- 013.638/2023-8 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Gloria de Lourdes Barbosa Ferreira; Joao Lucas da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba.
Representação legal: não há.
- 013.681/2023-0 - Natureza:** PENSÃO CIVIL.
Interessadas: Ester Bastos Vasconcelos Teperino Rodrigues; Maria Pereira de Souza Dantas; Valdineia Nogueira da Cunha Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.
- 013.992/2023-6 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Petrucia Maria de Siqueira Cavalcante.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.
- 014.123/2023-1 - Natureza:** PENSÃO CIVIL.
Interessadas: Aide Floriano de Souza Fonseca; Bernadete Ferreira de Jesus; Neusa Santos Noronha.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
Representação legal: não há.
- 014.171/2023-6 - Natureza:** PENSÃO CIVIL.
Interessadas: Magda Lucia Victor dos Passos; Maria Izabel Avelar Sepulveda.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
Representação legal: não há.

- 014.242/2023-0 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Alcione Batista da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Representação legal: não há.
- 014.273/2023-3 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Gesilda Andrade Rocha.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.
Representação legal: não há.
- 014.284/2023-5 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Leo Thaddeu de Vasconcelos Pinto.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
Representação legal: não há.
- 014.501/2021-0 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.
Responsável: Ferlim Serviços Técnicos Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal do Andaraí.
Representação legal: não há.
- 016.454/2023-5 - Natureza:** PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE.
Interessadas: Avani Pereira Paes Leme; Berenice Carvalho Cavalcante; Joaquina Secundina da Silva; Maria Fernandes da Silva; Nair Lopes de Paula.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 016.462/2023-8 - Natureza:** PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE.
Interessadas: Clotildes Rodrigues Antunes; Julia Fernandes Ragalzi; Maria Arminda Candido Trindade.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 016.602/2023-4 - Natureza:** PENSÃO MILITAR.
Interessadas: Ana Cláudia de Abreu Baudel; Berenice de Sousa Santos; Geciane Sabino dos Santos Oliveira; Gecilde Sabino dos Santos; Gecilene Maria Sabino dos Santos; Kaliandra Maria Bezerra; Maria Aparecida Albino dos Santos Sabino; Maria Elisângela Bezerra; Maria Elizabete Bezerra; Maria Tereza de Abreu Baudel; Maria do Socorro Bezerra; Nadja de Abreu Baudel; Nilma Baudel da Costa Oliveira; Nilze Maria de Abreu Baudel; Valeria Virginia Gomes de Souza; Vaneide Maria Gomes de Souza; Vania Margareth Gomes de Souza; Vera Lucia Gomes de Sousa; Veronica Gomes de Souza; Vilma Gomes de Sousa.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

- 016.673/2022-0 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Maria Tereza dos Prazeres Vergnano.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Representação legal: não há.
- 016.911/2023-7 - Natureza:** PENSÃO MILITAR.
Interessadas: Helena Ribeiro Teixeira; Isabel Cristina Moraes Silva; Janduy Santos de Mello; Joelma Cristiani da Silva Teixeira; Leila de Souza Soares Pereira; Luciana Maria dos Santos Silva; Maria da Conceicao Sousa Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 017.556/2022-8 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Leodir Lopes Barbosa; Nosimar Ferreira dos Santos Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há
- 018.342/2023-0 - Natureza:** PENSÃO MILITAR.
Interessadas: Deolinda da Silva de Oliveira; Margareth Baroud Medeiros Bomfim; Nilza Mello da Silva; Solange Pereira Caldas; Valdete Barros de Freitas.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 018.619/2023-1 - Natureza:** REFORMA
Interessados: Edmar Bermudes da Silva; Goncalo Alves do Nascimento Neto; Izalmir Ferreira da Cruz Filho; Jose Francisco Caxito; Luiz Carlos Quintanilha de Vargas.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 018.906/2023-0 - Natureza:** REFORMA
Interessados: Antonio Carlos Macarths Lucena; Arthur Araujo da Silva; Jose Mendes Magalhaes; Marco Afonso de Nazareth; Nelson Augusto de Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 018.978/2023-1 - Natureza:** REFORMA
Interessados: Antonio Francisco Ribeiro Araujo; Francisco Evangelista dos Santos; Jose Expedito Barbosa Muniz; Ostenes Luis Macedo; Rubem Afonso de Melo.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

- 019.013/2023-0 - Natureza:** REFORMA
Interessados: Belmiro Jose Mariano Heringer; Jorge Ivan Gil Pontes; Lucio Camargo Arguelho; Valmir Freitas; Walmir Lage.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 019.036/2023-0 - Natureza:** REFORMA
Interessados: Luis Marcos Galvao Damasceno; Luiz Carlos Nunes Loureiro; Marcos Antonio Ramos Felix; Rodney Hertz Cardoso de Franca e Silva; Simone Suely Seixas de Queiroz.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 019.118/2023-6 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Wanda Goncalves Brasil.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.
Representação legal: não há.
- 022.294/2022-8 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Almira Ventura Mirabal Brandao; Almira Ventura Mirabal Brandao; Arlete Ventura Mirabal; Arlete Ventura Mirabal; Cassia Maria Ventura Mirabal; Cassia Maria Ventura Mirabal; Centro de Controle Interno do Exército; Joyce Kelly Mirabal de Carvalho; Joyce Kelly Mirabal de Carvalho; Leonia Conceicao Valerio Mirabal; Leonia Conceicao Valerio Mirabal; Maria Aparecida Ventura Mirabal; Maria Aparecida Ventura Mirabal; Maria Claudete Ventura Mirabal; Maria Claudete Ventura Mirabal; Maria Eduarda Mirabal da Silva; Maria Eduarda Mirabal da Silva; Matheus Ventura Mirabal; Matheus Ventura Mirabal; Ocilene Mirabal Bentes; Ocilene Mirabal Bentes; Rita de Cassia Ventura Mirabal; Rita de Cassia Ventura Mirabal
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército
Representação legal: não há
- 022.323/2023-6 - Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessado: Kermitis Santos Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: não há.
- 022.507/2023-0 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Celia Hissae Watanabe; Jordao Jose de Oliveira; Julio Cesar Dalmas Ferreira; Juselei Lopes.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.

- 022.608/2023-0 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessadas: Angelica de Souza; Maria Helena Barbosa Bezerra; Roneide Nascimento da Cruz; Selvalina Maria Alexandre Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há
- 022.721/2023-1 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Daiana Araujo Gomes; Fernando Mauricio Gabriel; Maria Helena Frederico Fumes; Neide Maria Frederico Fumes; Rosali Fatima Gargetti.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.
- 026.587/2020-3 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.
Responsáveis: Eder Ferreira Rodrigues da Silva e Unipabe - União dos Paraplégicos de Belo Horizonte.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial do Esporte (extinto).
Representação legal: Ricardo Roesch Morato Filho (OAB-DF 30.354).
- 026.888/2022-0 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.
Responsáveis: Antônio Faustino Cavalcanti de Albuquerque Neto; Fundação Apolônio Sales de Desenvolvimento Educacional; Ivanilda de Brito Barbosa.
Órgão/Entidade/Unidade: Gabinete do Ministro da Pesca e Aquicultura; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Gabinete do Ministro (extinto).
Representação legal: não há.
- 033.708/2013-4 - Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Procuradoria da República no Rio de Janeiro
Órgãos/Entidades/Unidades: Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há
- 036.657/2021-2 - Natureza:** PEDIDO DE REEXAME EM APOSENTADORIA
Recorrente: Florisvalda Rodrigues dos Santos.
Interessada: Florisvalda Rodrigues dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.
Representação legal: não há.

Ministro JORGE OLIVEIRA

- 005.841/2023-2 - Natureza:** REFORMA
Interessado: Wilson dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

- 005.863/2023-6 - Natureza:** REFORMA
Interessado: Joao Manoel de Andrade.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 005.891/2023-0 - Natureza:** REFORMA
Interessado: Jose Ribamar Sousa.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 005.897/2023-8 - Natureza:** REFORMA
Interessado: Juarez Peixoto dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 006.241/2022-0 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Ivo Francisco Fachi; Retromac Máquinas e Equipamentos Ltda .
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Barros Cassal/RS.
Representação legal: não há.
- 006.630/2023-5 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Agostinho Celio Andrade Patrus; Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais - Cemais; Marisa Seoane Rio Resende.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Representação legal: não há.
- 010.602/2022-4 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Samir Wayner Pereira dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - AC Curionópolis.
Representação legal: não há.
- 012.175/2022-6 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Dr Engenharia Ltda.; Osvaldo Gomes Caribe; W M e Consultoria & Projetos Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itabela - BA.
Representação legal: não há.
- 015.747/2023-9 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Eloisa Arminda Duarte Batista.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal.
Representação legal: não há.

- 016.794/2023-0 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Denise Maria Moura de Vasconcellos; Glausia Denise Kercher; Laura Andrea Torres de Freitas; Lisane Mendes e Silva Knauf; Lucas Gabriel Ribeiro Barbosa do Rego; Marcia Cristina de Freitas Bisso Quevedo; Miria de Fatima Silva Nardes; Pietro Breno Ribeiro Barbosa do Rego; Sara Souza Santos; Silvana Cristina Barbosa do Rego; Suzana Caetano do Rego Hancio.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 017.267/2023-4 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Denise Leporaes Pedro; Heloisa Brandao Miranda; Janaina Oliveira Esteves; Joana D Ark de Souza; Leila Ferreira Brandao; Maria Aparecida Brandao Costa; Maria Lucia Brandao Valeri de Kibaltchiche; Nara Anjos Baptista; Sandra Helena da Silva Baptista; Tatiana Macedo Oliveira; Vera Regina do Amaral Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 017.442/2023-0 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Diele da Silva Machado Neves; Fabiana Caetano Machado dos Santos; Katia Caetano Machado dos Santos; Laura Nunes de Oliveira Freitas; Luiz Otavio Mendes Neves; Marcela Carla C dos S Cabral; Marcelina Carla Caetano dos Santos; Maria Jose Gabriel Muniz; Teresinha do Perpetuo Socorro Rodrigues.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 018.131/2023-9 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Elisangela Felix de Souza Braga; Hilda Maria Oliveira Nunes; Margarida Maria Freitas Goncalves; Maria Soraya Marques Domingues; Maria das Gracas Lima da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 018.364/2023-3 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Alexandra Telles de Castro; Diana Alvares Salis; Jussara da Fontoura Guarana; Lucilia Pereira Mattos Carvalho; Rosangela Pereira Mattos; Roseli de Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 019.916/2023-0 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Maria José Monteiro.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.
Representação legal: não há.

- 019.946/2022-8 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Monica da Silva Santos Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.
Representação legal: não há.
- 021.202/2023-0 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Lucivan Nogueira Veras.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.
Representação legal: não há.
- 021.278/2023-7 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Manoel Muniz da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério de Minas e Energia.
Representação legal: não há.
- 021.286/2023-0 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Erivaldo Cabral da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
Representação legal: não há.
- 021.303/2023-1 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Francisco Chagas da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
Representação legal: não há.
- 021.348/2023-5 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jose Leite da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
Representação legal: não há.
- 021.354/2023-5 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Cibeles Carvalho Diniz.
Órgão/Entidade/Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
Representação legal: não há.
- 021.367/2023-0 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Rosa Virginia Araujo de Andrade.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

- 021.433/2023-2 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Ana Candida Grando Perez; Fatima Regina Grando de Soza; Maria Lucia Grando da Fonseca; Romilda Egues de Macedo; Rosani Fatima Egues Castrillon; Rosaura Santos Barbier Martins; Ruth Amaral Amorim; Suzana Santos Barbier.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 022.360/2023-9 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Mario Freitas de Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados.
Representação legal: não há.
- 022.671/2023-4 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Elizabeth Aparecida Fernandes Raposo; Gizelia de Pontes Cordula; Jose Francisco Ismael Filho; Maria Mascarenhas Freire Tejo; Neuza Ribeiro Vasconcellos.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.
- 022.694/2023-4 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessadas: Neuza Romero Lima; Rosemari Aguiar da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.
- 033.135/2023-1 - Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: LRC Midia Out of Home Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Representação legal: Debora Souza de Faria (OAB/MG 201.206), Maria Raquel de Sousa Lima Uchoa Costa (OAB/MG 62.954) e outros, representando LRC Midia Out of Home Ltda.
- 033.185/2023-9 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessada: Anne Caroline do Nascimento Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 033.193/2023-1 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Katia Bernardo do Nascimento Silva; Suely Pereira do Nascimento.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 033.200/2023-8 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessada: Julia Thereza Alexandre Guerra.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

Ministro JHONATAN DE JESUS

- 002.481/2023-5 - Natureza:** REPRESENTAÇÃO
- Representante:** Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.
- Órgão/Entidade/Unidade:** Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal.
- Interessado:** Hospital Maria Auxiliadora S/A.
- Representação legal:** Terence Zveiter (OAB/DF 24.454) e outros, representando Hospital Maria Auxiliadora S/A.
- 003.325/2023-7 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
- Interessadas:** Ciane Mendes da Silva Dayube; Danielle Cristine Mendes da Silva; Eliane Alves dos Santos Silva; Leone Maria Coelho Brites Pinto; Leonice Bezerra Coelho; Maria Francisca Veiga Fontes; Maria Regina de Carvalho Rocha; Silvia Beatriz de Carvalho Rocha Figueiras; Sorean Mendes da Silva Thome.
- Órgão/Entidade/Unidade:** Comando da Marinha.
- Representação legal:** não há.
- 005.635/2023-3 - Natureza:** APOSENTADORIA
- Interessada:** Maria da Conceição Alves da Silva.
- Órgão/Entidade/Unidade:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- Representação legal:** não há.
- 005.898/2023-4 - Natureza:** REFORMA
- Interessado:** Matheus Rodrigues da Silva.
- Órgão/Entidade/Unidade:** Comando da Marinha.
- Representação legal:** não há.
- 007.614/2023-3 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
- Interessadas:** Alexandra Lucio dos Santos; Clelia da Silva Machado Santos; Genilda Lucas do Nascimento; Geny Lucas do Nascimento; Naiara Patricia Oliveira dos Santos; Rita de Cassia da Silva Machado; Rosalia Machado dos Anjos; Rosemary Vasques de Araujo; Sayonara Wilma Oliveira dos Santos; Zaramar Catarina da Silva Machado.
- Órgão/Entidade/Unidade:** Comando da Marinha.
- Representação legal:** não há.
- 009.066/2023-3 - Natureza:** APOSENTADORIA
- Interessado:** Walter Evangelista da Costa.
- Órgão/Entidade/Unidade:** Fundação Universidade Federal do Maranhão.
- Representação legal:** não há.

- 009.105/2023-9 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Tania Regina Santos Ribeiro.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Representação legal: não há.
- 009.136/2023-1 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Maria Helena de Almeida.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal.
Representação legal: não há.
- 009.165/2023-1 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Deuslene Ramos Silva Farias.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho (extinta).
Representação legal: não há.
- 011.447/2022-2 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Cleri Camilotti.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Três Passos/RS.
Representação legal: não há.
- 013.589/2023-7 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Margareth Heromelia dos Santos Martins.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Representação legal: não há.
- 014.009/2021-8 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Eraldo Jose Bonzanini; Sociedade Beneficente Roque Gonzales .
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde/MS.
Representação legal: não há.
- 015.627/2023-3 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Lucia Maria Carneiro de Campos Costa.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
Representação legal: não há.
- 015.659/2023-2 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Ana Lucia Goncalves Vasques Bertoncini.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.
Representação legal: não há.

- 016.466/2023-3 - Natureza:** PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE
Interessadas: Ana dos Santos Duarte; Izabel Garcia Cerqueira; Josefa Maria de Lima; Maria Emilia Alves Binas; Zilda Maria de Oliveira Peres; Zilma Maria de Oliveira Nascimento; Zoraide Maria de Oliveira Godinho.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 017.312/2023-0 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Andrea Lucia de Araújo; Danielle Cristina de Araújo; Debora Luciene de Araújo Marcondes Cesar; Denise Lucimar de Araújo; Iris Duarte de Jesus Cavalcante; Joao Victor Carelo de Oliveira Rodrigues; Larissa da Rocha Vieira; Mara Clotildes Gomes da Silva Toledo; Maria Auxiliadora Santos de Souza; Maria Eduarda Carelo de Oliveira Rodrigues; Maria do Rosario Costa Carvalho de Araújo; Marilu Romero da Silva; Marina Romero da Silva; Roberto Coelho Rodrigues Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha
Representação legal: não há
- 019.914/2023-7 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jeferson Luiz Cadamuro Nunes.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
Representação legal: não há.
- 020.416/2023-7 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Caua Lima Ribeiro dos Santos; Maria da Conceicao Soares Maciel; Marilene de Almeida Ruas; Neurici Pinheiro Ferreira; Nilo Firmiano.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.
- 021.061/2023-8 - Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessada: Halyne Rosa da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: não há.
- 021.090/2023-8 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jose Uilame de Castro Matos.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

- 021.239/2023-1 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Alexandre Soares Alves; Bartolomeu da Silva Pinto; Jose Luiz de Azevedo; Romario de Souza Moura Neto; Valdecy da Silva Costa.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 021.266/2023-9 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Tania Maria Reis Pontes Dantas.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba.
Representação legal: não há.
- 021.277/2023-0 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Jose Eugenio dos Santos; Jose Guilherme Aires Lima; Luiz Olegario da Silva; Marcos Fernandes de Santana.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Representação legal: não há.
- 021.356/2023-8 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Maria de Nazare Freire da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União.
Representação legal: não há.
- 022.285/2023-7 - Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessado: Ana Paula Barbosa.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: não há.
- 022.294/2023-6 - Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessada: Dalvana de Marchi.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: não há.
- 022.316/2023-0 - Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessado: João Pereira da Costa.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: não há.
- 022.407/2023-5 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Jovanka Ultima Marinho.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Representação legal: não há.

- 022.463/2023-2 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Neusa Aparecida da Silva; Rui do Carmo; Silene Marcelino da Guirra; Wilson Roberto Catapani.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
Representação legal: não há.
- 022.492/2023-2 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Francisco das Chagas Rocha; Jorge Luiz do Nascimento; Jorge Pinheiro Machado; Jose Alves Sobrinho; Jose de Urubatan da Silva Duarte.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.
- 022.546/2023-5 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Claudio Santos da Cunha; Geraldo Valdeur Poitevin Gomes; Joao Carlos Padilha; Jose Luiz Chavasco Santanna; Rubi Bohmer.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.
- 022.572/2023-6 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Eliane Padilha da Silva Figueiredo.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.
- 022.636/2023-4 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Alda Neves Vidal; Humberto de Freitas Diniz; Maria Batista da Silva Santos; Marilanda de Souza Cabral da Silva; Matilde Santos Moraes.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.
- 022.679/2023-5 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Francisco Cleiton Costa Cardoso; Luisa do Nascimento Costa Cardoso.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Representação legal: não há.
- 022.695/2023-0 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessadas: Dayse Silva Leal; Marieta Falangola de Melo.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.

- 028.012/2022-4 - Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessado: Philipe Alexandre Acacio dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: não há.
- 031.832/2023-7 - Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessado: Douglas Severiano dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: não há.
- 031.858/2023-6 - Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessado: Marcelo Yudi Nariji.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: não há.
- 040.124/2021-5 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Eliane Abreu Souza dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
Representação legal: não há.

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

- 017.010/2023-3 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Del Marina de Souza Freire; Francisca Neuma Lopes Gurgel; Iracema Araujo Costa; Lea de Oliveira Silva; Regina Barreto de Carvalho.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro JORGE OLIVEIRA

028.483/2016-2 - Recursos de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares as contas especiais, com imputação de débitos e multas, em virtude de recebimento indevido de diárias e de reembolsos de despesas com alimentação.

Recorrentes: Antônio Márcio Coimbra; Ericson Leão Bezerra; Genésio Pessoa de Albuquerque Júnior; Luiz Edmundo Gravatá Maron e Rubens Côrte Real de Carvalho

Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Odontologia

Representação legal: Suzana de Camargo Gomes (OAB-MS 16.222), representando Ailton Diogo Morilhas Rodrigues; Michel Grumach (OAB-RJ 169.794) e outros, representando Antônio Márcio Coimbra; Célio Alberto Cruz de Oliveira (OAB-AM 2.906) e outros, representando Ericson Leão Bezerra; João Guilherme Cavalcanti de Albuquerque (OAB-PE 34.612) e outros, representando Genésio Pessoa de Albuquerque Júnior; Luis Henrique Cesar Prata (OAB-DF 39.956), Beatriz Abraão de Oliveira (OAB-RJ 83.851) e Marcelo Coelho Pereira (OAB/RJ 162.166), representando Luiz Edmundo Gravatá Maron; Luis Henrique César Prata (OAB/DF 39.956) e outros, representando Rubens Côrte Real de Carvalho

Interesse em sustentação oral:

- **Luis Henrique Cesar Prata (OAB/DF nº 39.956) e Patricia de Camargo Figueiredo (OAB/DF nº 20.779)**, em nome de RUBENS CÔRTE REAL DE CARVALHO

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

015.445/2023-2 - Embargos de declaração interposto por General Contractor Construtora Eireli contra o Acórdão 6541/2023 - TCU - 1ª Câmara

Interessado/Responsável/Recorrente: General Contractor Construtora Eireli.

Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Representação legal: Nivea Estevão dos Santos (OAB-RJ 245.489), representando General Contractor Construtora Eireli.

Ministro BENJAMIN ZYMLER

- 001.708/2023-6 -** Pedido de reexame contra deliberação em que negado registro a ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Jacqline Marques da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB-DF 22.256), representando Jacqline Marques da Silva.
- 002.714/2022-1 -** Pedido de reexame interposto contra acórdão da 1ª Câmara que considerou ilegal ato de aposentadoria emitido no âmbito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).
Interessado/Responsável/Recorrente: José Agenor Soares Galvão.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
Representação legal: não há.
- 002.783/2022-3 -** Pedido de reexame contra deliberação em que negado registro a ato de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Carlos Henrique Garcia Andolfatto.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
Representação legal: não há.
- 005.420/2021-0 -** Tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados para a concessão de bolsa de doutorado no exterior.
Responsável: Dweyme de Freitas.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
Representação legal: não há.
- 005.843/2023-5 -** Ato de reforma.
Interessados/Responsáveis: Alberto Braga Vieira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 005.860/2023-7 -** Ato de reforma.
Interessado: Edison Gomes dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha
Representação legal: não há

- 005.875/2023-4 -** Ato de reforma.
Interessado: José Antônio dos Santos Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha
Representação legal: não há
- 006.025/2023-4 -** Ato de aposentadoria.
Interessados/Responsáveis: Maria do Amparo Tonholo de Aguiar.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.
- 006.641/2022-9 -** Pedido de reexame interposto contra acórdão que considerou ilegal ato de aposentadoria.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Alfredo de Paulo Andrade, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
Representação legal: não há.
- 015.553/2022-1 -** Ato de aposentadoria.
Interessados/Responsáveis: Jose Paulo Vieira de Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
Representação legal: não há.
- 015.584/2023-2 -** Ato de aposentadoria.
Interessados/Responsáveis: Luiz Augusto Ignacio.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Representação legal: não há.
- 016.137/2023-0 -** Ato de pensão militar.
Interessados/Responsáveis: Maria de Lourdes Goulart Loyola; Raquel Szerwinski Loyola.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 019.436/2022-0 -** Pedido de reexame interposto contra acórdão que considerou ilegal ato de pensão militar.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Centro de Controle Interno do Exército; Theresinha dos Santos Gomes; Vera Lucia Gomes Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: Jorge Luiz Vaz Lobato (OAB-RJ 151.112) e Flavia Valeria Gomes Campos (OAB-RJ 160.386), representando Vera Lucia Gomes Santos.
- 019.947/2023-2 -** Ato de aposentadoria.
Interessados/Responsáveis: Elisane Pierotto.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
Representação legal: não há.

- 020.302/2023-1 -** Ato de pensão civil.
Interessados/Responsáveis: Rosemeire Soares da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Representação legal: não há.
- 031.819/2023-0 -** Ato de admissão.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Interessada: Micheli Adriana de Castro
Representação legal: não há
- 031.826/2023-7 -** Ato de admissão.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Interessada: Camila Oliveira Mello
Representação legal: não há
- 031.854/2023-0 -** Ato de admissão.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Interessada: Erica Cristina da Silva Bezerra
Representação legal: não há
- 031.860/2023-0 -** Ato de admissão.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Interessado: Guilherme Souza Koch
Representação legal: não há
- 033.192/2023-5 -** Ato de pensão militar.
Interessada: Sebastiana Bobadilha Davila
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha
Representação legal: não há
- 034.467/2017-3 -** Recurso de reconsideração interposto pelo sr. Maurício César de Carvalho contra decisão que julgou irregulares suas contas, condenou-o em débito, solidariamente com outro responsável, e aplicou-lhe multa individual.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Instituto Sul-Americano de Desenvolvimento Sustentável; Maurício César de Carvalho.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Contagem/MG.
Representação legal: não há.

- 036.458/2019-8 -** Tomada de contas especial instaurada em razão de omissão no dever de prestar contas de termo de compromisso firmado para a construção de instalação portuária pública de pequeno porte no Município de Japurá/AM.
Interessados/Responsáveis: Gracineide Lopes de Souza; Raimundo Guedes dos Santos; Red Engenharia Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
Representação legal: Naiane Pimentel de Melo (OAB-AM 9.126), Renata Andrea Cabral Pestana Vieira (OAB-AM 3.149) e outros, representando Gracineide Lopes de Souza; Gustavo Augusto Bastos Domingos (OAB-AM 13.691), Gislaine Viana Mendes de Oliveira (OAB-AM 17.054) e outros, representando Raimundo Guedes dos Santos; Renata Andrea Cabral Pestana Vieira (OAB-AM 3.149), representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Daniel Augusto Silva Resende (OAB-AM 16.221), Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB-AM 7.982) e outros, representando Red Engenharia Ltda.
- 040.870/2019-7 -** Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas dos responsáveis, com débito e multa, ante a omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por força do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, no exercício de 2014.
Recorrente: Dilcilene Guimarães de Melo Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Boa Vista do Gurupi/MA.
Representação legal: Izabella Mattar Moraes (OAB-DF 58.035), Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos (OAB-DF 51.954); Luís Fellipe Magalhães Pereira (OAB-DF 60.839), Paulo Humberto Freire Castelo Branco (OAB-MA 7.488-A).
- 045.576/2021-1 -** Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio de Contrato de Repasse firmado entre o Ministério da Agricultura (Mapa), representado pela Caixa Econômica Federal (Caixa), e o município de Guimarães/MA.
Interessados/Responsáveis: Caixa Econômica Federal; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Nilce de Jesus Farias Ribeiro; William Guimarães da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Guimarães/MA.
Representação legal: Paulo Humberto Freire Castelo Branco (OAB-MA 7.488-A), representando Nilce de Jesus Farias Ribeiro.

Ministro JORGE OLIVEIRA

- 000.161/2022-5 -** Tomada de contas especial instaurada em decorrência de inexecução total de termo de compromisso celebrado com aquele município para a construção de 117 módulos sanitários domiciliares.
Responsáveis: Idevaldo Ribeiro da Silva e João Dias Ribeiro e Construtora Cristal Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Várzea Branca/PI
Representação legal: Janylle de Melo Mota (OAB-PI 13.229), representando Idevaldo Ribeiro da Silva
- 002.887/2022-3 -** Embargos de declaração opostos pelo Senado Federal contra decisão que deu provimento parcial a pedido de reexame interposto contra acórdão que julgou ilegal e negou registro ao ato de aposentadoria de ex-servidora, em decorrência da incorporação de quintos após a Lei 9.624/1998 e do reajuste indevido do valor dessas parcelas.
Embargante: Senado Federal
Interessada: Maria de Fátima Correa de Mello Monken
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: Edvaldo Fernandes da Silva (OAB/DF 19.233)
- 008.823/2022-7 -** Embargos de declaração opostos pelo Senado Federal contra decisão que deu provimento parcial a pedidos de reexame interpostos contra acórdão que julgou ilegal e negou registro ao ato de aposentadoria de ex-servidora, em decorrência da incorporação de quintos após a Lei 9.624/1998 e do reajuste indevido do valor dessas parcelas.
Embargante: Senado Federal
Interessada: Odália Pereira Gomes Magalhães
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: Edvaldo Fernandes da Silva (OAB-DF 19.233), Luís Maximiliano Leal Telesca Mota (OAB-DF 14.848) e outros
- 016.258/2022-3 -** Pedido de reexame interposto pela Câmara dos Deputados contra decisão que julgou ilegal o ato de aposentadoria de ex-servidora do órgão, negando-lhe registro, em decorrência da percepção de quintos referentes à funções comissionadas exercidas após a edição da Lei 9.624/1998, bem como o reajuste indevido dessas parcelas.
Recorrente: Câmara dos Deputados
Interessada: Sílvia Fernanda Araújo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

- 017.043/2020-4 -** Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou as contas do recorrente irregulares, condenando-lhe em débito e multa em razão da não demonstração da correta aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no exercício de 2013.
Recorrente: Ronaldo Sampaio Gomes de Mattos
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Crato/CE
Representação legal: Raimundo Ivan Araújo de Sousa Júnior (OAB/CE 36.612), Cícero Davi Silva Brito (OAB/CE 36.613), Marina Machado Vieira (OAB/CE 27.026) e outros
- 019.993/2023-4 -** Ato de aposentadoria.
Interessado: José Dantas Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Representação legal: não há
- 021.062/2023-4 -** Ato de admissão.
Interessada: Ana Carolina Vilela Souza Silvestre de Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há
- 022.406/2023-9 -** Ato de aposentadoria.
Interessado: Zulamar de Sales Barbalho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há.
- 022.654/2021-6 -** Pedido de reexame contra acórdão que considerou ilegal e negou registro ao ato de aposentadoria.
Recorrente: Câmara dos Deputados
Interessado: Luciano Gomes de Carvalho Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há.
- 023.528/2021-4 -** Pedido de reexame contra deliberação que considerou ilegal ato de alteração de aposentadoria, em decorrência do pagamento concomitante de quintos com a parcela denominada “opção” e da incidência indevida dos reajustes previstos nas Leis 12.779/2012 e 13.302/2016 sobre a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada derivada da incorporação de quintos.
Interessada: Maria da Graça Milet Pereira
Recorrente: Senado Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

- 025.517/2021-0 -** Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil.
Responsável: Rosenberg Cavalcante da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde
Representação legal: Wilson Sales Belchior (OAB-DF 33.615), representando Rosenberg Cavalcante da Cruz.
- 033.305/2019-6 -** Recurso de reconsideração interposto por Dd Servicos Medicos S/s e pelo espólio de José Carlos Dorsa Vieira Pontes contra decisão que julgou suas contas irregulares.
Recorrentes: José Carlos Dorsa Vieira Pontes; DD Serviços Médicos S/S
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Ministério da Educação
Representação legal: Paulo Tadeu de Barros Mainardi Nagata (OAB-MS 3.533-B) e Ricardo Youssef Ibrahim (OAB-MS 4.660), representando Marcelino Chehoud Ibrahim; Newley Alexandre da Silva Amarilla (OAB-MS 2.921), representando Augusto Daige da Silva; Newley Alexandre da Silva Amarilla (OAB-MS 2.921), representando DD Serviços Médicos S/S; Vinícius Carneiro Monteiro Paiva (OAB-MS 14.445), Alexandre Janólio Isidoro Silva (OAB-MS 15.656) e outros, representando José Carlos Dorsa Vieira Pontes.
- 040.316/2021-1 -** Segundos embargos de declaração opostos pelo Senado Federal contra decisão que deu provimento parcial a pedido de reexame interposto contra acórdão que julgou ilegal e negou registro ao ato de aposentadoria de ex-servidora, em decorrência da incorporação de quintos após a Lei 9.624/1998 e do reajuste indevido do valor dessas parcelas.
Embargante: Senado Federal
Interessada: Maria da Conceição Rodrigues Birbeire
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: Edvaldo Fernandes da Silva (OAB/DF 19.233)
- 041.099/2021-4 -** Embargos de declaração opostos pelo Senado Federal contra decisão que deu provimento parcial a pedido de reexame interposto contra acórdão que julgou ilegal e negou registro ao ato de aposentadoria de ex-servidor, em decorrência da incorporação de quintos após a Lei 9.624/1998 e do reajuste indevido do valor dessas parcelas.
Embargante: Senado Federal
Interessado: Adalberto Pusch
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: Edvaldo Fernandes da Silva (OAB/DF 19.233)

- 041.577/2021-3 -** Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio de convênio tendo por objeto a implantação de sistema simplificado de abastecimento de água nas localidades Canto da Porteira, Baixão da Matança e Pintadinha, na zona rural do aludido ente federado.
Responsáveis: Construtora Serte Plan Ltda.; Elias Ferreira Neto.
Órgão/Entidade/Unidade: Codevasf - Superintendência Regional de Teresina/PI - 7ª SR.
Representação legal: não há.
- 043.649/2021-1 -** Pedido de reexame interposto contra que considerou ilegal o ato de aposentadoria.
Recorrente: Senado Federal
Interessado: Edison Miranda da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: Edvaldo Fernandes da Silva (OAB/DF 19.233)

Ministro JHONATAN DE JESUS

- 006.039/2019-7 -** Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados para o Plano de Desenvolvimento da Infraestrutura Institucional de Pesquisa.
Responsáveis: Fundação Universitária de Apoio Integral ao Ser; Vera Maria Teófilo.
Órgão/Entidade/Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos.
Representação legal: Fabio Velasco de Azevedo Fayad (OAB/GO 37.703) e Larissa Ludmila Santana Oliveira (OAB/GO 56.148), representando Vera Maria Teófilo.
- 024.233/2020-0 -** Tomada de contas especial instaurada devido à não comprovação da regular aplicação de recursos federais repassados por meio de contrato de repasse.
Responsáveis: Ana Rita da Costa; Instituto de Tecnologia Sócio-Ambiental do Baixo Sul da Bahia; Victor Pinheiro de Sousa Nilo Dantas.
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal; Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Representação legal: Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB-DF 28.361), Marco Philippo Moreira Pacheco (OAB-DF 36.959) e outros, representando Victor Pinheiro de Sousa Nilo Dantas.

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

- 002.726/2022-0 -** Atos de Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação
Interessada: Zania Maria Ribeiro da Silva
Representação legal: não há

- 005.669/2022-7 -** Atos de Aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Sukow da Fonseca
Interessado: Alvino Leonardo Pinto
Representação legal: não há
- 007.008/2009-4 -** Ato de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Interessados: Ana Maria Zytkeuwisz; Edejarde João Dias; Izeu Ribeiro de Araujo; Miracir José Valle; Pedro Damazio de Andrade
Responsável: Maria Clara Kaschny Schneider
Representação legal: não há
- 009.052/2022-4 -** Tomada de contas especial instaurada em razão da inexecução parcial do objeto de Contrato de repasse, firmado com o Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo por objeto a pavimentação e drenagem com execução de meio fio e sarjeta em vias urbanas do município.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bequimão/MA
Responsáveis: Antônio José Martins e Antônio Diniz Braga Neto
Representação legal: não há
- 009.425/2023-3 -** Atos de Pensão Militar.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército
Interessadas: Cristina Toniolo Pozzobon; Eliza Dorotea Pozzobon de Albuquerque Lima; Marisa Toniolo Pozzobon; Regina Maria Pozzobon; Rosana Toniolo Pozzobon
Representação legal: não há
- 011.077/2022-0 -** Atos de Pensão Civil.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Interessada: Adriane Soares Pompeo de Sousa Brasil
Representação legal: não há
- 011.278/2022-6 -** Tomada de contas especial instaurada em razão de omissão no dever de prestar contas de recursos federais repassados por meio de Termo de Aceitação.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsável: Rodrigo Pereira Morão
Representação legal: não há
- 015.620/2023-9 -** Atos de Aposentadoria
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Interessada: Marizeth Pires
Representação legal: não há

- 016.734/2022-0 -** Atos de Pensão militar
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica
Interessada: Suely Maria Miranda de Miranda
Representação legal: não há
- 019.206/2022-4 -** Atos de Aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Interessada: Elimara Moreira Barreto
Representação legal: não há
- 022.283/2023-4 -** Atos de Admissão
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Interessado: Kadu Burtet Lucatel
Representação legal: não há
- 022.308/2023-7 -** Atos de Admissão
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Interessado: Sandro Diniz Valério
Representação legal: não há
- 022.314/2023-7 -** Atos de Admissão
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Interessado: Tiego Augusto Menezes da Silva
Representação legal: não há

2ª CÂMARA**PAUTA DA SEGUNDA CÂMARA**
Sessão Ordinária de 03/10/2023, às 10h30

A presente pauta pode, a critério dos relatores, sofrer alterações, a fim de que sejam excluídos ou incluídos processos (art. 141, § 14, do RITCU). Para visualizar a versão mais recente da pauta acesse <https://portal.tcu.gov.br/sessoes>.

As transmissões das sessões colegiadas são disponibilizadas em diversas plataformas na internet, cujos links encontram-se no portal do Tribunal (<https://portal.tcu.gov.br/sessoes/>). Eventual indisponibilidade de um dos serviços de transmissão não invalidará ou suspenderá o curso das sessões.

As sustentações orais deverão ser realizadas exclusivamente de forma presencial, nos termos da Resolução nº 335, de 25/3/2022, e do art. 168 do Regimento Interno.

PROCESSOS RELACIONADOS**Ministro AUGUSTO NARDES**

- 005.466/2022-9 - Natureza:** Tomada de Contas Especial
Unidade Jurisdicionada: Município de Caçapava do Sul-RS
Responsável: Zauri Tiaraju Ferreira de Castro
Representação legal: não há
- 005.615/2023-2 - Natureza:** Aposentadoria
Interessada: Maria de Fatima Alves Saegussa
Unidade Jurisdicionada: Conselho da Justiça Federal
Representação legal: não há
- 005.867/2023-1 - Natureza:** Reforma
Interessado: Sergio dos Santos Alves
Unidade jurisdicionada: Comando da Marinha
Representação legal: não há
- 006.046/2023-1 - Natureza:** Reforma
Interessado: Odorico Baruffi
Unidade jurisdicionada: Comando do Exército
Representação legal: não há
- 008.055/2022-0 - Natureza:** Aposentadoria
Interessada: Odete Maria Alvares
Unidade Jurisdicionada: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há
- 009.343/2023-7 - Natureza:** Pensão Civil
Interessada: Julia Martins Alfaia
Unidade Jurisdicionada: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Extinta)
Representação legal: não há

- 014.971/2021-6 - Natureza:** Tomada de contas Especial
Unidade Jurisdicionada: Hospital Central do Exército
Responsáveis: Ana Lucia Barreira de Souza; Calango Serviços Técnicos Ltda ; Carolina Terra Machado Carreira; Cns Nacional de Serviços Limitada ; Cristiano Christianis Campos; Cristiano dos Santos Martins; Edson Terra Pimenta; Eduardo de Oliveira Lima; Edval Freitas Cabral Filho; Hanna e Rose Serviço e Comercio Ltda ; Igor Santos de Carvalho; Jose Joao de Azevedo Junior; Jose Luiz Barbosa da Silva; Luis Claudio Barra Rocha; Luiz Carlos Alexandre Nunes; M3 Manutenção e Montagens Ltda ; Marcelo Henrique Dantas da Silva; Marcelo do Nascimento Maximiano; Marcio Alexandre de Lima Braz; Marco Antonio Mota da Silva; Marco Aurelio Leira; Marcos Costa de Vasconcellos; Marcus Valerius Teixeira Xavier; Mauro Cesar da Silveira Vaz; Midas Engenharia Ltda ; Monica Braga Sampaio Magalhaes; Monica Oliveira Guerra Leal; Reinaldo Fiandrini Neto; Robson Seabra Reis; Suzana Mussi Simic; Washington Luiz Lima Teixeira
Representação legal: não há
- 016.700/2020-1 - Natureza:** Aposentadoria
Responsável: Luzia Matos Mota
Interessado: Carlos Alex de Cantuaria Cypriano
Unidade Jurisdicionada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia; Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há
- 016.844/2023-8 - Natureza:** Pensão Militar
Interessadas: Adriana Gomes Pires; Elaine de Sant Anna Martins de Souza; Gloria Domingos Gomes; Maria Cristina de Almeida Gomes; Maria Leda de Araujo Andrade; Maria da Conceicao Xavier de Vasconcelos Martins; Mary Christina Pitta Pinheiro de Souza Melgaco; Regina Celia da Silva; Rejane Cristina da Silva; Rosangela de Almeida Gomes; Rose de Almeida Gomes.
Unidade Jurisdicionada: Comando do Exército
Representação legal: não há
- 020.040/2023-7 - Natureza:** Aposentadoria
Interessado: Domingos Vasco da Silva Neto
Unidade jurisdicionada: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há
- 020.314/2023-0 - Natureza:** Pensão Civil
Interessada: Maria Aguiar Portela Azevedo
Unidade Jurisdicionada: Senado Federal
Representação legal: não há
- 021.192/2023-5 - Natureza:** Aposentadoria
Interessados: Carlos Goncalves; Ninive Gomes de Oliveira Martins
Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

- 021.289/2023-9 - Natureza:** Aposentadoria
Interessada: Rita de Cassia Gimenes de Alcantara Rocha
Unidade Jurisdicionada: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há
- 021.304/2023-8 - Natureza:** Aposentadoria
Interessado: Arnaldo Thomaz Cordeiro Barbosa
Unidade Jurisdicionada: Fundação Universidade Federal do Acre
Representação legal: não há
- 021.327/2023-8 - Natureza:** Aposentadoria
Interessada: Irlanda Pereira Trassato
Unidade Jurisdicionada: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto)
Representação legal: não há
- 021.766/2022-3 - Natureza:** Aposentadoria
Interessado: Acácio Medeiros Nogueira
Unidade jurisdicionada: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há
- 022.359/2023-0 - Natureza:** Aposentadoria
Interessado: Liberato Barbosa Marques Veras
Unidade jurisdicionada: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há
- 022.668/2023-3 - Natureza:** Pensão Civil
Interessadas: Antonia Ferreira do Nascimento Costa; Francisca da Silva Sousa; Maria Suzi Soares dos Santos; Raimunda Rodrigues Freitas.
Unidade Jurisdicionada: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há
- 022.688/2023-4 - Natureza:** Pensão Civil
Interessada: Otilia da Rocha Alves
Unidade Jurisdicionada: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há
- 031.813/2023-2 - Natureza:** Admissão
Interessada: Patricia Fernandes Lage
Unidade Jurisdicionada: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

- 032.858/2023-0 - Natureza:** Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação; Ministério da Saúde
Representação legal: não há
- 033.184/2023-2 - Natureza:** Pensão Militar
Interessada: Gleide de Sa Costa
Unidade jurisdicionada: Comando da Marinha
Representação legal: não há
- 033.278/2023-7 - Natureza:** Representação
Representante: Conferir Engenharia Ltda.
Unidade Jurisdicionada: Grupamento de Apoio de Canoas-RS.
Representante: Conferir Engenharia Ltda.
Representação legal: Juan Marcel Langer Martins (OAB-RS 105573), representando a Conferir Engenharia Ltda
- 038.157/2021-7 - Natureza:** Tomada de Contas Especial
Responsável: Marcos Antonio Fermiano
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da 6ª Região Militar
Representação legal: não há
- 047.070/2020-0 - Natureza:** Tomada de Contas Especial
Unidade Jurisdicionada: Subsecretaria de Administração do Ministério da Justiça
Responsáveis: Abimael de Jesus Barros Costa; Adeyde Maria Viana; Alenon de Loyola Fleury Junior; Alexandre Augusto Aragon; Cleverson Lautert Cruz; Cristina Gross Villanova; Eurico de Salles Cidade; Fernanda Alves dos Anjos; Front Propaganda Ltda ; Gustavo Camilo Baptista; Herbert Borges Paes de Barros; Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior; Jucelino Moreira Bispo; Marcelo Dalmas Torelly; Marcilândia de Fatima Araújo; Maria Jose Feitosa da Silva; Mariana Siqueira de Carvalho Oliveira; Melissa Alves de Alencar Pongeluppi; Patrícia Galdino de Faria Barros; Paula Bertagni Togni; Regina Maria Filomena de Luca; Regis André Silveira Limana; Roberta Shirley Alves de Oliveira; Roger de Lima Lorenzoni; Teresinha Gasparin Maglia; Valdecir Barella; Vinicius Gomes Wu; Wagner Augusto da Silva Costa
Recorrente: Patrícia Galdino de Faria Barros
Representação legal: Luís Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti (OAB-PE 42884), representando Patrícia Galdino de Faria Barros; Renata Rodrigues Pereira, representando Alenon de Loyola Fleury Junior

Ministro AROLDO CEDRAZ

- 000.310/2022-0 - Natureza:** Tomada De Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Regional
Responsáveis: Evando Herter da Silva; Prefeitura Municipal de Caibaté - RS .
Representação legal: não há.
- 002.981/2020-3 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Augusto da Silva Gomes; Carlos Roberto Martins da Silva; Dirce dos Santos Azevedo; Diretoria De integridade (controle Interno do Ministério da Saúde); Eliane Brum de Paiva Lopes; Jorge Nelson Pereira; Maria Madalena Araujo Soares; Marilda da Silva Rolim; Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Rio de Janeiro ; Rosalva Alves de Menezes; Selma Xavier Faria Soares; Teresa Cristina Bergqvist.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

003.752/2022-4 -

Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Responsáveis: Alexandre da Silva Melo; Almir de Andrade Ferreira; Andre Gomes dos Santos; Bernardo Scheurer; Bruno Cesar Silva; Cleber Isaias Machado; Daniel Abrantes Leite; Eduardo Scheurer; Eugênio Valentim da Silva; Fabio da Rocha Alves; Flavio Augusto de Brito; Florence Maciel Muller; Jose Lins Eloy Nascimento; Julio Cesar Gomes Coelho; Luis Sampaio da Silva; Marcos Mendes Salles; Marcos Venicio Barbosa da Costa; Mercantil MG Ltda (em Recuperacao Judicial); Oto Alencar Silva Maia; Rene Reis de Oliveira; Rodrigo Alencar de Brito Maia; Simone Cardoso Batista de Faria; Stevie Dutra Scheurer; Tulio Jose Brand.

Representação legal: Adriana Moreira de Andrade Campos (OAB-SP 217094), representando Alexandre da Silva Melo; Paula Caroline Barone (OAB-RJ 241850), Leticia Andrade Lourenco (OAB-RJ 245060), Pablo Soares da Maia Ferreira (OAB-RJ 223290-E), Eduarda Passos Lisboa (OAB-RJ 221571-E), Eduarda da Silva Rodrigues (OAB-RJ 221656-E), Eduardo Henrique da Motta Coimbra (OAB-RJ 145291), Joao Vitor Quirino da Rocha (OAB-RJ 231678), Bruna Alves Fortunato (OAB-RJ 239556), Bruna Ferreira Fernandes da Silva (OAB-RJ 231675) e outros, representando Cleber Isaias Machado; Luis Antonio Morais Monteiro (OAB-SP 229563), representando Eugênio Valentim da Silva; Filipe Robles Ribeiro (OAB-RS 93967), representando Stevie Dutra Scheurer; Davi Madalon Fraga (OAB-RJ 181098), representando Simone Cardoso Batista de Faria; Giuseppe Giamundo Neto (OAB-SP 234412), representando Florence Maciel Muller; Giuseppe Giamundo Neto (OAB-SP 234412), representando Oto Alencar Silva Maia; Davi Madalon Fraga (OAB-RJ 181098), representando Rodrigo Alencar de Brito Maia; Filipe Robles Ribeiro (OAB-RS 93967), representando Bernardo Scheurer; Filipe Robles Ribeiro (OAB-RS 93967), representando Tulio Jose Brand; Davi Madalon Fraga (OAB-RJ 181098), representando Marcos Mendes Salles; Giuseppe Giamundo Neto (OAB-SP 234412), representando Jose Lins Eloy Nascimento; Giuseppe Giamundo Neto (OAB-SP 234412), representando Bruno Cesar Silva; Davi Madalon Fraga (OAB-RJ 181098), representando Flavio Augusto de Brito; Giuseppe Giamundo Neto (OAB-SP 234412), representando Daniel Abrantes Leite; Filipe Robles Ribeiro (OAB-RS 93967), representando Eduardo Scheurer; Airton Jacob Goncalves Graton (OAB-SP 259953), representando Rene Reis de Oliveira.

005.312/2021-3 -

Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Capitão Gervásio Oliveira - PI.

Responsável: Agapito Coelho da Luz.

Representação legal: Uhelis da Silva Alencar (OAB-PI 18542), representando Agapito Coelho da Luz.

- 007.606/2023-0 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Brigida Campos de Moraes Oliveira; Joana Rodrigues da Luz; Lucy Meire Aparecida Menezes Flores Kaiser; Lurdes dos Santos Nunes; Paulina Maria Maciel de Freitas; Regina Margareth de Oliveira; Renilda Maria Oliveira de Almeida; Sylvania Katia de Oliveira Rodrigues.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 009.032/2023-1 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Maria Aparecida Lisboa Guimaraes.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
Representação legal: não há.
- 013.253/2022-0 - Natureza:** Tomada De Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Meruoca - CE.
Responsáveis: Francisco Antônio Fonteles; Manuel Costa Gomes.
Representação legal: não há.
- 013.411/2022-5 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ubatuba - SP.
Responsável: Eduardo de Souza César.
Representação legal: não há.
- 016.329/2023-6 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Magali Lira Dantas; Maria Miranda de Freitas; Michelangelo Miranda de Freitas; Raimundo Nonato Venancio da Silva; Roberto Silva Ferreira dos Santos; Romilson Pinheiro Cavalcante.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Gestão e da Inovação Em Serviços Públicos; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).
Representação legal: não há.
- 016.344/2023-5 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessada: Jussara de Oliveira Ribeiro Pereira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.
- 016.408/2023-3 - Natureza:** PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE
Interessados: Ana Patricia Batista do Nascimento; Arlete Soares Brasil; Claudia do Nascimento Vieira; Claudineia Vieira Cunha; Clea Vieira Ribeiro; Clemilda Vieira Figueiredo; Clenice Vieira de Matos; Cleusa Vieira Fialho; Eliete Batista Guedes Nascimento; Elizama Rozario do Nascimento; Geovanete de Lima Silva; Girlene Batista do Nascimento; Maria Cristina Neuscheffer de Oliveira; Niedna Batista do Nascimento; Nilvania Batista do Nascimento.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

- 016.421/2023-0 - Natureza:** PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE
Interessados: Elen Facanha Lisboa Caleia; Eunizia Santos de Souza; Glacy Pacheco dos Santos Assis; Luz Evelina Guevara de Mello; Luzinete Lima Flores; Marli Ferreira Pacheco; Nair Santos de Campos; Neide Flores Queiroz; Neli Santos Carvalho; Rosangela Ferreira Pacheco.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 017.304/2023-7 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Cristina Rios Leme; Diana Aronovich Cunha; Graziela Aronovich Cunha; Lucas Natan Santos dos Santos; Maria Goret Goncalves Niitsu Brigido; Moira Aronovich Cunha; Raquel Cunha; Riwa Goncalves Niitsu; Rosani Vieira Sampaio Leme; Rutynea Pontes Moraes; Selma Marques Mendes.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.
- 017.699/2023-1 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ariadna Monteiro Guimaraes; Cleonice Galvao da Silva; Marilene Galvao da Silva; Michelle Meireles Lopes; Raquel Costa Lopes; Tereza Rodrigues Neves; Valdineia Gomes Maciel.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 018.073/2023-9 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Angela Maria Freitas Ferreira; Claudia Del Panta Castello Branco; Claudia Regina Freitas Ferreira; Eliana Maria Possidonio; Elisangela Otaviano; Elizabeth Otaviano Pereira; Maria Zuleide da Silva; Maria da Gloria Costa de Carvalho Otaviano; Marilza Soares Goncalves; Maysa Del Panta Castello Branco; Rita de Cassia Ferreira; Veronica Isabel Peligrini de Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 019.943/2022-9 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Marli Gomes Silveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.
Representação legal: não há.
- 020.351/2023-2 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Luiz Fernando Duarte Rodrigues.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

- 021.341/2023-0 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Francisca Novaes Pereira.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
Representação legal: não há.
- 024.891/2022-3 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Apiacá - ES.
Responsável: Fabricio Gomes Thebaldi.
Representação legal: não há.
- 025.970/2017-8 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: Antônio Pericles Ferreira Lobo; Conserva de Estradas Ltda ; Construtora Aterpa S/a. ; Construtora Barbosa Mello Sa ; Construtora Triunfo S/a ; Egesa Engenharia S/a ; Estacon Engenharia Sa ; Fds Engenharia de Oleo e Gas S/a ; Hugo Sternick; José Barros Júnior; João Bosco Gariglio; Marília Fernandes Zaza Von Dollinger; Pavotec Pavimentacao e Terraplenagem Ltda ; Álvaro Campos de Carvalho..
Representação legal: Herculano Jose Ribeiro Junior (OAB-MG 132.991), Nazario Nicolau Maia Goncalves de Faria (OAB-MG 119.891) e outros, representando Marília Fernandes Zaza Von Dollinger; Alexandre Aroeira Salles (OAB-DF 28.108), Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB-MG 90.459) e outros, representando Fds Engenharia de Oleo e Gas S/a; Alexandre Aroeira Salles (OAB-DF 28.108), Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB-MG 90.459) e outros, representando Conserva de Estradas Ltda; João Paulo Prates da Silveira Guerra (OAB-DF 38.290), representando Hugo Sternick; Juliana de Carvalho Pimentel (OAB-MG 113489), Caio Soares Junqueira (OAB-MG 70.398) e outros, representando Construtora Triunfo S/a; Juliana de Carvalho Pimentel (OAB-MG 113489), Caio Soares Junqueira (OAB-MG 70.398) e outros, representando Pavotec Pavimentacao e Terraplenagem Ltda; João Paulo Prates da Silveira Guerra (OAB-DF 38.290), representando Antônio Pericles Ferreira Lobo; João Paulo Prates da Silveira Guerra (OAB-DF 38.290), representando José Barros Júnior; Herculano Jose Ribeiro Junior (OAB-MG 132.991), Nazario Nicolau Maia Goncalves de Faria (OAB-MG 119.891) e outros, representando João Bosco Gariglio; Juliana de Carvalho Pimentel (OAB-MG 113489), Caio Soares Junqueira (OAB-MG 70.398) e outros, representando Estacon Engenharia Sa; Herculano Jose Ribeiro Junior (OAB-MG 132.991), Nazario Nicolau Maia Goncalves de Faria (OAB-MG 119.891) e outros, representando Álvaro Campos de Carvalho.
- 031.947/2023-9 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Cicero Jose dos Passos.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal.
Representação legal: não há.

038.428/2021-0 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A..
Responsáveis: Francisco Roberto Pinto; Instituto de Estudos Pesquisas e Projetos da Uece Iepro ; Placido Aderaldo Castelo Neto.
Representação legal: Francisco de Assis Moura Araripe, representando Instituto de Estudos Pesquisas e Projetos da Uece Iepro; Juliana Costa Soares (OAB-CE 23136), Daniel Carlos Mariz Santos (OAB-CE 14623) e outros, representando Francisco Roberto Pinto.

Ministro VITAL DO RÊGO

- 003.112/2023-3 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessada: Durvalina do Couto Lopes.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 003.334/2023-6 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Anahi de Almeida Figueiredo; Elizabeth Lemos Mancini; Liliane Vieira Bianco; Marcia Ribeiro da Luz Wanderley; Maria Lucia de Almeida; Marinea Aparecida Almeida; Regina Maria do Prado.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 003.578/2022-4 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Leopoldo/RS.
Responsável: Ary José Vanazzi.
Representação legal: não há.
- 004.634/2021-7 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará.
Responsáveis: Jonas dos Santos Souza; Viacom Construções Ltda. - ME.
Representação legal: não há.
- 007.273/2022-3 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná.
Responsáveis: Paulo Victor Prestes Marcondes; Universidade Federal do Paraná.
Representação legal: não há.
- 007.375/2023-9 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Eduardo Garcia Gomes; Jose Mario Ribeiro do Nascimento; Paulo Sidney Leite de Oliveira; Ramenon de Oliveira Freitas; Roberta de Souza Santos Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal.
Representação legal: não há.

- 007.598/2023-8 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Heloisa Cascao Ferreira Pinheiro; Maria Luiza Guidini; Sandra Maria Queiroz Andrade; Tania Maria Queiroz Andrade.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.
- 009.476/2023-7 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Cristiane Carvalho de Melo; Maria Adeilda da Silva; Maria Izailda da Silva; Maria da Conceicao da Silva Oliveira; Maria de Lurdes de Oliveira Sabala; Sandra Regina Carvalho de Melo.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 014.062/2022-4 - Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.
Representação legal: não há.
- 015.781/2023-2 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Giovana Paiva de Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Representação legal: não há.
- 017.773/2023-7 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Heloisa Maria Stern de Souza; Jonas Lima da Silva; Maria Elisabete de Gois Costa Homem; Maria Enedina Venancio Medeiros; Maria Jose de Goes Costa Homem; Rosilene Moreira da Silva; Teresa Cristina Batista Lima da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 020.120/2022-2 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Gabinete do Ministro da Pesca e Aquicultura; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Gabinete do Ministro
Responsáveis: Instituto de Ecologia Humana; Maria Jose de Araujo Lima.
Representação legal: não há.
- 020.123/2022-1 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Gabinete do Ministro da Pesca e Aquicultura; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Gabinete do Ministro
Responsáveis: Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses; Charles Reginatto.
Representação legal: não há.

- 020.126/2022-0 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Cooperativa de Trabalho Agroambiental de Rondônia.
Responsáveis: Cooperativa de Trabalho Agroambiental de Rondônia; Célia Garcia de Souza.
Representação legal: não há.
- 020.935/2022-6 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho/MG.
Responsável: Celio Carlos de Carvalho.
Representação legal: não há.
- 021.522/2022-7 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Luiz - RR.
Responsável: Edson Pereira Leite.
Representação legal: não há.
- 022.241/2023-0 - Natureza:** PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2022
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil.
Responsáveis: Bruno Serra Fernandes; Carolina de Assis Barros; Diogo Abry Guillen; Fernanda Magalhães Rumenos Guardado; Joao Manoel Pinho de Mello; Mauricio Costa de Moura; Otavio Ribeiro Damaso; Paulo Sergio Neves de Souza; Renato Dias de Brito Gomes; Roberto de Oliveira Campos Neto.
Representação legal: não há.
- 022.427/2023-6 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Carlos Guedes Neto; Fernando Verissimo Araujo; Filomena Maria Santiago Vasconcellos; Lunardelli Claudio Fernandes; Maurin de Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.
- 022.535/2023-3 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Carlos Alberto Pittaluga Niederauer; Maria das Gracias Barbacena.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
Representação legal: não há.
- 022.562/2023-0 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Cleone Jacome Costa.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.

- 022.648/2023-2 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Andreia Luciana Correa; Eclair Terezinha dos Santos; Leandro da Silva Pedroso.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).
Representação legal: não há.
- 022.660/2023-2 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Lenilda Josefa Isidro Bezerra; Lusineh do Nascimento Marciano.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 022.686/2023-1 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Gloria Cristina Rodrigues.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal.
Representação legal: não há.
- 022.730/2023-0 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Maria Elizabeth Alves de Araujo Rodrigues.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
Representação legal: não há.
- 027.182/2022-3 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Douglas Salomão de Souza; Ilene Gonçalves de Oliveira Souza; Katia Rios Borelli; Maria Raimunda de Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 028.539/2022-2 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Ivana Gonçalves da Paixão Rangel; Maria Lucia da Silva; Maria Mendes da Paixão; Maria das Dores Expresiosa de Almeida; Marlene Siqueira Carolino; Nadia Andrade Vilarinho; Rosangela Neves de Sá; Sandra Conceição da Paixão Velloso; Tania Paixão de Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 031.325/2022-0 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Flora Rica - SP.
Responsável: Paulo Rogerio Florentino de Faria.
Representação legal: não há.
- 033.059/2023-3 - Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.
Representação legal: não há.

040.481/2021-2 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
Responsável: Renata de Lima Sales Goncalves.
Representação legal: não há.

Ministro ANTONIO ANASTASIA

004.751/2017-5 - Natureza: AGRAVO EM APOSENTADORIA
Recorrente: Moacir Ferreira Ramos.
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.
Representação legal: Jonas Modesto da Cruz (OAB-DF 13.743), representando Moacir Ferreira Ramos.

005.852/2023-4 - Natureza: REFORMA
Interessado: Damiao de Souza Matias.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

005.881/2023-4 - Natureza: REFORMA
Interessado: Plinio Carlos Tenorio.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

009.385/2023-1 - Natureza: PENSÃO CIVIL
Interessado: Maria Marta Pereira Campos Baptista.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Representação legal: não há.

009.420/2023-1 - Natureza: PENSÃO MILITAR
Interessados: Francisca Merilene Souza dos Santos; Francisca Merilene Souza dos Santos; Karla Grace Fernandes Silva; Karla Grace Fernandes Silva; Katia Flavia Fernandes Silva; Katia Flavia Fernandes Silva; Maria Noelia Mendonca Lima; Maria Noelia Mendonca Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

009.430/2023-7 - Natureza: PENSÃO MILITAR
Interessados: Gabriela Rocha Freitas; Isabel Cristina Braga de Freitas.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

012.591/2023-8 - Natureza: PENSÃO CIVIL
Interessado: Joanimary dos Remedios Santos Guimaraes.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
Representação legal: não há.

- 015.882/2023-3 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Marcos Anacleto.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho.
Representação legal: não há.
- 016.111/2023-0 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Graca Maria de Freitas; Marinalva Freitas de Farias; Marlene de Freitas; Solange Santos Freitas.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 016.123/2023-9 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Italo Cesar Quintanilha da Fonseca.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 016.347/2023-4 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Katia Catarina Mendes dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 021.215/2023-5 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Carlos Fernando de Souza Fagundes; Siley Senna Beirao.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União.
Representação legal: não há.
- 021.287/2023-6 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jose Augusto Ferraz de Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Representação legal: não há.
- 021.331/2023-5 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Maria de Lourdes Morais Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Representação legal: não há.
- 022.516/2023-9 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Luiz Jose Coelho.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal.
Representação legal: não há.
- 022.528/2023-7 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Ramiro Rodrigues Silva Filho.
Órgão/Entidade/Unidade: Polícia Rodoviária Federal.
Representação legal: não há.

- 022.687/2023-8 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Raimunda Alice da Silveira Pinto.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.
- 022.697/2023-3 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Leni Maria Montezuma Pires.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda (extinta).
Representação legal: não há.
- 022.717/2023-4 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Aparecida Pereira Xavier; Gabriel Martins Oliveira Azevedo; Glays de Sousa Lima; Jeane Martins de Oliveira; Maria Helena de Azevedo Smiderle; Maria Jose da Silva Pereira; Neise da Silva Azevedo; Rene Azevedo Junior.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

028.242/2014-9 -

Natureza: PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013

Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Responsáveis: André Proite; Angela Aragao Costa Lima; Antonio Cesar de Santana; Antônio José Lávio Teixeira; Ary Joel de Abreu Lanzarin; Augusto Akira Chiba; Carlos Henrique Alves de Sousa; Claudio Xavier Seefelder Filho; Demétrius Ferreira e Cruz; Dyogo Henrique de Oliveira; Eliseu Sandres de Moraes Lira Junior; Emilio Salomao Elias; Fabricio da Soller; Fernando Passos; Francisco José Araújo Bezerra; Francisco Leão de Freitas; Glaucia Furtado Brasil de Almeida; Helano Borges Dias; Homero de Oliveira Guedes; Hugo Alexandre Caçado Thomé; Ieda Valeria Barbosa Cavalcante; Isaias Matos Dantas; Jorge Antonio Bagdeve de Oliveira; Jose Mauricio de Lima da Silva; Josineide Silva Duarte da Costa; José Andrade Costa; José Maria Vilar da Silva; João Batista de Figueiredo; Jussara Felinto Rafai; Kátia Aparecida Zanetti de Lima; Lucia de Fatima Barbosa da Silva; Manoel Lucena dos Santos; Manuel dos Anjos Marques Teixeira; Marco Antonio Fiori; Maria Teresa Pereira Lima; Martim Ramos Cavalcanti; Melina de Carvalho Barbosa; Nelson Antonio de Souza; Paulo Sergio Rebouças Ferraro; Priscilla Maria Vieira Lyra; Raimundo Lourival de Lima; Roberta Carvalho de Alencar; Solange Maria Neves; Stelio Gama Lyra Junior; Sydney Salomao da Nobrega; Zilana Melo Ribeiro.

Representação legal: Gustavo Teixeira de Oliveira (OAB-CE 30115), Felipe Coelho Teixeira (OAB-CE 20277) e outros, representando Jose Rubens Dutra Mota; Alcimor Aguiar Rocha Neto (OAB-CE 18457), Diego Soares Pereira (OAB-DF 34123) e outros, representando Zilana Melo Ribeiro; Aiona Rosado Cascudo Rodrigues Romano (OAB-RN 4.104), Diego Soares Pereira (OAB-DF 34123) e outros, representando Francisco Celiton Freire Nogueira; Aiona Rosado Cascudo Rodrigues Romano (OAB-RN 4.104), Diego Soares Pereira (OAB-DF 34123) e outros, representando Melina de Carvalho Barbosa; Alcimor Aguiar Rocha Neto (OAB-CE 18457) e Francisco Érico Carvalho Silveira (OAB-CE 16881), representando Francisco José Araújo Bezerra; Ernesto Lima Cruz, Ari Barbosa Ferreira e outros, representando Banco do Nordeste do Brasil S.a.; Aiona Rosado Cascudo Rodrigues Romano (OAB-RN 4.104), Diego Soares Pereira (OAB-DF 34.123) e outros, representando José Maria Vilar da Silva; Alcimor Aguiar Rocha Neto (OAB-CE 18457), Gilvando Furtado de Figueiredo Junior (OAB-CE 18259) e outros, representando Hugo Alexandre Caçado Thomé; Alcimor Aguiar Rocha Neto (OAB-CE 18457) e Francisco Érico Carvalho Silveira (OAB-CE 16881), representando Stelio Gama Lyra Junior; Aiona Rosado Cascudo Rodrigues Romano (OAB-RN 4104), Diego Soares Pereira (OAB-DF 34123) e outros, representando Ary Joel de Abreu Lanzarin; Daniel Carlos Mariz Santos (OAB-CE 14.623), representando Jose Mauricio de Lima da Silva; Antonio Pedro da Silva Machado (OAB-DF 56.257), representando Jussara Felinto Rafai; Alcimor Aguiar Rocha Neto (OAB-CE 18457), Gilvando Furtado de Figueiredo Junior (OAB-CE 18259) e outros, representando José Andrade Costa; Aiona Rosado Cascudo Rodrigues Romano (OAB-RN 4.104), Diego Soares Pereira (OAB-DF 34123) e outros, representando Lucia de Fatima Barbosa da Silva; Antonio Pedro Machado (OAB-DF 52.908), representando Shelly Giuleatte Pancieri; Bruno Queiroz

Oliveira (OAB-CE 15101-B), representando Nelson Antonio de Souza; Aiona Rosado Cascudo Rodrigues Romano (OAB-RN 4.104) e Daniel Souza Volpe (OAB-DF 30.967), representando Antonio Cesar de Santana; Alcimor Aguiar Rocha Neto (OAB-CE 18457), Gilvando Furtado de Figueiredo Junior (OAB-CE 18259) e outros, representando Paulo Sergio Rebouças Ferraro; Antonio Pedro Machado (OAB-DF 52.908), representando Antonio Pedro Machado.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

- 005.718/2023-6 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Marlene Gomes Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
Representação legal: não há.
- 005.832/2022-5 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nova Santa Helena/MT.
Responsáveis: Roque Carrara e Camargo & Cia Ltda. .
Representação legal: não há.
- 006.232/2022-1 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Baixa Grande/BA.
Responsável: Amado Ferreira da Silva.
Representação legal: não há.
- 007.838/2022-0 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Palmas de Monte Alto/BA.
Responsáveis: Fernando Nogueira Laranjeira e Manoel Rubens Vicente da Cruz.
Representação legal: não há.
- 014.565/2021-8 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Técnico Científica Eng. Paulo de Frontin.
Responsáveis: Associação Técnico Científica Eng. Paulo de Frontin ; Jesualdo Pereira Farias; Jose de Paula Barros Neto; Universidade Federal do Ceará .
Representação legal: Carla Albuquerque Marques (OAB-CE 15650), representando Jesualdo Pereira Farias; Manuel Luis da Rocha Neto (OAB-CE 7479), Bruno Vasconcelos Teles (OAB-CE 33721) e outros, representando Associação Técnico Científica Eng. Paulo de Frontin; Manuel Luis da Rocha Neto (OAB-CE 7479), Bruno Vasconcelos Teles (OAB-CE 33721) e outros, representando Jose de Paula Barros Neto.
- 016.068/2023-8 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Iracema Alves Ferreira e Maysa Ardaia.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

- 016.973/2023-2 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Adriana Prueter Pazin; Carmen Lucia Cana Verde Fernandes; Cinthia Prueter Pazin; Cristina Mueller Portugal; Francisco Portugal Neto; Ivonete Fagundes Alves; Lea Maria Mendes Portugal; Osneia de Castilho Ribas Brenner; Roberto Cana Verde; Sandra Prueter Pazin; Vera Beatriz Benvenuti Portugal.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 017.225/2023-0 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Eduarda Santana Ventura Trindade; Etienne de Oliveira Gomes; Gerlaine de Oliveira Gomes; Lucia Rejane Cora Cardona; Maria do Carmo Coelho de Oliveira; Miriam Barbara Castelo de Oliveira Silva; Raquel das Neves Alves Cardona; Rejane das Neves Alves Cardona Mesquita; Taina Lima Gomes.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 017.238/2023-4 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Daize Vania Nascimento dos Santos; Kaua Silva Querino Guimaraes; Maria Juliana de Sousa Capurro; Maria das Graças Peixoto Bezerra; Rita de Cassia de Souza Capurro Lima; Rozeane Gomes do Nascimento Beruth; Roziara do Nascimento Tiririca; Waldecy dos Santos Rocha Guimarães; Yone Cangucu de Souza Figueiredo.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 017.316/2023-5 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Claudia Xavier da Silva Hespanhol; Geni de Souza Porfirio; Isabel Cristina Teixeira; Madalini Ferreira Teixeira Moraes; Rosilene Ferreira Teixeira Moraes; Sarah Elisa Vasconcellos Mazucato; Sonia Regina de Araujo Luzia.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 017.375/2023-1 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Deusacir das Graças Avoglio de Sousa; Gisely de Lima Ramos; Irani Favacho Othuki; Maria Cristina Muller; Patricia Maria Alvarenga Gloss; Swanee Pacheco Othuki.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 017.540/2023-2 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Andre Luis de Tadeu Salles; Glauce Maria Sampaio Ramadas; Heliana Suely Valente Raad; Ivonette Reynaldo Coelho; Marta Hosana de Oliveira Pereira; Raphaela Dutra Gomes Pereira; Rayssa Dutra Gomes Pereira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

- 020.311/2023-0 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Marina Caetano Canejo.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.
Representação legal: não há.
- 020.347/2023-5 - Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessadas: Ely Paixão Barbosa; Francisco Cleiton Melo Vale; Idelzuite Benicio do Nascimento; Simone Maria Vieira; Valdete Pardo Almeida.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Gestão e da Inovação Em Serviços Públicos; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).
Representação legal: não há.
- 020.468/2023-7 - Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Karla Cristina de Oliveira Araújo Neves; Licia Cristina Araújo de Aguiar; Miriam de Oliveira Araújo.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.
- 021.076/2023-5 - Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessados: Aécio de Lima Oliveira; Afonso Alves Filho; Alexandre Barin.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria.
Representação legal: não há.
- 022.440/2023-2 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Abelardo Evangelista Oliveira; Pedro Silvino Machado.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.
- 022.529/2023-3 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Ivaldo da Silva Araujo; Rosangela Dias de Jesus.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal.
Representação legal: não há.
- 026.873/2016-8 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Benedito/CE.
Responsáveis: Haroldo Celso Cruz Maciel e Tomaz Antônio Brandão Júnior.
Representação legal: não há.
- 030.874/2022-0 - Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Dulce Maria Leal de Almeida.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
Representação legal: não há.

- 035.153/2020-2 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Elias Patricio Junior; Município de Acrelândia/AC ; Vilseu Ferreira da Silva; Fernando José da Costa (926.147.018-15, falecido); Sebastião Rita de Carvalho; e Ovidio Soares de Menezes.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Acrelândia/AC.
Representação legal: Jean Barroso de Souza (5419/OAB-AC), representando Elias Patricio Junior.

PROCESSOS UNITÁRIOS SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AUGUSTO NARDES

- 007.923/2015-5 -** Recurso de reconsideração interposto pela Oscip Saber - Soluções Eficazes e Criativas em Políticas Públicas e Sociais e Sidiclei da Silva Patrício contra o Acórdão 592/2019-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, mediante o qual esta Corte julgou irregulares suas contas, condenou-os solidariamente ao pagamento do débito apurado e aplicou a ambos a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 e ao Sr. Sidiclei, a multa a prevista no art. 58, inciso II do mesmo dispositivo legal.
 Unidade jurisdicionada: Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública
 Recorrentes: Saber - Soluções Eficazes e Criativas em Políticas Públicas e Sociais e Sidiclei da Silva Patrício
Representação Legal: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), entre outros, representando Sidiclei da Silva Patrício e a Saber - Soluções Eficazes e Criativas em Políticas Públicas e Sociais

Interesse em sustentação oral:

- **Claudismar Zupiroli (OAB/DF nº 12.250)**, em nome de SIDICLEI DA SILVA PATRÍCIO

Ministro ANTONIO ANASTASIA

- 010.565/2020-5 -** Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo (Mtur) em desfavor do Sr. Antônio Gomes da Silva, ex-Prefeito de Mari/PB. A TCE foi motivada ante a não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União no âmbito do Convênio 704.874/2009. O ajuste teve por objeto a realização do evento intitulado “2ª Festa da Mandioca”, com vigência de 15/9/2009 a 15/11/2009. Para tanto, foram previstos R\$ 105.000,00, sendo R\$ 100.000,00 à conta do concedente e R\$ 5.000,00 referentes à contrapartida da conveniente.
 Unidade Jurisdicionada: Ministério do Turismo
Responsáveis: Antônio Gomes da Silva; Prefeitura Municipal de Mari - PB
Representação legal: Antônio Fábio Rocha Galdino (OAB-PB 12.007), representando Prefeitura Municipal de Mari - PB; Antônio Fábio Rocha Galdino (OAB-PB 12.007), representando Antônio Gomes da Silva.

Interesse em sustentação oral:

- **Antônio Fábio Rocha Galdino (OAB/PB nº 12.007)**, em nome de PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI - PB

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

000.045/2022-5 - Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio Grande do Sul - Suest/RS em razão da execução parcial, sem alcance de etapa útil, do Convênio 114/2011, firmado com o Município de Entre Rios do Sul/RS, em 30/12/2011, com vistas à “Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico”.

Unidade Jurisdicionada: Município de Entre Rios do Sul/RS

Responsáveis: Ivair Antônio Signor e Jairo Paulo Leyter e

Representação legal: Felipe Secco, OAB/RS 116.455, representando Ivair Antônio Signor; Fabrício Uilson Mocellin, OAB/RS 58.899, e Romeu Cláudio Bernardi, OAB/RS 70.455, representando Jairo Paulo Leyter

Interesse em sustentação oral:

- **Fabricio Uilson Mocellin (OAB/RS nº 58.899), Jairo Paulo Leyter e Romeu Claudio Bernardi (OAB/RS nº 70.455)**, em nome de JAIRO PAULO LEYTER

- **Felipe Secco (OAB/RS nº 116.455)**, em nome de IVAIR ANTONIO SIGNOR

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA**Ministro AUGUSTO NARDES**

005.631/2023-8 - Atos de Aposentadoria da unidade emissora Fundação Universidade Federal do Maranhão, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Controladoria-Geral da União para fins de análise e julgamento

Interessada: Maria de Jesus Jorge Torres

Unidade Jurisdicionada: Fundação Universidade Federal do Maranhão

Representação legal: não há

008.914/2022-2 - Pedidos de reexame interpostos contra decisão que julgou ilegal ato de aposentadoria.

Interessados: Jose Agnaldo Rocha dos Santos

Unidade jurisdicionada: Fundação Universidade de Brasília

Recorrentes: Fundação Universidade de Brasília e José Agnaldo Rocha dos Santos

Representação legal: Jose Luis Wagner (OAB-DF 17183), representando Jose Agnaldo Rocha dos Santos

010.614/2022-2 - Tomada de contas especial instaurada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), em desfavor de Ramon Henrique Nogueira Silva, tendo por motivação a presença de dano ao erário decorrente de saques indevidos e apropriação indébita de valores de contas de clientes ocorridos na Agência 023 - Itaporanga/PB.

Unidade Jurisdicionada: Banco do Nordeste do Brasil S/A

Responsável: Ramon Henrique Nogueira Silva

Representação legal: não há

- 011.530/2020-0 -** Recurso de reconsideração interposto por Mauro Selmo Oliveira Vieira contra decisão de natureza condenatória.
Unidade Jurisdicionada: Município de Anguera-BA
Recorrente: Mauro Selmo Oliveira Vieira
Representação legal: Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB/DF 28.361), entre outros, representando Mauro Selmo Oliveira Vieira
- 016.364/2015-5 -** Recursos de reconsideração interpostos contra acórdão de natureza condenatória.
Unidade Jurisdicionada: Município de Cumaru-PE
Recorrentes: Eduardo Gonçalves Tabosa Júnior; Orlando Lima da Silva
Representação legal: Marcos Miguel Duarte Silva (OAB-PE 56147), representando Orlando Lima da Silva; Raphael Parente Oliveira (OAB-PE 26.433) e José do Patrocínio Gomes de Oliveira, representando Eduardo Gonçalves Tabosa Júnior
- 018.478/2023-9 -** Atos de Reforma da unidade emissora Comando da Aeronáutica, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Aeronáutica para fins de análise e julgamento
Interessados: Arquimedes Jose Garcez; Fabio Viriato de Freitas; Ostelnir dos Santos Silva; Zacarias de Oliveira Profeta; Zenildo Moreira
Unidade Jurisdicionada: Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há
- 028.210/2022-0 -** Pedido de reexame interposto contra decisão que julgou ilegal ato de aposentadoria.
Unidade jurisdicionada: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
Recorrente: Roza Machado de Miranda Correia
Representação legal: não há
- 036.148/2020-2 -** Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor de George Luiz Santos e Ronilson Araújo Silva, em razão da ausência de comprovação da regular aplicação dos recursos recebidos por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), relativos ao exercício de 2018, no município de Primeira Cruz/MA.
Unidade Jurisdicionada: Município de Primeira Cruz-MA
Responsáveis: George Luiz Santos; Ronilson Araújo Silva
Representação legal: Frederico de Sousa Almeida Duarte (OAB-MA 11681), representando George Luiz Santos
- 037.430/2021-1 -** Pedidos de reexame interpostos contra decisão que julgou ilegal ato de aposentadoria.
Unidade jurisdicionada: Senado Federal
Recorrentes: Senado Federal e Jorge Paulo Funari Alves
Representação legal: Larissa Duarte Testolin (33815/OAB-DF), entre outros, representando Jorge Paulo Funari Alves

Ministro AROLDO CEDRAZ

- 003.425/2022-3 -** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. TCE instaurada pelo(a) Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em razão de Não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, Convênio 00099/2011, firmado com o/a MINIST. MULHER, FAMILIA E DIREITOS HUMANOS, Siafi/Siconv 759290, função null, que teve como objeto Capacitações em Educação em Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual - Seminário Regional sobre Educação em direitos humanos e combate à exclusão e a produção de um documentário. (nº da TCE no sistema: 3131/2021).
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Interessados/Responsáveis: Fábrica de Imagens Ações Educativas Em Cidadania e Gênero ; Marcos Antonio Monte Rocha.
Representação legal: Cecilia Nunes Rabelo (OAB-CE 24961), representando Fábrica de Imagens Ações Educativas Em Cidadania e Gênero; Cecilia Nunes Rabelo (OAB-CE 24961), representando Marcos Antonio Monte Rocha.
- 012.068/2016-0 -** Embargos de declaração opostos pelo Sr. Paulo Cesar Fiates Furiati, com fundamento no artigo 34, § 2º, da Lei 8.443, de 1992 e no artigo 287, § 3º, do RI/TCU, propugnando-se pela suspensão dos efeitos dos itens 9.4, 9.5 e 9.6 do Acórdão 5.924/2021-TCU-2ª Câmara
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Lapa - PR.
Interessados/Responsáveis: Secretaria de Controle Externo do TCU/PR , Ana Isabel Mesquita de Oliveira; Paulo Cesar Fiates Furiati; Município de Lapa - PR .
Representação legal: Wellington Alves Valente (OAB-PA 9.617-b), representando Ana Isabel Mesquita de Oliveira; Ricardo Guanabara Prevedello (OAB-PR 55.168), Camila Milanezi Caneri (OAB-PR 47.421) e outros, representando o Município de Lapa - PR.
- 013.271/2022-9 -** Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em desfavor do Sr. Jailton Ferreira de Macedo Prefeito Municipal de Cipó-BA na gestão 2009-2012, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2012.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cipó - BA.
Interessados/Responsáveis: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação , Jailton Ferreira de Macedo.
Representação legal: não há

- 015.694/2023-2 -** APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Controladoria-Geral da União para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Orsini Lopes Vieira Sobrinho.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Representação legal: não há
- 015.974/2023-5 -** PENSÃO CIVIL. Atos de Pensão civil da unidade emissora Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Controladoria-Geral da União para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Fatima Tadeu Barsotti Bottan..
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Representação legal: não há
- 016.006/2023-2 -** PENSÃO CIVIL. Atos de Pensão civil da unidade emissora Fundação Oswaldo Cruz, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Controladoria-Geral da União para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Cleuza Pacheco Lamonica..
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz.
Representação legal: não há
- 016.020/2023-5 -** PENSÃO CIVIL. Atos de Pensão civil da unidade emissora Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, enviados ao TCU pela unidade de controle interno SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA - TRT/RJ - JT para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Creusa Januarina Rosa Pinheiro..
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj.
Representação legal: não há
- 019.170/2020-3 -** Embargos de Declaração opostos pelos Srs. Adeudo de Melo da Silva e José Leandro Maciel, contra o Acórdão 3.659/2023 - TCU - 2ª Câmara, que conheceu e apreciou Recurso de Reconsideração em processo de Tomada de Contas Especial interposto pelo embargantes, buscando impugnar o Acórdão 2.429/2022-TCU-2ª Câmara para, no mérito, negar-lhe provimento.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Fundo Nacional de Saúde - MS, Adeudo de Melo da Silva e José Leandro Maciel.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Vitorino Freire - MA.
Representação legal: Luis Henrique de Oliveira Brito (21.959/OAB-MA), representando José Leandro Maciel; Luis Henrique de Oliveira Brito (21.959/OAB-MA), representando Adeudo de Melo da Silva.

- 020.268/2023-8 -** PENSÃO CIVIL. Atos de Pensão civil da unidade emissora Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Controladoria-Geral da União para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Luiz Alves da Silva..
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Representação legal: não há
- 029.219/2015-9 -** Embargos de declaração opostos por Sandoval José de Luna, prefeito municipal de Cupira/PE na gestão 2009-2016 (peças 122 e 134-136), em face do Acórdão 1061/2022 - TCU - 2ª Câmara, Ministro Relator Aroldo Cedraz
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cupira - PE.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Ministério do Esporte, José João Inácio; Petral Construtora e Incorporadora Ltda ; Sandoval José de Luna.
Representação legal: Walles Henrique de Oliveira Couto (OAB-PE 24224), Ana Carolina Alves da Silva (OAB-PE 41704) e outros, representando Sandoval José de Luna; Sebastiao Cavalcanti (OAB-PE 11501) e Stenio Fernandes de Albuquerque (OAB-PE 36336), representando Petral Construtora e Incorporadora Ltda; Márcio José Alves de Souza (OAB-PE 5786), Carlos Henrique Vieira de Andrada (OAB-PE 12135) e outros, representando José João Inácio.
- 036.934/2018-6 -** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. TCE instaurada pelo(a) Ministério da Cultura em razão de Omissão no dever de prestar contas, Lei Rouanet, que teve por objeto
Este projeto prevê itinerância do espetáculo "Fascinação", na obra da intérprete Elis Regina. com 15 apresentações (03 por cidade) com turnê nas cidades de: Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Recife e Brasília. Serão também realizadas 05 oficinas de dança clássica e repertório com os profissionais envolvidos na Direção Artística do projeto, como contrapartida social. (nº da TCE no sistema: 752/2017).
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Interessados/Responsáveis: Artesofia Serviços e Comércio Ltda. - ME ; Flavio Roberto Andrade Freitas; Glauco Fernando Cruz.
Representação legal: Lucas Francisco de Souza Neves (OAB-MG 160.665), representando Glauco Fernando Cruz; Lucas Francisco de Souza Neves (OAB-MG 160.665), representando Artesofia Serviços e Comércio Ltda. - ME; Lucas Francisco de Souza Neves (OAB-MG 160.665), representando Flavio Roberto Andrade Freitas.
- 037.125/2021-4 -** Pedido de reexame (peça 13) interposto por Luciana Ferro Borini contra o Acórdão 456/2022-Segunda Câmara (peça 8, Rel. Min. Marcos Bemquerer)
Interessados/Responsáveis: Luciana Ferro Borini..
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/sc.
Representação legal: não há

- 041.020/2021-9 -** Pedido de reexame interposto por Marina Lamaneres Vasconcelos (peças 13 a 28), ex- servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, contra o Acórdão 18.611/2021-TCU-2ª Câmara (peça 8), que teve como relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Augusto Nardes.
Interessados/Responsáveis: Marina Lamaneres Vasconcelos; Marina Lamaneres Vasconcelos..
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

- 000.122/2022-0 -** Tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa no Piauí, em razão da ausência parcial da prestação de contas dos recursos repassados para a “Construção do Sistema de Abastecimento de Água no município de Novo Santo Antônio”.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí.
Responsáveis: Edgar Geraldo de Alencar Bona Miranda; Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio/PI.
Representação legal: Leonardo Laurentino Nunes Martins (OAB/PI 11.328) e outros.
- 003.916/2022-7 -** Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (extinta), em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Fundo Nacional de Assistência Social.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Governador Mangabeira/BA.
Responsável: Domingas Souza da Paixão.
Representação legal: não há.
- 006.307/2021-3 -** Tomada de contas especial em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos federais repassados por meio de termo de compromisso firmado entre a Funasa e o Município de Anapu/PA.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará.
Responsáveis: Francisco de Assis dos Santos Sousa; Município de Anapu/PA; Secol - Serviços de Construção Civil Ltda.
Representação legal: não há.

- 036.338/2021-4 -** Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em razão de omissão no dever de prestar contas realizadas por meio de termo de compromisso firmado com o município de Senador José Porfírio/PA para execução de ações relativas a unidades de educação infantil conforme projeto aprovado pelo FNDE.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Responsáveis: Carlos Jose da Silva; Dirceu Biancardi.
Representação legal: Alex Campos Aranha (OAB/PA 27.193) e outros.
- 041.297/2021-0 -** Tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio de contrato de repasse firmado com o Ministério das Cidades (extinto) e o Município de Itatira/CE.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Responsável: Município de Itatira/CE.
Representação legal: não há.

Ministro ANTONIO ANASTASIA

- 002.839/2023-7 -** Aposentadoria em favor de Gerson dos Santos, emitido pela Fundação Nacional de Saúde.
Interessado: Gerson dos Santos
Unidade Jurisdicionada: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há
- 006.012/2023-0 -** Pedidos de reexame em aposentadoria, interpostos por Vanda Augusto da Silva Pereira e pela Fundação Universidade de Brasília contra o Acórdão 3577/2023-TCU-2ª Câmara, da relatoria do Ministro Vital do Rego.
Interessados: Vanda Augusto da Silva Pereira
Unidade Jurisdicionada: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal: Jose Luis Wagner (OAB-DF 17183), representando Vanda Augusto da Silva Pereira
- 006.014/2019-4 -** Recurso de reconsideração em tomada de contas especial, interposto pela empresa Editora Magia de Ler Ltda. e por Stéphanie Maria Dorotheé Habrich Guazzelli, contra o Acórdão 2.667/2022-TCU-Segunda Câmara, de relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
Unidade Jurisdicionada: Ministério da Cultura
Recorrentes: Editora Magia de Ler Ltda. e Stéphanie Maria Dorotheé Habrich Guazzelli
Advogado constituído nos autos: Hailton Guelfi Soares da Silva (OAB-SP 223.408), representando Stephanie Maria Dorothee Habrich Guazzelli; Hailton Guelfi Soares da Silva (OAB-SP 223.408) representando Editora Magia de Ler Ltda.

- 006.015/2019-0 -** Recurso de reconsideração em tomada de contas especial, interposto por Bernadete Laviola Meirelles, contra o Acórdão 1.776/2022-TCU-2ª Câmara, relatado pelo Ministro André Luis de Carvalho.
Unidade Jurisdicionada: Ministério da Cultura
Recorrente: Bernadete Laviola Meirelles
Advogado constituído nos autos: não há.
- 006.780/2022-9 -** Pedido de reexame em aposentadoria, interposto por Cleonice Argenta Carlos, contra o Acórdão 3.805/2022-TCU-2ª Câmara da relatoria do Ministro Augusto Nardes.
Unidade Jurisdicionada: Fundação Universidade de Brasília
Interessados: Cleonice Argenta Carlos
Representação legal: Jose Luis Wagner (OAB-DF 17.183), representando Cleonice Argenta Carlos
- 009.103/2022-8 -** Pensão militar de Jose Ludugério Moraes Sapper do quadro de pessoal do Comando do Exército.
Unidade Jurisdicionada: Comando do Exército
Interessados: Dalila Monteiro Sapper da Silva; Denise Monteiro Sapper; Dirlene Monteiro Sapper
Representação legal: não há
- 010.837/2022-1 -** Pedido de reexame em aposentadoria, interposto pelo Senado Federal, contra o Acórdão 304/2023-2ª Câmara, da relatoria do Ministro Vital do Rêgo.
Unidade Jurisdicionada: Senado Federal
Interessados: Auditoria do Senado Federal; Mauricio Miranda Cyriaco
Representação legal: não há
- 011.518/2016-2 -** Recurso de reconsideração em tomada de contas especial e a apresentação de nova peça de defesa opostos por Antenor Moreira Paz e pela Construtora Paricá Ltda. contra Acórdão 3665/2021 - TCU - 2ª Câmara, que teve como relator o Ministro Raimundo Carreiro.
Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Tefé - AM
Recorrentes: Antenor Moreira Paz e Construtora Paricá Ltda - Me
Representação legal: Vitoria Cardoso Castelo Branco (OAB-AM 14446), Marcos dos Santos Carneiro Monteiro (OAB-AM 12.846) e outros, representando Antenor Moreira Paz; Lucca Fernandes Albuquerque (OAB-AM 11.712), representando Construtora Parica Ltda - Me; Lucca Fernandes Albuquerque (OAB-AM 11.712), representando Ronaldo Lima Queiroz; Lucca Fernandes Albuquerque (OAB-AM 11.712), representando Jose Elenilto Ferreira Lima
- 011.612/2022-3 -** Pedido de reexame em aposentadoria, interposto pelo Senado Federal, contra o Acórdão 2312/2023-2ª Câmara, da relatoria do Ministro Augusto Nardes.
Unidade Jurisdicionada: Senado Federal
Interessados: Auditoria do Senado Federal; Lilian Nardo Freire
Representação legal: Edvaldo Fernandes da Silva (OAB-DF 19233), representando Senado Federal

- 011.679/2015-8 -** Embargos de declaração em Pedido de reexame em Representação, interposto por Alexandre Falcao Correa contra o Acórdão 3.972/2023-TCU-2ª Câmara, de minha relatoria.
Unidade Jurisdicionada: Centro de Capacitação Física do Exército e Hospital Geral do Rio de Janeiro
Embargante: Alexandre Falcão Corrêa
Representação legal: Jorge Mauricio Rodrigues da Silva (OAB-DF 7493), representando Alexandre Falcão Correa
- 012.381/2022-5 -** Pedido de reexame em aposentadoria, interposto pelo Senado Federal e Eliane Firmino Cavalcanti contra o Acórdão 6.602/2022-TCU-2ª Câmara, da relatoria do Ministro Bruno Dantas.
Unidade Jurisdicionada: Senado Federal
Interessados: Auditoria do Senado Federal; Eduardo Augusto Lopes
Representação legal: Talitha Grazielle Silva Kitamura (OAB-DF 31258), representando Eduardo Augusto Lopes.
- 012.485/2019-5 -** Recurso de reconsideração em tomada de contas especial, interposto pelo Sr. Luís Samuel Freire, contra o Acórdão 5.493/2022-TCU-2ª Câmara da relatoria do Ministro Bruno Dantas.
Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Assaré - CE
Responsáveis: Alexandre Freire da Costa; Antonio Neto Dias Alcantara; Luis Samuel Freire; Manoel Emilson de Alcantara
Representação legal: Marcos Antonio Sampaio de Sousa (OAB-CE 16017), representando Antonio Neto Dias Alcantara; Marcos Antonio Sampaio de Sousa (OAB-CE 16017) e Ebron Alex Parente de Vasconcelos (OAB-CE 27039), representando Luis Samuel Freire; Felipe Cartaxo Esmeraldo (OAB-CE 23813), representando Manoel Emilson de Alcantara; Marcos Antonio Sampaio de Sousa (OAB-CE 16017) e Ebron Alex Parente de Vasconcelos (OAB-CE 29704), representando Alexandre Freire da Costa
- 013.921/2021-5 -** Tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em desfavor da Prefeitura Municipal de São João de Meriti/RJ, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Contrato de Repasse 373.980-38/2011, registro Siafi 762636, firmado entre o Ministério da Saúde e aquele Município, e que tinha por objeto a reforma de uma unidade básica de saúde.
Unidade Jurisdicionada: Caixa Econômica Federal
Responsável: Prefeitura Municipal de São João de Meriti - RJ
Representação legal: não há

- 015.606/2020-1 -** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. TCE instaurada pelo(a) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em razão de Omissão no dever de prestar contas, para atendimento ao Educação Infantil - Novos Estabelecimentos, exercício 2018, função EDUCACAO (nº da TCE no sistema: 121/2020).
Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Milagres - CE
Responsável: Lielson Macedo Landim
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: Alanna Castelo Branco Alencar (OAB-CE 6854) e Lyanna Magalhães Castelo Branco (OAB-CE 17841), representando Lielson Macedo Landim; Fellipe Neves Furtado, representando Prefeitura Municipal de Milagres - CE
- 015.611/2023-0 -** Aposentadoria em favor de Hebert Eugenio Gonçalves, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.
Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Interessado: Hebert Eugenio Gonçalves
Representação legal: não há
- 019.172/2022-2 -** Pedido de reexame em aposentadoria. interposto pelo Senado Federal e Eliane Firmino Cavalcanti, contra o Acórdão 6.602/2022-TCU-2ª Câmara, da relatoria do Ministro Bruno Dantas.
Unidade Jurisdicionada: Senado Federal
Interessados: Auditoria do Senado Federal; Eliane Firmino Cavalcanti
Representação legal: Talitha Grazielle Silva Kitamura (OAB-DF 31258), representando Eliane Firmino Cavalcanti
- 019.222/2015-7 -** Embargos de declaração interposto por Jose Cavalcanti Alves Junior contra decisão 8978/2023 - 2C de minha relatoria.
Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Arcoverde - PE
Embargante: Jose Cavalcanti Alves Junior
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: Paulo Jesus de Melo Barros (OAB-PE 8412), Dyego Alexandre Giraó de Souza Anjos (OAB-PE 12123-E) e outros, representando Jose Cavalcanti Alves Junior
- 019.367/2019-8 -** Embargos de declaração em tomada de contas especial, interposto por Severino Eudson Catão Ferreira contra o Acórdão 8.115/2023 - TCU - 2C, de minha relatoria.
Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Palmeirina - PE
Responsável: Severino Eudson Catão Ferreira
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: Luís Alberto Gallindo Martins (OAB-PE 20.189), representando Severino Eudson Catão Ferreira

- 020.350/2022-8 -** Pedido de reexame em aposentadoria, interposto pelo Senado Federal, contra o Acórdão 2279/2023-2ª Câmara, da relatoria do Ministro Augusto Nardes.
Unidade Jurisdicionada: Senado Federal
Interessados: Auditoria do Senado Federal e Vicente Limongi Netto
Representação legal: não há
- 021.124/2023-0 -** Aposentadoria de Eda Maria Domingues da Universidade Federal de São Paulo.
Unidade Jurisdicionada: Universidade Federal de São Paulo
Interessado: Yeda Maria Domingues
Representação legal: não há
- 022.157/2022-0 -** Pedido de reexame em aposentadoria, interposto pelo Senado Federal, contra o Acórdão 2870/2023-TCU-2ª Câmara da relatoria do Ministro Vital do Rego.
Unidade Jurisdicionada: Senado Federal
Interessados: Auditoria do Senado Federal; Margaret Rose Nunes Leite Cabral
Representação legal: não há
- 022.917/2021-7 -** Pedido de reexame em aposentadoria, interposto pela Fundação Universidade de Brasília, contra o Acórdão 3021/2022-TCU-2ª Câmara, da relatoria do Ministro Aroldo Cedraz.
Unidade Jurisdicionada: Fundação Universidade de Brasília
Interessado: Gustavo da Rocha Velloso
Representação legal: não há
- 024.961/2020-5 -** Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - MS, originalmente em desfavor do MUNICÍPIO DE BENEVIDES/PA, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por meio do FNS.
Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Benevides - PA
Responsáveis: Ivete Gadelha Vaz; Prefeitura Municipal de Benevides - PA
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Representação legal: Aline Rosa da Silva (OAB-PA 23002), Bruna Sofia Potiguar Fraiha (OAB-PA 28629) e outros, representando Prefeitura Municipal de Benevides - PA

- 045.670/2020-0 -** Tomada de contas especial instaurada pela Funasa em desfavor de Miguel Borges de Oliveira Júnior, prefeito de Miguel Alves/PI nas gestões 2009-2012 e 2017-2020, e de Marca Engenharia Ltda., em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Termo de Compromisso TC/PAC 0648/09, registro Siafi 658071 (peça 5), que tinha por objeto a execução de um sistema de esgotamento sanitário para atender ao referido município no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento 2009.
Unidade Jurisdicionada: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí
Responsáveis: Marca Engenharia Ltda; Miguel Borges de Oliveira Júnior
Representação legal: Uanderson Ferreira da Silva (OAB-PI 5456), representando Miguel Borges de Oliveira Júnior

Ministro JHONATAN DE JESUS

- 004.452/2022-4 -** Pedido de reexame interposto por Georgina Maria Assumpcao dos Reis Dias contra decisão de ...
Recorrente: Georgina Maria Assumpção dos Reis Dias, Centro de Controle Interno do Exército; Georgina Maria Assumpção dos Reis Dias; Denise Correa de Mattos Barroso.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: Sônia Maria de Jesus Ribeiro Martins (76.502/OAB-RJ), representando a recorrente.
- 006.562/2022-1 -** Pedido de reexame interposto por Jose Felipe Americo Cordeiro contra decisão de ...
Interessado: Jose Felipe Americo Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
Representação legal: Francisco Assis de Mesquita Ciriaco (OAB-CE 10.680), representando Jose Felipe Americo Cordeiro.
- 006.574/2022-0 -** Pedido de reexame interposto por Ilca Emilia Pinto contra decisão de ...
Interessada: Ilca Emilia Pinto.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
Representação legal: não há
- 006.706/2022-3 -** Embargos de declaração interposto por Senado Federal contra decisão de ...
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Auditoria do Senado Federal; Cyrene Nogueira do Amaral.
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal.
Representação legal: não há

- 006.778/2022-4 -** Pedido de reexame interposto por Irani Rego da Silva contra decisão de ...
Interessada: Irani Rego da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
Representação legal: Jose Luis Wagner (17183/OAB-DF), representando Irani Rego da Silva.
- 006.812/2022-8 -** Pedido de reexame interposto por Senado Federal contra decisão de ...
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Auditoria do Senado Federal; Fatima do Espírito Santo Queiroz.
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal.
Representação legal: não há
- 008.038/2022-8 -** Pedido de reexame interposto por Universidade Federal de Alagoas contra decisão de ...
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Manoel Correia da Mota, Universidade Federal de Alagoas .
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas.
Representação legal: não há
- 008.248/2022-2 -** Pedido de reexame interposto por Thais Bastos Goncalves de Villena contra decisão de ...
Recorrente: Thaís Bastos Gonçalves de Villena, Centro de Controle Interno do Exército; Thaís Bastos Gonçalves de Villena; Ethel Bastos Gonçalves Ribeiro; Maria Letice Freitas Bastos Gonçalves; Suely Bastos Gonçalves de Fernandez.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: Antônio Odaci da Silva Lopes (110.566/OAB-RS), representando Thaís Bastos Gonçalves de Villena.
- 008.434/2016-6 -** Recurso de reconsideração interposto por Flávio Travassos Régis de Albuquerque contra decisão de ...
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Vicente Ferrer/PE.
Recorrente: Flávio Travassos Régis de Albuquerque, Fundação Nacional de Saúde ; Ministério da Saúde, Andressa Barbosa Leite de Oliveira; Construtora Taquary Ltda. ; Flávio Travassos Régis de Albuquerque; Luciano Ferreira da Silva; Pedro Augusto Pereira Guedes.
Representação legal: Marcus Vinícius Alencar Sampaio (OAB-PE 29.528), Paulo Gabriel Domingues de Rezende (OAB-PE 26.965) e outros, representando Flávio Travassos Régis de e o Município de São Vicente Ferrer/PE.
- 008.844/2022-4 -** Pedido de reexame interposto por Maryluci da Mota Paiva contra decisão de ...
Recorrente: Maryluci da Mota Paiva.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
Representação legal: José Luís Wagner (17.183/OAB-DF) e outros, representando Maryluci da Mota Paiva.

- 010.545/2022-0 -** Pedido de reexame interposto por Valeria Jorge Ribeiro Carneiro contra decisão de ...
Recorrente: Valéria Jorge Ribeiro Carneiro, Centro de Controle Interno do Exército; Valéria Jorge Ribeiro Carneiro; Giseuda Jorge de Oliveira Ribeiro; Ismália Jorge Ribeiro Honfi; Roberta Kelly Coelho Ribeiro.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: Paulo Emílio Jorge de Oliveira Romero (16.696/OAB-PB), representando Valéria Jorge Ribeiro Carneiro.
- 012.380/2022-9 -** Pedido de reexame interposto por Senado Federal contra decisão de ...
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Auditoria do Senado Federal; Marcia Regina Fabricio Dias.
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal.
Representação legal: Edvaldo Fernandes da Silva (19233/OAB-DF), representando Senado Federal.
- 018.902/2021-9 -** Pedido de reexame interposto por Universidade Federal de Alagoas contra decisão de ...
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Alessandra Cordeiro Manso Rodrigues, Universidade Federal de Alagoas.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas.
Representação legal: não há
- 019.477/2020-1 -** Recurso de reconsideração interposto por Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos contra decisão de ...
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Gurupá/PA.
Recorrente: Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos, Fundo Nacional de Saúde -MS.
Representação legal: Jorge Luís de Almeida Gomes (OAB-PA 16.855), representando o Município de Gurupá/PA; Wyller Hudson Pereira Melo (OAB-PA 20.387), representando Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos.
- 020.444/2022-2 -** Pedido de reexame interposto por Viviane Gomes dos Santos contra decisão de ...
Interessados: Centro de Controle Interno da Marinha ; Viviane Gomes dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
- 021.158/2019-3 -** Recurso de reconsideração contra decisão que julgou contas irregulares com débito e multa em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados a título de incentivo fiscal com arrimo na Lei Rouanet.
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Indígena Akwe.
Recorrentes: Associação Indígena Akwe ; Santino Xerente, Fundação Nacional do Índio ; Secretaria Especial de Cultura
Representação legal: Rogério Srône Xerente (OAB-TO 10.050), representando Santino Xerente e a Associação Indígena Akwe.

- 022.095/2019-5 -** Embargos de declaração opostos contra acórdão do Tribunal que julgou irregulares as contas de ex-prefeito, condenou-o ao pagamento do débito e aplicou-lhe multa.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios/AL.
Embargante: James Ribeiro Sampaio Calado Monteiro Fundo Nacional de Saúde/MS.
Representação legal: Hugo Veloso Cavalcante (OAB-AL 14.747), representando James Ribeiro Sampaio Calado Monteiro.
- 023.649/2021-6 -** Pedido de reexame interposto por Edi Mendes Guimarães, Fundação Universidade de Brasília contra decisão de ...
Recorrente: Edi Mendes Guimarães.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
Representação legal: não há.
- 027.786/2019-6 -** Pedido de reexame interposto por José Moacir Cardoso da Costa contra decisão de ...
Interessado: Jose Moacir Cardoso da Costa.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União.
Representação legal: Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto (13.802/OAB-DF), representando José Moacir Cardoso da Costa.
- 035.865/2015-6 -** Recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 1.358/2022-TCU-2ª Câmara, que julgou irregulares as contas da ex-prefeita de Bonito de Santa Fé, PB, condenando-a ao pagamento do débito e aplicando-lhe multa.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé/PB.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Ministério do Turismo, Alderi de Oliveira Caju.
Representação legal: Joailson Guedes Barbosa (OAB-PB 13.295), representando Wanderley Macedo; Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (OAB-PB 14.233), representando Alderi de Oliveira Caju.
- 037.067/2021-4 -** Embargos de declaração interposto por Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/es contra decisão de ...
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Rhode Tanaca Assumpcao, Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES ..
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.
Representação legal: não há

- 040.610/2019-5 -** Embargos de declaração opostos por Isaac Cavalcante de Carvalho contra decisão que rejeitou os aclaratórios opostos anteriormente pelo responsável, mantendo o julgamento pela irregularidade de suas contas e a imputação de débito.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Embargante: Isaac Cavalcante de Carvalho; Misael Aguilar Silva Júnior.
Representação legal: Voldi Silva Alves (OAB-PE 39.866), representando Isaac Cavalcante de Carvalho.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

- 015.666/2023-9 -** Ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
Interessada: Maria do Livramento Rocha Alves
Unidade Jurisdicionada: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs
Representação legal: não há
- 017.127/2020-3 -** Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão 6103/2022 - Segunda Câmara, proferido em processo de Tomada de Contas Especial em decorrência da não comprovação da regular aplicação dos recursos federais repassados pela União por meio do Contrato de Concessão de Subvenção Econômica 03.10.0100.00, que tinha por objetivo o desenvolvimento de dialisadores utilizando membranas do tipo fibra oca produzidas com tecnologia nacional.
Unidade Jurisdicionada: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep
Embargante: PAM Membranas Seletivas Ltda. e Roberto Bentes de Carvalho
Representação legal: Marcus Vinicius Lima de Freitas (OAB-RJ 103896)
- 019.917/2020-1 -** Embargos de Declaração opostos pela Sra. Jusmari Terezinha de Souza Oliveira contra o Acórdão 8.491/2023 - Segunda Câmara.
Unidade Jurisdicionada: Município de Barreiras/BA
Embargante: Jusmari Terezinha de Souza Oliveira
Representação legal: Rafael de Medeiros Chaves Mattos (OAB/BA 16.035) e Tâmara Costa Medina da Silva (OAB/BA 15.776)
- 025.919/2020-2 -** Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de ex-prefeito do Município Itapecuru-Mirim/MA e da entidade contratada (Instituto Socius-Polis de Desenvolvimento Social), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados à conta do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.
Unidade Jurisdicionada: Município de Itapecuru-Mirim/MA
Responsáveis: Magno Rogério Siqueira Amorim e Instituto Socius-Polis de Desenvolvimento Social
Representação legal: não há

- 044.973/2020-9 -** Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos descentralizados por meio do Termo de Compromisso 65/2017, que tinha por objeto a execução de ações de defesa civil relacionadas a alagamentos ocorridos em Maceió/AL.
Unidade Jurisdicionada: Município de Maceió/AL
Responsável: Sr. Rui Soares Palmeira
Representação legal: Diogo Silva Coutinho (OAB/AL 7489)

DESPACHOS DE AUTORIDADES**MINISTRO AUGUSTO NARDES****Processo: 005.862/2018-3****Natureza:** Relatório de Auditoria**Unidade Jurisdicionada:** Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).**Interessados:** Concessionária Aeroportos Brasil Viracopos S/A (ABV); Consórcio Construtor Viracopos (CCV); Constran S/A - Construções e Comércio; e Construtora Triunfo S/A.

DESPACHO

Trata-se de auditoria no contrato celebrado entre a Concessionária Aeroportos Brasil Viracopos (ABV) e sua parte relacionada, o Consórcio Construtor Viracopos (CCV), para a realização das obras de engenharia da Fase I-B do contrato de concessão do aeroporto de Viracopos, em Campinas-SP.

Considerando a petição juntada à peça 454 dos autos, realizada pelos advogados Luís Justinia no Haiek Fernandes (OAB/DF 2.193) e Eduardo Stênio Silva Sousa (OAB/DF 20.327) em nome do Consórcio Construtor Viracopos (CCV), para acesso às peças solicitadas, que se encontram classificadas como sigilosas;

Considerando que a CCV é parte neste processo, situação que, nos termos dos arts. 144 e 163 do Regimento Interno do TCU, lhe habilitaria a pedir vista ou cópia de peça deste processo, mediante solicitação dirigida a este relator;

Considerando que, nos termos do art. 93 da Resolução TCU 259/2014, uma vez credenciado, o solicitante, por meio de seu representante legal, pode compulsar, a qualquer tempo, os elementos processuais que não ofereçam comprometimento à garantia da intimidade e da vida privada dos cidadãos ou à preservação do sigilo sob a tutela do TCU;

Considerando, por outro lado, que os advogados que peticionam em nome da CCV não constam no rol da procuração apresentada pela parte (peça 420);

Considerando que o requerimento de vista realizado por pessoa não qualificada como representante legal de parte deve receber o tratamento de solicitação de acesso a informações para esclarecimentos de interesse particular, nos termos do art. 94 da Resolução TCU 259/2014;

Considerando que, nos termos do art. 59, § 1º, da referida Resolução, as informações para esclarecimentos de interesse particular submetem-se ao regramento da Lei 12.527/2011 e que, com base no art. 6º, inciso III, da citada Lei, compete ao TCU a proteção da informação das peças classificadas como sigilosa, consequentemente, impossibilitando a concessão do pedido de vista formulado;

Considerando a manifestação da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (AudRodoviaAviação) às peças 455-456;

Indefiro o atendimento à solicitação insita à peça 454 dos autos, tendo em vista a ausência da regularidade da representação processual dos advogados que peticionaram o pedido e a natureza sigilosa das peças solicitadas, esclarecendo que, caso seja regularizada tal representação processual, não há óbice para atendimento do referido pleito.

À AudRodoviaAviação, para adoção das providências de sua alçada.

Brasília, 28 de setembro de 2023

AUGUSTO NARDES
Relator

Processo: 009.387/2023-4

Natureza: Pensão Civil

Unidade Jurisdicionada: Ministério da Educação

DESPACHO

Trata-se de processo relativo a atos de concessão de pensão civil, submetidos à apreciação do Tribunal de Contas da União, para fins de registro, pelo Ministério da Educação, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

2. O Ministério Público junto ao Tribunal (MPTCU), representado pelo Ilustre Procurador Rodrigo Medeiros de Lima, propôs, previamente a análise de mérito do processo, a devolução do feito à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) para que seja averiguado se houve a inclusão no cálculo dos proventos das pensões das parcelas de quintos/décimos e “opção de função”, de forma cumulativa, refletindo nos benefícios das pensões civis em questão, e, em caso positivo, da regularidade desse procedimento, fazendo-se, caso necessário, as diligências para sanear os autos.

3. Considerando a manifestação do MPTCU à peça 8, determino o retorno dos autos à AudPessoal para nova análise das presentes concessões à luz das informações e considerações apresentadas pelo **Parquet**.

À AudPessoal, para a adoção das providências a seu cargo.

Brasília, 28 de setembro de 2023

AUGUSTO NARDES
Relator

Processo: 006.690/2021-1

Natureza: Relatório de Auditoria

Unidade Jurisdicionada: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

Interessados: Consórcio Construtor Helvix, Congresso Nacional (vinculador), Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S/A, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

DESPACHO

Considerando a solicitação acostada à peça 52, por meio da qual o Membro do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU) requereu a oportunidade de oficiar nos autos.

Considerando o meu Despacho à peça 143, por intermédio do qual restitui o presente processo à unidade técnica que, após a instrução, deveria encaminhá-lo, em seguida, para a manifestação do **Parquet** de Contas.

Encaminhe-se os autos ao Ministério Público junto ao TCU.

Brasília, 28 de setembro de 2023

AUGUSTO NARDES

Relator

Processo: 020.433/2023-9

Natureza: Pensão Civil

Unidade Jurisdicionada: Departamento de Polícia Federal

DESPACHO

Trata-se de ato de concessão de pensão civil instituída por Wilton Cesar Ferrete Magalhaes e submetido à apreciação do Tribunal de Contas da União, para fins de registro, pelo Departamento de Polícia Federal, em benefício de Rafael Lucena Ferrete Magalhaes e Maria Wleide de Lucena, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

2. O Ministério Público junto ao Tribunal (MPTCU), representado pelo Ilustre Procurador Rodrigo Medeiros de Lima, propôs, previamente a análise de mérito do processo, a devolução do feito à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) para que seja averiguado se houve a inclusão no cálculo dos proventos da pensão, da parcela de decisão judicial de plano econômico (28,86%), refletindo no benefício da pensão civil em questão, e, em caso positivo, da regularidade desse procedimento, fazendo-se, caso necessário, as diligências para sanear os autos, inclusive com a solicitação da memória de cálculo dos proventos da pensão à unidade jurisdicionada (peça 7).

3. Considerando o encaminhamento proposto pelo MPTCU, determino o retorno dos autos à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) para nova análise da presente concessão à luz das informações e considerações apresentadas pelo **Parquet** e, caso necessário, para a realização de diligência ao órgão de origem.

À AudPessoal, para a adoção das providências a seu cargo.

Brasília, 28 de setembro de 2023

AUGUSTO NARDES
Relator

Processo: 007.135/2023-8

Natureza: Pedido de reexame (Aposentadoria).

Unidade Jurisdicionada: Universidade Federal de Minas Gerais.

Recorrente: Universidade Federal de Minas Gerais.

DESPACHO

Trata-se de pedido de reexame interposto por Universidade Federal de Minas Gerais contra o Acórdão 8.791/2023-TCU-2ª Câmara.

Conheço do presente recurso, suspendendo-se os efeitos dos itens 9.1, 9.3 e 9.3.1 do Acórdão 8.791/2023-TCU-2ª Câmara, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c arts. 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, conforme exame de admissibilidade realizado pela unidade técnica (peça 18).

Determino, preliminarmente, a remessa dos autos à Seproc para dar ciência aos órgãos/entidades cientificados do acórdão recorrido acerca do efeito suspensivo concedido em face do presente recurso.

Após, seja o processo encaminhado à AudRecursos para as providências a seu cargo.

Brasília-DF, 28 de setembro de 2023.

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Relator

Processo: 001.554/2013-1

Natureza: Pedido de reexame (Relatório de Auditoria).

Unidade Jurisdicionada: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Recorrente: Autopista Regis Bittencourt S/A.

DESPACHO

Trata-se, nesta fase processual, de pedido de reexame interposto por Autopista Regis Bittencourt S/A (peça 154) contra o Acórdão 2.685/2021-TCU-Plenário, proferido nestes autos que cuidam de auditoria realizada na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) com o objetivo de verificar a atuação da Agência sobre o contrato de concessão da rodovia BR-116/SP/PR, celebrado com aquela concessionária.

Considerando os apontamentos de cunho eminentemente jurídico consignados pelo titular da Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos), peça 169, e a relevância da matéria, submeto os autos para a manifestação do Ministério Público junto a este Tribunal (MPTCU).

Encaminhem-se os autos ao MPTCU, para as devidas providências.

Brasília, 28 de setembro de 2023

AUGUSTO NARDES
Relator

Processo: 029.637/2022-8

Natureza: Pedido de reexame (Aposentadoria).

Unidade Jurisdicionada: Ministério da Economia (extinto),
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Recorrente: Ana Cândida Moraes de Lima.

DESPACHO

Trata-se de pedido de reexame interposto por Ana Cândida Moraes de Lima contra o Acórdão 8.195/2023-TCU-2ª Câmara.

Conheço do presente recurso, suspendendo-se os efeitos dos itens 9.1, 9.3, 9.3.1 e 9.3.2 do Acórdão 8.195/2023-TCU-2ª Câmara nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c arts. 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, conforme exame de admissibilidade realizado pela unidade técnica (peça 42).

Determino, preliminarmente, a remessa dos autos à Seproc para dar ciência aos órgãos/entidades cientificados do acórdão recorrido acerca do efeito suspensivo concedido em face do presente recurso.

Após, seja o processo encaminhado à AudRecursos para as providências a seu cargo.

Brasília-DF, 28 de setembro de 2023.

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Relator

Processo: 033.359/2023-7

Tipo: Solicitação de Informação.

Unidade Jurisdicionada: Presidência da República.

Solicitante: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI).

DESPACHO

Trata-se de solicitação formulada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) de acesso aos autos do TC 005.338/2023-9 e do TC 006.789/2023-4, ambos sob a minha Relatoria.

2. A referida Comissão é órgão de controle com legitimidade para requerer informações ou cópia de peças processuais a este Tribunal, conforme o art. 62 da Resolução-TCU 259/2014 c/c inciso VII do art. 71 da Constituição Federal.

3. O TC 005.338/2023-9 cuida de auditoria nos bens recebidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, no período de 2019 a 2022, e encontra-se em análise no âmbito deste Tribunal, ou seja, ainda não houve prolação de ato decisório com decisão de mérito, seja acórdão ou despacho do relator, razão pela qual ainda recai o sigilo em algumas de suas peças.

4. Por sua vez, o TC 006.789/2023-4 trata de representação sobre a mesma matéria, apensado ao processo anteriormente mencionado.

5. Destaco que, sob esse prisma, cabe ao relator autorizar o acesso às informações ou documentos anteriormente à prolação do ato decisório, bem como em relação àqueles não classificados como públicos, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 4º da Resolução-TCU 249/2012, com a redação dada pela Resolução-TCU 358/2023, sem descuidar do sigilo atribuído às peças 65-76 e 87-89 do TC 005.338/2023-9.

6. Sendo assim, acolhendo o pronunciamento da AudGovernança às peças 34-35, defiro a solicitação formulada pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), devendo a requerente ser cientificada de que, conforme os arts. 17, § 2º, e 20 da Resolução TCU 294/2018, o acesso à informação sigilosa implica o dever de resguardar a sua confidencialidade, nos termos da legislação em vigor.

À Sefproc, para as devidas providências.

Brasília, 28 de setembro de 2023

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Relator

ATAS**2ª CÂMARA**

ATA Nº 33, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023
(Sessão Ordinária da Segunda Câmara)

Presidente: Ministro Augusto Nardes

Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

Às 10 horas e 30 minutos, o Ministro Augusto Nardes, na Presidência, declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Aroldo Cedraz e Jorge Oliveira; do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, convocado para substituir o Ministro Antonio Anastasia; e do Representante do Ministério Público, Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

Ausentes os Ministros Vital do Rêgo e Antonio Anastasia, em missão oficial.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a ata nº 32, referente à sessão realizada em 19 de setembro de 2023.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-011.530/2020-0, cujo Relator é o Ministro Augusto Nardes;

- TC-020.268/2023-8, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz; e

- TC-010.565/2020-5, TC-013.921/2021-5 e TC-024.961/2020-5, cujo Relator é o Ministro Antonio Anastasia.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 9507 a 9594.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 9450 a 9506, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-024.236/2020-9, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, o Dr. Diogo Diniz Ribeiro Cabral não compareceu para produzir sustentação oral em nome do Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás, de Edmilson Carlos Pereira de Abreu Pinheiro e de Antônio Gomes de Moraes. Acórdão nº 9503.

Na apreciação do processo TC-021.371/2020-2, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, o Dr. Magno Israel Miran Silva não compareceu para produzir sustentação oral em nome de Wekisley Teixeira Silva. Acórdão nº 9462.

Na apreciação do processo TC-009.840/2022-4, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, o Dr. Ônio Fialho Miranda não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome próprio. Acórdão 9553, constante da Relação 27/2023 - TCU - 2ª Câmara.

REEXAME PARA EXCLUSÃO DE PAUTA

Nos termos dos artigos 100 e 129 do Regimento Interno, o processo TC-011.530/2020-0, relatado nesta sessão, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, foi excluído de pauta, ante a ausência de quórum mínimo, tendo em vista o impedimento do Ministro Aroldo Cedraz.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 9450/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.722/2023-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Sonia Regina Cavalheiro da Cunha (010.812.778-82)
4. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de revisão de ofício do ato de concessão de aposentadoria de Sonia Regina Cavalheiro da Cunha, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, V, e 39, inciso II e parágrafo único, da Lei 8.443/1992, 260, § 1º e 2º, e 262 do RITCU, em:

- 9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse de Sonia Regina Cavalheiro da Cunha, recusando seu registro;
- 9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
- 9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª que:
 - 9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
 - 9.3.2. comunique a interessada do teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
 - 9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
- 9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9450-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Jorge Oliveira (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9451/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.447/2013-7
 - 1.1. Apensos: TC 014.790/2017-3 e TC 014.173/2016-6
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Adel Ruts (819.809.819-49, falecido), Emerson Santo Stresser (000.274.679-45), Maria de Fátima Souza de Sant'anna (042.982.799-79), Rubiene de Fátima Costa Pereira (782.975.169-20), Sineden Aparecido de Lara (328.735.739-53) e Instituto Corpore para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida (07.229.374/0001-22)
4. Unidade: Município de Rio Branco do Sul/PR
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)

8. Representação legal: Eduardo Ramos Caron Tesserolli (OAB-PR 42.925), representando Maria de Fátima Souza de Sant'anna; José Ari Nunes (OAB-PR 36.706), representando Rubiene de Fátima Costa

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada em cumprimento ao Acórdão 1.813/2013-2ª Câmara a partir de irregularidades verificadas na gestão de recursos públicos da saúde no município de Rio Branco do Sul/PR.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 174, 175 e 212 do Regimento Interno do TCU c/c arts. 6º, inciso II, e 19 da Instrução Normativa-TCU 71/2012, em:

9.1. declarar a nulidade da citação e das demais comunicações dirigidas ao espólio de Adel Ruts, bem como dos Acórdãos 13.563/2016 e 5.293/2019-2ª Câmara, exclusivamente em relação ao referido responsável;

9.2. arquivar as contas de Adel Ruts, sem julgamento de mérito, por ausência de pressupostos para desenvolvimento válido e regular do processo;

9.3. enviar os autos à Secretaria de Gestão de Processos para as comunicações devidas e conclusão dos procedimentos referentes aos processos de cobrança executiva autuados.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9451-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9452/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.752/2017-7

1.1. Apenso: TC 011.449/2022-5 e TC 014.130/2021-1

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessado/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

3.2. Recorrentes: Lindomar Lisboa Madalena (083.916.291-04) e Francisco da Rocha Miranda (060.151.821-72)

4. Unidade: Município de Araguatins/TO

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)

8. Representação legal: Vinícius Coelho Cruz (OAB-TO 1654), representando Lindomar Lisboa Madalena

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os recursos de reconsideração interpostos por Lindomar Lisboa Madalena e Francisco da Rocha Miranda contra o Acórdão 8.180/2019-2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, condenando-os ao recolhimento do débito e aplicando-lhes multa, em virtude de não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos relacionados ao Termo de Compromisso 3154/2012 - PAC II - Proinfância, que objetivou a construção de três creches.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. determinar a exclusão dos nomes dos advogados constituídos por Francisco da Rocha Miranda do cadastro deste processo, considerando o anterior substabelecimento sem reservas de poderes e a renúncia dos atuais patronos, conforme peças 213 e 273-275;

9.3. comunicar esta decisão aos recorrentes e aos demais destinatários da deliberação original.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9452-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
- 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz e Jorge Oliveira (Relator).
- 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9453/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.680/2023-4.
 2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
 3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessada: Maria das Graças da Silva (247.940.406-44).
 4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
 5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
 6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
 7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 8. Representação legal: não há
 9. Acórdão:
- VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Maria das Graças da Silva (247.940.406-44), vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU; c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

- 9.1. considerar, excepcionalmente, legal o presente ato de concessão de aposentadoria, concedendo-lhe o respectivo registro;
- 9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada citada acima, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
- 9.3. determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, adote providências para regularização da falha financeira apontada, com a suspensão do pagamento da vantagem impugnada, caso a decisão que a sustenta seja desconstituída;
- 9.4. encaminhar cópia deste Acórdão à UFMG e à interessada, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9453-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
- 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
- 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9454/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.862/2023-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
- 3.1. Interessada: Raquel de Carvalho Bueno Braga (974.677.821-87).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF, referente à contratação de Raquel de Carvalho Bueno Braga (974.677.821-87);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 353/2023, em:

- 9.1. considerar ilegal o ato de admissão de pessoal, ordenando, excepcionalmente, o seu registro.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9454-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9455/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.037/2023-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Arlindo Miguel Hendges (204.302.210-53).
4. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em favor da Arlindo Miguel Hendges (204.302.210-53);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 353/2023, em:

- 9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria, ordenando, excepcionalmente, o seu registro, mantendo o pagamento da parcela denominada GDIBGE aos inativos na mesma proporção que é paga aos servidores em atividade, em razão de haver decisão judicial transitada em julgado que a ampara.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9455-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9456/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.405/2023-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão militar.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessada: Jeane de Souza Lima (010.692.864-35).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de pensão militar, ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

- 9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de pensão militar, e negar-lhe o registro;
- 9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo órgão de origem do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
- 9.3. determinar ao órgão de origem que:
 - 9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
 - 9.3.2. emita novo ato de pensão militar, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
 - 9.3.3. informe à(s) interessada(s) que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo órgão de origem; e
 - 9.3.4. comunique à(s) interessada(s) o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9456-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9457/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.325/2022-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: Pedido de reexame (em processo de Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessada: Maria Isabel Bione de Pinho (881.704.897-68).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 4351/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

 - 9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;
 - 9.2. esclarecer ao órgão de origem que será possível a continuidade dos pagamentos, sem a absorção por reajustes futuros, caso se comprove, no caso concreto, a existência de decisão judicial transitada em julgado que assegure à interessada a incorporação de quintos no período entre 8/4/1998 e 4/9/2001, conforme a modulação de efeitos fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;
 - 9.3. encaminhar cópia desta deliberação ao órgão.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9457-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9458/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.139/2023-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão militar.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessada: Kathia da Silva Santos Meliand (740.843.727-49).
4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando da Marinha,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

- 9.1 considerar ilegal o presente ato de concessão de pensão militar, e negar-lhe o registro;
- 9.2 dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
- 9.3. determinar ao Comando da Marinha que:
 - 9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262 do Regimento Interno desta Corte;
 - 9.3.2. emita novo ato de pensão militar, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
 - 9.3.3. comunique aos interessados sobre o teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximirá da obrigação de devolver os valores percebidos indevidamente após a notificação do presente acórdão, caso os recursos não sejam providos;
- 9.4. determinar à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal que monitore o cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.3., representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9458-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9459/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.235/2022-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Francisco de Assis Borges de Lima (002.212.441-15).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria de Francisco de Assis Borges de Lima (002.212.441-15), vinculado à Câmara dos Deputados, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU; c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. determinar à Câmara dos Deputados que:

9.2.1. promova o destaque do valor correspondente aos reajustes incidentes sobre a VPNI derivada de quintos/décimos de funções comissionadas, desde a vigência da Lei 13.323/2016, no prazo 15 (quinze) dias contados da ciência, sujeitando-o à absorção por quaisquer reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020, data de publicação do Acórdão 11.833/2020-TCU-1ª Câmara.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9459-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9460/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.308/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão civil.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Marta Matthias Alves de Almeida (730.822.607-72).

4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de pensão civil, instituída por Paulo Henrique da Matta Machado (CPF 051.608.987-00), vinculado à Câmara dos Deputados, submetido, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU; c/c o art. 19, inciso II, da IN-TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o presente ato de pensão civil, negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o disposto no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Câmara dos Deputados, com fulcro no art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. promova, no prazo de 15 (trinta) dias, o destaque do valor correspondente aos reajustes incidentes sobre a VPNI derivada de quintos/décimos de funções comissionadas, desde a vigência das Leis 12.779/2012 e 13.323/2016, no prazo 15 (quinze) dias contados da ciência, sujeitando-o à absorção por quaisquer reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020, data de publicação do Acórdão 11.833/2020-TCU-1ª Câmara;

9.3.3. emita novo ato, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.4. dê ciência do inteiro teor da deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. envie a esta Corte de Contas no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do interessado, quanto ao julgamento deste Tribunal.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9460-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9461/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.044/2023-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de admissão de pessoal.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Hassan Hamed Hasan Jumah (010.633.070-58).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Hassan Hamed Hasan Jumah (010.633.070-58);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 353/2023, em:

9.1. considerar ilegal o ato de admissão de pessoal, ordenando, excepcionalmente, o seu registro.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9461-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9462/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 021.371/2020-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsáveis: Alcides Pereira Ferraz (033.542.105-91); Wekisley Teixeira Silva (803.423.105-34).

3.3. Recorrente: Wekisley Teixeira Silva (803.423.105-34).

4. Órgão/Entidade: Município de Encruzilhada - BA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Magno Israel Miranda Silva (OAB-DF 32.898), representando Wekisley Teixeira Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que apreciam Recurso de Reconsideração manejado por Wekislei Teixeira Silva contra o Acórdão 8.326/2021-TCU-2ª Câmara, mantido pelo Acórdão 11.722/2021-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I e 33, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração manejado por Wekislei Teixeira Silva e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9462-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9463/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.307/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Luziane Toledo Machado Azevedo (020.017.621-86).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Luziane Toledo Machado Azevedo (020.017.621-86);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 353/2023, em:

9.1. considerar ilegal o ato de admissão de pessoal, ordenando, excepcionalmente, o seu registro.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9463-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9464/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.320/2023-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de admissão de pessoal

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: José Julieze Nobre (044.847.473-59).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Jose Julieze Nobre (044.847.473-59);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 353/2023, em:

- 9.1. considerar ilegal o ato de admissão de pessoal, ordenando, excepcionalmente, o seu registro.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9464-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9465/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 023.631/2017-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Responsáveis: Editare Editora Ltda. (04.784.950/0001-05); Fábio Augusto de Brito Ávila (036.689.808-61); Renato Ribeiro do Valle (157.373.158-78).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Alessandra Isabela Drummond de Alvarenga (OAB/MG 65.787), Rafael Neumayr (OAB/MG 97.806), Stefano Pessoa Ragonezzi (OAB/MG 95.444) e Lázaro Henrique Romio (OAB/DF 28.508) representando Fábio Augusto de Brito Ávila e Editare Editora Ltda.; Eduardo de Oliveira Lima (OAB/SP 146.157), Mauricio Vedovato (OAB/SP 162.414), Marcus Vinicius Pereira Lucas (OAB/SP 285.739) e Elaine Perez (OAB/SP 258.462) representando Renato Ribeiro do Valle.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura em razão do não cumprimento do objeto pactuado no âmbito do projeto cultural intitulado “Descubra o Brasil - 2ª etapa” (PRONAC 07-0801), realizado com recursos captados sob a forma de doações ou patrocínios, nos termos da Lei 8.313/1991 (Lei de Incentivo à Cultura);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea “c”; 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992; c/c os arts. 1º, inciso I; 209, inciso III; 210 e 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Editare Editora Ltda., Fábio Augusto de Brito Ávila e Renato Ribeiro do Valle, condenando-os ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da ocorrência	Valor original (R\$)	Tipo da parcela
13/2/2008	6.000,00	Débito
14/4/2008	790.951,96	Débito
11/7/2008	418.000,00	Débito
4/8/2008	37.000,00	Débito
13/10/2008	504.000,00	Débito

Data da ocorrência	Valor original (R\$)	Tipo da parcela
7/11/2008	112.000,00	Débito
19/11/2008	75.000,00	Débito
16/12/2008	37.000,00	Débito
16/1/2009	37.000,00	Débito
17/2/2009	34.951,81	Débito
30/12/2009	37.548,19	Débito
20/1/2010	219.000,00	Débito
29/7/2011	61,73	Crédito

9.2. aplicar a Editare Editora Ltda., Fábio Augusto de Brito Ávila e Renato Ribeiro do Valle a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, desde logo, o pagamento da dívida dos responsáveis em trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, caso solicitado, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, com a incidência dos encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamenta, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9465-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9466/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.694/2021-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Marta Relvas (070.859.348-83).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 1121/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. esclarecer ao órgão de origem que será possível a continuidade dos pagamentos, sem a absorção por reajustes futuros, caso se comprove, no caso concreto, a existência de decisão judicial transitada em julgado que assegure à interessada a incorporação de quintos no período entre 8/4/1998 e 4/9/2001, conforme a modulação de efeitos fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação ao órgão e à recorrente.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9466-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9467/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.058/2021-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Marlene Aparecida Pereira (892.933.638-87).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB-DF 22.256), representando Marlene Aparecida Pereira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 2758/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 2758/2022-TCU-2ª Câmara;

9.3. considerar ilegal o presente ato de concessão de aposentadoria, concedendo-lhe, todavia, o respectivo registro, em conformidade com o art. 7º, II, da Resolução 353/2023;

9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao órgão e à recorrente.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9467-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9468/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 027.574/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

3.2. Responsáveis: Frank Gomes Freitas (CPF 203.539.103-25), Joao José Damasceno Lima (CPF 366.419.523-04), José Silva Filho (CPF 392.948.974-00), Mark Construções Projetos Transportes e Serviços Ltda. - ME (CNPJ 09.447.004/0001-97), Pedro Ivo Alves Bezerra (CPF 221.952.623-20).

3.3. Recorrentes: Frank Gomes Freitas (203.539.103-25); João José Damasceno Lima (CPF 366.419.523-04), José Silva Filho (CPF 392.948.974-00) e Pedro Ivo Alves Bezerra (CPF 221.952.623-20).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Itaiçaba - CE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. José Anselmo de Carvalho Junior (OAB-RN 3.703), representando João José Damasceno Lima; José Anselmo de Carvalho Junior (OAB-RN 3.703), representando Frank Gomes Freitas; José Anselmo de Carvalho Junior (OAB-RN 3.703), representando Pedro Ivo Alves Bezerra; José Anselmo de Carvalho Junior (OAB-RN 3.703) e Francisco Canindé Maia (OAB-RN 7.832), representando José Silva Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelos Srs. Frank Gomes Freitas, João José Damasceno Lima, José Silva Filho e Pedro Ivo Alves Bezerra, contra o Acórdão 2.454/2022-TCU-2ª Câmara, da relatoria do Ministro Bruno Dantas, que julgou irregulares as contas dos recorrentes, imputando-lhes, solidariamente, o débito apurado nos autos e aplicando-lhes, individualmente multa no valor de R\$ 20.000,00.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelos Srs. Frank Gomes Freitas, João José Damasceno Lima, José Silva Filho e Pedro Ivo Alves Bezerra para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da deliberação à Procuradoria da República no Ceará, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e aos demais interessados.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9468-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9469/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.822/2023-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de admissão de pessoal.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Ananda Pires Dias (317.864.268-46).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Ananda Pires Dias (317.864.268-46);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 353/2023, em:

9.1. considerar ilegal o ato de admissão de pessoal, ordenando, excepcionalmente, o seu registro.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9469-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9470/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.829/2023-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Vinicius Silva Bispo (090.706.656-97).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Vinicius Silva Bispo (090.706.656-97);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 353/2023, em:

- 9.1. considerar ilegal o ato de admissão de pessoal, ordenando, excepcionalmente, o seu registro.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9470-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9471/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.842/2023-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de admissão de pessoal.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Deivide Allan Gois (338.862.668-50).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Deivide Allan Gois (338.862.668-50);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 353/2023, em:

- 9.1. considerar ilegal o ato de admissão de pessoal, ordenando, excepcionalmente, o seu registro.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9471-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9472/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.846/2023-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessada: Karine Augusto da Silva de Andrade (213.221.878-19).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Karine Augusto da Silva de Andrade (213.221.878-19);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 353/2023, em:

- 9.1. considerar ilegal o ato de admissão de pessoal, ordenando, excepcionalmente, o seu registro.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9472-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9473/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.859/2023-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Carlos Augusto Rangel Schmitd (023.035.149-24).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Carlos Augusto Rangel Schmitd (023.035.149-24);

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 353/2023, em:

- 9.1. considerar ilegal o ato de admissão de pessoal, ordenando, excepcionalmente, o seu registro.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9473-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9474/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 041.248/2018-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Drogaria Vida Farm Ltda (00.931.181/0001-70); Marilete Walcher (575.839.860-87).

3.2. Recorrentes: Drogaria Vida Farm Ltda (00.931.181/0001-70); Marilete Walcher (575.839.860-87).

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz;

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pela Drogaria Vida Farm Ltda. e Marilete Walcher contra o Acórdão 13966/2020-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, 33 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 285 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação às recorrentes, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), à Controladoria-Geral da União, à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, e aos demais interessados.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9474-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9475/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 003.071/2016-2.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Orlando Facó (010.242.213-34); Carlos Alberto Rios Nogueira (073.703.343-68); Marcos de Queiroz Ferreira (104.822.373-68); Odivar Facó (262.322.003-49); Pedro da Cunha (897.146.363-53); e Michele Cariello de Sá Queiroz Rocha (289.153.053-53).

4. Entidade: Município de Beberibe/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE.

8. Representação legal: Alanna Castelo Branco Alencar (OAB/CE 6854), e outros, representando o Sr. Marcos de Queiroz Ferreira; Giordanno Bruno Ceris e Santos (OAB/CE 25.854), representando o Sr. Pedro da Cunha; Aline Saldanha de Lima Ferreira (OAB/CE 12.575), e outro, representando os Srs. Orlando Facó, Carlos Alberto Rios Nogueira e Odivar Facó; Tarcisio Vieira Mota Neto (OAB/CE 36.475), e outros, representando Michele Cariello de Sá Queiroz Rocha.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Ministério da Integração Nacional, em razão do não atingimento dos objetivos pactuados no Convênio 122/2004, firmado com o Município de Beberibe/CE, em 29/06/2004, tendo por objeto “a implantação do sistema de transposição do Rio Pirangi/Lagoa do Uruaú.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 8º e 11 da Resolução/TCU 344/2022, reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, em relação à não conclusão do objeto pactuado no Convênio 122/2004-MI, arquivando este processo em relação aos Srs. Orlando Facó e Carlos Alberto Rios Nogueira;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Marcos de Queiroz Ferreira, Odivar Facó e Pedro da Cunha, bem como da Sra. Michele Cariello de Sá Queiroz Rocha, dando-lhes quitação; e

9.3. enviar cópia deste Acórdão aos responsáveis e ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, para ciência.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9475-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9476/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.790/2022-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Senado Federal; Iolanda Rodrigues Chaves (144.280.321-53).

3.2. Recorrente: Senado Federal.

4. Órgão/Entidade: Senado Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Senado Federal em face do Acórdão 2.643/2022-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Aroldo Cedraz, o qual julgou ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Iolanda Rodrigues Chaves e negou-lhe registro, em razão do percebimento indevido de parcela relativa à vantagem de “quintos” bem como seu reajuste irregular, e fez determinações,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame interposto para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. de ofício, informar ao Senado Federal que, nos termos do item 9.3.4 do Acórdão 2.718/2022-TCU-Plenário, o procedimento ordenado no subitem 9.3.1 da mesma deliberação aplica-se ao caso concreto, verbis:

9.3.1. nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, e em conformidade a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADI 3.538/RS, ADI 3.840/RR, ADI 3.782/RJ, RE 638.115/CE e outros), providencie o destaque do valor correspondente aos reajustes incidentes sobre a VPNI derivada de quintos/décimos de funções comissionadas, desde a vigência da Lei 13.302/2016, no prazo 15 (quinze) dias contados da ciência, sujeitando-o à absorção por quaisquer reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020, data de publicação do Acórdão 11833/2020-TCU-Primeira Câmara;

9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia ao Senado Federal e à Sra. Iolanda Rodrigues Chaves, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço eletrônico <https://www.tcu.gov.br/acordaos>.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9476-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9477/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.051/2023-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Celso Elias Gomes de Moraes (057.670.161-00).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este ato de concessão de aposentadoria em favor de Celso Elias Gomes de Moraes, emitido pelo então denominado Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ora apreciado para fins de registro,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 71, III, da Constituição Federal; arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992; 259, II, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal, negando-lhe registro, o ato de concessão de aposentadoria de Celso Elias Gomes de Moraes (peça 3), em razão da manutenção, nos proventos, da parcela “10289 - DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AT (Decisão judicial - Outros)”, referente à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável (VPNI) do art. 2º da Lei 10.432/2002, com base em decisão judicial liminar proferida nos autos do Processo 0050300-92.2014.4.01.3400, tramitado na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF);

9.2. dispensar a devolução das quantias percebidas de boa-fé, com base na Súmula TCU 106;

9.3. determinar ao Ministério das Comunicações que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento irregular relativo ao ato impugnado de Celso Elias Gomes de Moraes, no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria de Celso Elias Gomes de Moraes, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno;

9.3.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido; e

9.3.4. encaminhe ao Tribunal o comprovante da data em que o interessado tomou ciência desta deliberação; e

9.4. dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral de suas demais peças (Relatório e Voto) poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos:

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9477-33/23-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9478/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 009.542/2016-7

2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo.

4. Embargante: Fibra Negócios e Serviços Ltda. (02.199.192/0001-32).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação Legal: Cristina Daher Ferreira (OAB-ES 12651), Luciano Olimpio Rhem da Silva (OAB-ES 10.978) e outros, representando Fibra Negócios e Serviços Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração opostos pela Empresa Fibra Negócios e Serviços Ltda. contra o Acórdão 3035/2022-2ª Câmara, proferido em processo de Tomada de Contas Especial instaurada, em atenção ao Acórdão 657/2016-Plenário, para apurar irregularidades na Concorrência 07/2010 do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia no Estado do Espírito Santo - Crea/ES e no Contrato 13/2010, dela derivado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno/TCU, conhecer dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão à embargante e aos seus representantes legalmente constituídos nos autos; e

9.3. enviar os autos à Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos), para exame de admissibilidade dos recursos a que se referem as peças 186 a 188 e 196.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9478-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9479/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.544/2022-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Maria Alice Vieira Freitas (261.796.521-04).

3.2. Recorrente: Maria Alice Vieira Freitas (261.796.521-04).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Bruno Conti Gomes da Silva (OAB-DF 44.300), Elaine Lourenço da Silva (OAB-DF 30670) e outros, representando Maria Alice Vieira Freitas.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Maria Alice Vieira Freitas em face do Acórdão 4039/2022-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria da recorrente e fez determinações;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar conhecimento deste Acórdão à Fundação Universidade de Brasília e à interessada, informando que a presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, poderá ser obtida no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9479-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9480/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-013.787/2022-5.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Josenilda Costa da Purificação (237.602.575-34).

4. Órgão: Tribunal de Contas da União.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal - AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria deferido pelo Tribunal de Contas da União, em favor da Sra. Josenilda Costa da Purificação.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Josenilda Costa da Purificação e negar registro ao correspondente ato;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Secretaria-Geral de Administração do TCU que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes medidas:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes da parcela de “décimos” ora impugnada, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à Sra. Josenilda Costa da Purificação, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

9.3.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria a favor Sra. Josenilda Costa da Purificação, livre da irregularidade verificada, e promova seu cadastramento no sistema e-Pessoal, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9480-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9481/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.070/2021-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Responsáveis: Creusa Maria de Sousa Araujo (909.795.596-34); Drogeria Samu Farma Ltda (17.769.080/0001-47); Samuel de Souza Araujo (095.232.156-47).
4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor do estabelecimento comercial Drogeria Samu Pharma/Drogeria Samu Farma Ltda., do Sr. Samuel de Souza Araujo e da Sra. Creusa Maria de Sousa Araujo, em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular (PFPPB) no período de 30/4/2014 a 31/8/2015,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com base nos arts. 1º, I, 16, III, “c”, §§ 2º e 3º, 19, 23, III, 26, 28, II, e 57 da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Drogeria Samu Pharma/Drogeria Samu Farma Ltda., do Sr. Samuel de Souza Araujo e da Sra. Creusa Maria de Sousa Araujo, condenando-os ao pagamento solidário das quantias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento dos referidos valores aos cofres do Fundo Nacional de Saúde:

DATA	VALOR (R\$)		DATA	VALOR (R\$)
30/04/2014	25,20		03/11/2014	53,46
12/05/2014	1.119,30		03/11/2014	518,16
12/05/2014	127,26		28/11/2014	1.416,69
30/05/2014	2.401,08		28/11/2014	13,77
30/05/2014	132,60		28/11/2014	94,77
07/07/2014	2.665,11		01/12/2014	4.200,54
07/07/2014	111,60		01/12/2014	19,20
08/07/2014	588,06		01/12/2014	137,10
08/07/2014	81,00		14/01/2015	6.502,41
31/07/2014	2.325,60		14/01/2015	19,20
31/07/2014	155,10		14/01/2015	174,51
01/08/2014	855,36		09/02/2015	5.075,27
01/08/2014	55,35		09/02/2015	66,00
01/09/2014	2.455,32		09/02/2015	498,00
01/09/2014	88,50		10/02/2015	2.731,32
09/09/2014	1.069,20		10/02/2015	41,31
01/10/2014	2.607,57		03/03/2015	7.397,06
01/10/2014	331,50		03/03/2015	99,21

DATA	VALOR (R\$)		DATA	VALOR (R\$)
02/10/2014	935,55		03/03/2015	460,56
02/10/2014	215,46		02/04/2015	6.652,88
03/11/2014	4.043,91		02/04/2015	327,17
05/05/2015	10.100,99		03/07/2015	94,80
05/05/2015	293,37		06/07/2015	2.245,32
12/06/2015	5.379,45		06/07/2015	13,77
12/06/2015	76,80		05/08/2015	1.953,85
15/06/2015	2.592,81		06/08/2015	775,17
15/06/2015	27,54		31/08/2015	2.902,41
03/07/2015	6.016,28		31/08/2015	164,57

9.2. aplicar aos responsáveis multas no valor individual de R\$ 15.000,00, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, “a”, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar igualmente, desde logo, se requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5. enviar cópia desta deliberação, com o relatório e o voto que o acompanham, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais;

9.6. notificar os responsáveis e a unidade jurisdicionada a respeito deste acórdão.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9481-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9482/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.088/2023-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Pensão Militar

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Jaqueline Luiz Franklin (076.607.938-45); Maria Ignez Luiz Franklin (009.136.038-21).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar instituída por Benjamin de Mendonça Franklin, em favor de Jaqueline Luiz Franklin e de Maria Ignez Luiz Franklin, concedida pelo Comando do Exército.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, 259, 260 e 262 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão militar em favor de Jaqueline Luiz Franklin e de Maria Ignez Luiz Franklin (peça 3), negando-lhe registro, em função do pagamento de proventos correspondentes ao soldo de um grau hierárquico acima do último ocupado pelo instituidor quando na ativa, mediante utilização de tempo laboral oriundo de guarnição especial e de serviço público para a concessão da vantagem, em desacordo com as disposições do art. 50, inciso II (redação anterior), c/c arts. 135 a 137, da Lei 6.880/1980;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. no prazo de quinze dias contados da ciência deste Acórdão, faça cessar o pagamento dos proventos excedentes ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. emita novo ato de pensão militar das interessadas, livre da irregularidade apontada, retificando a base de cálculo para a graduação de Coronel, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

9.3.3. dê ciência deste Acórdão às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto a este Tribunal não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.4. no prazo de trinta dias contados da ciência desta deliberação pela unidade jurisdicionada, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovantes da data em que as interessadas tomaram conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

9.4. dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9482-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9483/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 019.796/2023-4.

2. Grupo I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Gilda Lucia Ferreira (217.079.283-04).

4. Órgão: Senado Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa o ato de aposentadoria deferido pelo Senado Federal, em benefício da Sra. Gilda Lucia Ferreira.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Gilda Lucia Ferreira e negar registro ao correspondente ato;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Senado Federal que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes providências:

9.3.1. promova o destaque das parcelas de “quintos/décimos” incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos nos proventos, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115/CE;

9.3.2. promova o destaque do valor correspondente aos reajustes incidentes sobre a VPNI derivada de “quintos/décimos” de funções comissionadas, dados pelas Leis 12.779/2012 e 13.302/2016, sujeitando a parcela destacada à absorção por quaisquer reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

9.3.4. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor da interessada, livre das irregularidades verificadas neste processo, e promova seu cadastro no sistema e-Pessoal, devendo ser submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9483-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9484/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.069/2022-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: José Geraldo Lopes da Costa (057.116.141-34).

4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de alteração de aposentadoria de José Geraldo Lopes da Costa, emitido pela Câmara dos Deputados, e submetido a este Tribunal para exame de legalidade e registro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260 e 262, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração de aposentadoria de José Geraldo Lopes da Costa à peça 3 (e-Pessoal n. 22570/2019), em virtude da ocorrência de reajustes da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) decorrente de quintos/décimos incorporados, com base nos índices de correção estabelecidos nas Leis 12.777/2012 e 13.323/2016, em desacordo com a jurisprudência deste Tribunal firmada a partir do Acórdão 11.833/2020-TCU-Primeira Câmara (relator: Ministro Vital do Rêgo);

9.2. nos termos da Súmula-TCU 106, dispensar a reposição de eventuais parcelas remuneratórias irregulares recebidas de boa-fé;

9.3. determinar à Câmara dos Deputados que:

9.3.1. nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, e em conformidade a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADI 3.538/RS, ADI 3.840/RR, ADI 3.782/RJ, RE 638.115/CE e outros), providencie, no prazo 15 (quinze) dias contados da ciência, o destaque do valor correspondente aos reajustes incidentes sobre a VPNI derivada de quintos/décimos de funções comissionadas, dados pelas Leis 12.777/2012 e 13.323/2016, sujeitando-o à absorção por quaisquer reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020, data de publicação do Acórdão 11.833/2020-TCU-Primeira Câmara;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

9.3.3. nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência, o comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão;

9.4. dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9484-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9485/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.345/2020-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Centro de Estudos Cinematográficos de M.G. (21.099.312/0001-74); Lourenco Rodrigues Pereira Veloso (038.082.216-40); Mario Alves Coutinho (009.279.886-15).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Cultura (extinto).

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Lisandro Carvalho de Almeida Lima (OAB-MG 104783), representando Lourenco Rodrigues Pereira Veloso; Lisandro Carvalho de Almeida Lima (OAB-MG 104.783) e Vítor Fulvio Pelegrino Silva (OAB-MG 146.558), representando Mario Alves Coutinho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial da Cultura, em desfavor de Centro de Estudos Cinematográficos de M.G., Lourenco Rodrigues Pereira Veloso e Mario Alves Coutinho, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados por força do projeto cultural Pronac 08-0470, cujo nome é "Festival Internacional de Curtas de Belo Horizonte (10ª Edição)".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos artigos 2º e 11 da Resolução TCU 344/2022, reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento e arquivar os presentes autos;

9.2. enviar cópia do presente Acórdão aos responsáveis e aos interessados, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9485-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9486/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 031.896/2023-5.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Maria Aparecida Ferreira da Silva (063.595.558-08).

4. Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria de ex-servidora vinculada à Universidade Federal de São Paulo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; c/c os arts. 1º, inciso VIII, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar, em caráter excepcional, legal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Maria Aparecida Ferreira da Silva e determinar o registro do correspondente ato; e

9.2. dar ciência desta deliberação à Universidade Federal de São Paulo e à interessada.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9486-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 9487/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.881/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Associação Técnico Científica Eng. Paulo de Frontin (07.778.137/0001-10); Jose de Paula Barros Neto (385.551.823-87).

4. Unidade Jurisdicionada: Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), diante da ausência de comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por força do Convênio FDR 2011/0034,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Associação Técnico Científica Eng. Paulo de Frontin e José de Paula Barros Neto, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas da Associação Técnico Científica Eng. Paulo de Frontin e de José de Paula Barros Neto, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Banco do Nordeste do Brasil S/A, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU:

9.2.1. Débitos relacionados à Associação Técnico Científica Eng. Paulo de Frontin em solidariedade com José de Paula Barros Neto:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
18/5/2011	4.097,00
22/6/2011	4.638,00

9.2.2. Débito relacionado à Associação Técnico Científica Eng. Paulo de Frontin:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
25/12/2013	9.067,23

9.3. aplicar, individualmente, aos responsáveis Associação Técnico Científica Eng. Paulo de Frontin e José de Paula Barros Neto a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, nos valores a seguir especificados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor (R\$)
Associação Técnico Científica Eng. Paulo de Frontin	10.000,00
Jose de Paula Barros Neto	5.000,00

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §1º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trint e seis) parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal; e

9.6. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, bem como à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9487-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9488/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 004.207/2022-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Vânia Cedran Coco (068.502.918-23).

4. Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame contra o Acórdão 1.905/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame e negar-lhe provimento;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.2.1. absorva a parcela compensatória decorrente da incorporação de quintos pelo exercício de funções após 8/4/1998 por quaisquer reajustes futuros concedidos a interessada, inclusive aquele decorrente da Lei 14.523/2023, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, uma vez que a referida incorporação não tem fundamento em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação;

9.3. esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que:

9.3.1. não se faz necessário cadastrar novo ato no sistema e-Pessoal, enquanto as parcelas compensatórias constantes dos proventos da inativa não tiverem sido integralmente absorvidas pelos reajustes futuros, inclusive aquele decorrente da Lei 14.523/2023, nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023;

9.3.2. após a absorção completa da parcela compensatória (subitem 9.2.1), nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023, emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018; e

9.4. comunicar esta decisão à recorrente e ao órgão de origem, bem como à Advocacia-Geral da União, para adoção das medidas pertinentes, de que, no processo de cumprimento de sentença 0000198-76.2008.4.01.3400, em curso na Justiça Federal da 1ª Região, referente à decisão transitada em julgado proferida no processo 2004.34.00.048565-0, figuram como exequentes servidores que não preenchem os requisitos para tanto assentados pelo Supremo Tribunal Federal nas teses de repercussão geral 82 e 499 (cf. Recursos Extraordinários 573.232 e 612.043, respectivamente), a exemplo da inativa beneficiária do ato em apreciação no presente feito.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9488-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9489/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.643/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Edivaldo Silva Araújo (193.868.422-20); José Alciberto de Almeida Silva (613.066.492-34); José Maria Fernandes Mourão (748.764.732-34); Município de Urucurituba-AM (04.502.571/0001-85); Reginaldo Rodrigues da Gama (435.649.252-87); Zaqueu Lopes Coutinho (438.404.262-00).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Urucurituba-AM.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, na modalidade fundo a fundo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Edivaldo Silva Araújo, Zaqueu Lopes Coutinho, Reginaldo Rodrigues da Gama, José Maria Fernandes Mourão e o Município de Urucurituba-AM, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir desta relação processual o Município de Urucurituba-AM, por ausência dos pressupostos de constituição e prosseguimento válido e regular do processo, com base no art. 212 do Regimento Interno do TCU c/c art. 5º, inciso I, da IN TCU 71/2012, uma vez que não foi demonstrada conduta sua com nexo causal que leve a eventual dano ao erário;

9.3. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo responsável José Alciberto de Almeida Silva;

9.4. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas dos responsáveis Edivaldo Silva Araújo, Zaqueu Lopes Coutinho, José Alciberto de Almeida Silva, Reginaldo Rodrigues da Gama e José Maria Fernandes Mourão, condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU.

9.4.1. Débitos relacionados ao responsável Edivaldo Silva Araújo, em solidariedade com Zaqueu Lopes Coutinho:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
20/6/2008	18.620,00
22/7/2008	18.620,00
15/8/2008	20.335,00
16/9/2008	15.687,00
13/10/2008	15.687,00
18/11/2008	20.335,00
24/12/2008	20.335,00
26/2/2009	1.743,00
31/3/2009	1.743,00
10/6/2009	1.743,00
10/7/2009	1.162,00

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
13/8/2009	1.302,00
14/9/2009	13.020,00
14/10/2009	9.114,00
20/11/2009	9.765,00
23/12/2009	8.463,00
22/1/2010	8.463,00
26/2/2010	8.463,00
12/3/2010	8.463,00
14/4/2010	9.114,00
12/5/2010	9.114,00
18/6/2010	9.114,00
14/7/2010	9.114,00

9.4.2. Débitos relacionados ao responsável Edivaldo Silva Araújo, em solidariedade com José Alciberto de Almeida Silva:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
18/10/2010	35.154,00
11/11/2010	38.556,00
31/12/2010	38.556,00

9.4.3. Débitos relacionados ao responsável Edivaldo Silva Araújo, em solidariedade com Reginaldo Rodrigues da Gama:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
22/2/2012	3.484,00
14/3/2012	3.484,00

9.4.4. Débitos relacionados ao responsável Edivaldo Silva Araújo, em solidariedade com José Maria Fernandes Mourão:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
10/8/2010	9.996,00
13/9/2010	9.996,00
11/4/2012	10.452,00

9.4.5. Débito relacionado ao responsável Edivaldo Silva Araújo:

Data de ocorrência	Valor histórico (R\$)
31/12/2008	20.335,00

9.5. aplicar, individualmente, aos responsáveis Edivaldo Silva Araújo, Zaqueu Lopes Coutinho, José Alciberto de Almeida Silva, Reginaldo Rodrigues da Gama e José Maria Fernandes Mourão a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, nos valores a seguir discriminados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor da multa (R\$)
Edivaldo Silva Araújo	110.000,00
Zaqueu Lopes Coutinho	70.000,00
José Alciberto de Almeida Silva	26.000,00
Reginaldo Rodrigues da Gama	2.000,00
José Maria Fernandes Mourão	7.000,00

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, § 1º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.8. encaminhar cópia deste acórdão ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis, para ciência, e à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9489-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9490/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.125/2022-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Angelo Almerio de Melo Baleeiro (068.067.402-00).

3.2. Recorrente: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (04.892.707/0001-00).

4. Unidade jurisdicionada: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame contra o Acórdão 3.318/2022-TCU-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. comunicar esta decisão ao recorrente e ao interessado.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9490-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9491/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.731/2023-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Fundação Universidade de Brasília (00.038.174/0001-43).

4. Unidade jurisdicionada: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame contra o Acórdão 3.706/2023-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. comunicar esta decisão à recorrente.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9491-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9492/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.033/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Fundação Universidade de Brasília (00.038.174/0001-43).

4. Unidade jurisdicionada: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame contra o Acórdão 3.579/2023-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. comunicar esta decisão à recorrente.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9492-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9493/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.663/2015-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Responsáveis: Carlos Eduardo Pitta (115.659.308-51); Genius Instituto de Tecnologia (03.521.618/0001-95); Moris Arditti (034.407.378-53).
 - 3.2. Recorrente: Moris Arditti (034.407.378-53).
4. Unidade Jurisdicionada: Genius Instituto de Tecnologia.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: não atuou.
8. Representação legal: Gilberto Mendes Calasans Gomes (OAB-DF 43.391), representando Fabio de Sousa Cardoso; Gilberto Mendes Calasans Gomes (OAB-DF 43391), representando Reinaldo de Bernardi; Ilana Zonenschein Lafer (OAB-SP 358737), Amauri Feres Saad (OAB-SP 261859) entre outros, representando Moris Arditti; Amauri Feres Saad (OAB-SP 261859), Yahn Rainer Gnecco Marinho da Costa (OAB-SP 198.827-E) entre outros, representando Genius Instituto de Tecnologia; Roberta Reis Nobrega (OAB-DF 27280), Hugo de Assunção Nóbrega (OAB-DF 50801) entre outros, representando Cylon Eudoxio Tricot Gonçalves da Silva.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Moris Arditti em face do Acórdão 6.455/2023-2ª Câmara, por meio do qual o Tribunal conheceu e negou provimento a Recurso de Reconsideração do embargante.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

 - 9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, acolhê-los, atribuindo-lhes efeitos infringentes, no sentido para reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória em relação ao embargante, excluindo-o dos subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão 6.100/2022-TCU-2ª Câmara, arquivando o feito exclusivamente em relação a este responsável, nos termos do art. 11 da Resolução-TCU 344/2022;
 - 9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao embargante e aos interessados.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9493-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9494/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.930/2022-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessados: Auditoria do Senado Federal; Joaquim Luiz Lameu Moreira (152.096.951-15).
 - 3.2. Recorrente: Senado Federal.
4. Unidade jurisdicionada: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).
8. Representação legal: Edvaldo Fernandes da Silva (OAB-DF 19233), representando Senado Federal.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame contra o Acórdão 3.589/2022-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:

- 9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento.
- 9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao interessado.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9494-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9495/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.976/2013-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: José Charles Fortes Castro (185.678.353-72).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Campo Largo do Piauí-PI.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).
8. Representação legal: Danilo Mendes de Amorim (OAB-PI 10.849), representando José Charles Fortes Castro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que, nesta fase processual, são apreciados embargos de declaração opostos contra o Acórdão 2.377/2022-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fulcro nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992

- 9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, acolhê-los, excepcionalmente, com efeitos infringentes;
- 9.2. declarar, com fundamento no art. 8º da Resolução-TCU 344/2022, a prescrição intercorrente da pretensão punitiva e ressarcitória em relação aos responsáveis arrolados nos autos;
- 9.3. tornar sem efeito o Acórdão 3.692/2021-TCU-2ª Câmara, Relator Ministro André Luís de Carvalho, alterado pelo Acórdão 2.377/2022-TCU-2ª Câmara, Relator Ministro Augusto Nardes;
- 9.4. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 11 da Resolução-TCU 344/2022; e
- 9.5. dar ciência deste acórdão ao embargante e ao espólio do Sr. Domingos Rodrigues de Oliveira, bem como à Procuradoria da República no Estado do Piauí.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9495-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9496/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.935/2022-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessados: Antônio Flavio Testa (112.592.051-34); Auditoria do Senado Federal.
 - 3.2. Recorrente: Senado Federal.
4. Unidade jurisdicionada: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

- 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame contra o Acórdão 3.590/2022-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:

- 9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento.
- 9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao interessado.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9496-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9497/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.524/2020-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Ronaldo Moitinho dos Santos (568.859.545-00).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Iguai-BA.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

- 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Sherman.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Fabiane Azevedo de Souza (OAB-BA 25101), representando Ronaldo Moitinho dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que, na presente fase processual, aprecia-se recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 6.060/2022-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

- 9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, para, no mérito, dar-lhe provimento;
- 9.2. tornar insubsistente os subitens 9.3 a 9.5 do Acórdão 6.060/2022-TCU-2ª Câmara;
- 9.3. julgar regulares com ressalva as contas de Ronaldo Moitinho dos Santos, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, todos da Lei 8.443/1992;
- 9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Caixa Econômica Federal, à Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9497-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9498/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.781/2022-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessados: Auditoria do Senado Federal; Manoel Antonio de Carvalho (222.589.221-00).
 - 3.2. Recorrente: Senado Federal.

4. Unidade jurisdicionada: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame contra o Acórdão 4.323/2022-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:

- 9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento.
- 9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao interessado.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9498-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9499/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.159/2022-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessado: Antônio Alberto Fontenele (227.235.281-20).
 - 3.2. Recorrente: Antônio Alberto Fontenele (227.235.281-20).
4. Unidade jurisdicionada: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: José Luís Wagner (OAB/DF 17.183), dentre outros, representando Antônio Alberto Fontenele.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, embargos de declaração contra o Acórdão 9.016/2023-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

- 9.1. conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;
- 9.2. dar ciência desta deliberação à Fundação Universidade de Brasília - DF e ao recorrente.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9499-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9500/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.296/2022-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
 - 3.1. Interessados: Auditoria do Senado Federal; Whildaker Campos de Abreu (279.758.781-20).
 - 3.2. Recorrente: Senado Federal.

4. Unidade jurisdicionada: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
 - 5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, embargos de declaração contra o Acórdão 6.461/2023-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

- 9.1. conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;
- 9.2. dar ciência desta deliberação ao Senado Federal e ao interessado.
10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9500-33/23-2.
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).
 - 13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9501/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 021.125/2023-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Eduardo Ricardo de Oliveira (115.772.746-87).
4. Unidade jurisdicionada: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de alteração de concessão de aposentadoria emitido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, em favor de Eduardo Ricardo de Oliveira.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração de concessão de aposentadoria emitido em favor de Eduardo Ricardo de Oliveira, recusando o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. com fulcro no art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, determinar à Comissão Nacional de Energia Nuclear, que:

9.3.1. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.3.2. sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado;

9.3.3. estabeleça os efeitos do ato original de aposentadoria editado em favor do interessado;

9.3.4. no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

9.4. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9501-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9502/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.961/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Sônia Maria Vieira Cordeiro (064.574.978-88).

4. Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame interposto contra o Acórdão 17.961/2021-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9502-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9503/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.236/2020-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes: Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás (04.381.717/0001-81); Antônio Gomes de Moraes (255.649.433-68); Edmilson Carlos Pereira de Abreu Pinheiro (493.945.843-15).

4. Unidade Jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Diogo Diniz Ribeiro Cabral (9.355/OAB-MA) e José Carlos de Matos (10.446/OAB-DF), representando Antônio Gomes de Moraes, o Centro dos Direitos das Populações da Região de Carajás e Edmilson Carlos Pereira de Abreu Pinheiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que, nesta fase processual, são apreciados recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 6.002/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com base nos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/92, c/c o art. 285, caput, do RITCU, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos de reconsideração, para, no mérito, negar-lhes provimento; e
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, à Caixa Econômica Federal e ao Ministério da Agricultura e Pecuária.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9503-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9504/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.240/2022-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Wandercy Aparecida Vigano (061.854.398-83).

4. Unidade jurisdicionada: Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Antônio Carlos de Goes (OAB/SP 111.272), representando Wandercy Aparecida Vigano.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de aposentadoria em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame contra o Acórdão 8.190/2022-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame e negar-lhe provimento;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região - Campinas/SP que adote as seguintes providências, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa:

9.2.1. absorva a parcela compensatória decorrente da incorporação de quintos pelo exercício de funções após 8/4/1998 por quaisquer reajustes futuros concedidos a interessada, inclusive aquele decorrente da Lei 14.523/2023, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, uma vez que a referida incorporação não tem fundamento em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação;

9.3. esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região - Campinas/SP que:

9.3.1. não se faz necessário cadastrar novo ato no sistema e-Pessoal, enquanto as parcelas compensatórias constantes dos proventos da inativa não tiverem sido integralmente absorvidas pelos reajustes futuros, inclusive aquele decorrente da Lei 14.523/2023, nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023;

9.3.2. após a absorção completa da parcela compensatória (subitem 9.2.1), nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023, emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. comunicar esta decisão à recorrente e ao órgão de origem, bem como à Advocacia-Geral da União, para adoção das medidas pertinentes, de que, no processo de cumprimento de sentença 0000189-17.2008.4.01.3400, em curso na Justiça Federal da 1ª Região, referente à decisão transitada em julgado proferida no processo 2004.34.00.048565-0, figuram como exequentes servidores que não preenchem os requisitos para tanto assentados pelo Supremo Tribunal Federal nas teses de repercussão geral 82 e 499 (cf. Recursos Extraordinários 573.232 e 612.043, respectivamente), a exemplo da inativa beneficiária do ato em apreciação no presente feito.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9504-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9505/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 034.876/2016-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Alci Marcus Ribeiro Borges (337.429.363-87); Francisco Guedes Alcoforado Filho (105.783.903-53); Secretaria da Assistência Social e Cidadania do Estado do Piauí (09.579.079/0001-21).

3.2. Recorrentes: Francisco Guedes Alcoforado Filho (105.783.903-53); Alci Marcus Ribeiro Borges (337.429.363-87).

4. Unidade Jurisdicionada: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Piauí.

5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Germano Tavares Pedrosa e Silva (OAB-PI 5.952), representando Francisco Guedes Alcoforado Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos por Francisco Guedes Alcoforado Filho e por Alci Marcus Ribeiro Borges contra o Acórdão 13.918/2020-TCU-2ª Câmara, de natureza condenatória;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso interposto por Francisco Guedes Alcoforado Filho e, no mérito, dar-lhe provimento de modo a excluir o débito e multa a ele aplicados mediante Acórdão 13.918/2020-TCU-2ª Câmara, ante a impossibilidade de sua aferição;

9.2. conhecer do recurso interposto por Alci Marcus Ribeiro Borges e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, atribuindo nova redação aos subitens 9.2.1 e 9.3 do Acórdão 13.918/2020-TCU-2ª Câmara, conforme abaixo:

"9.2.1. Sr. Alci Marcus Ribeiro Borges:

<i>Valor Histórico (R\$)</i>	<i>Data base</i>	<i>Débito/Crédito</i>
<i>128.900,00</i>	<i>19/11/2009</i>	<i>Débito</i>
<i>77.557,95</i>	<i>31/12/2010</i>	<i>Crédito</i>

9.3. aplicar a Alci Marcus Ribeiro Borges a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor."

9.3. dar ciência deste acórdão aos recorrentes, à Procuradoria da República no Estado do Piauí e demais interessados, informando-lhes que o relatório e voto que a fundamenta podem ser acessados no sítio eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9505-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9506/2023 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 040.320/2021-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Auditoria do Senado Federal; Gracie Garry Faco (428.349.451-87).

3.2. Recorrente: Senado Federal.

4. Unidade Jurisdicionada: Senado Federal.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este processo de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame contra o Acórdão 1.796/2022-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento.

9.2. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Senado Federal.

10. Ata nº 33/2023 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 26/9/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-9506-33/23-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 9507/2023 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de concessão de aposentadoria de Leila Gonzaga de Macedo emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) detectaram, no ato em questão, vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa); 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes e reestruturações futuras;

Considerando, no entanto, que a transformação da parcela de quintos/décimos em parcela compensatória, como no caso presente, não muda a ilegalidade da rubrica, visto que ela é oriunda de parcela incorporada irregularmente, nos termos do que restou decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

Considerando que esta Corte de Contas, por meio do Acórdão 3.822/2022-TCU-2ª Câmara, de minha relatoria, já havia apreciado pela ilegalidade o ato e-pessoal 101.374/2019, emitido em favor da interessada, em razão da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que o ato constante dos presentes autos (e-pessoal 82.633/2022) foi cadastrado em substituição ao ato e-pessoal 101.374/2019;

Considerando que a Lei 14.523/2023, que reajustou a remuneração das carreiras dos servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário da União, entrou em vigor, recentemente, o órgão de origem deve adotar as providências para a imediata absorção dos valores pagos indevidamente a título de “quintos”, até o limite do aumento concedido;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU, em face da irregularidade apontada nos autos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Leila Gonzaga de Macedo, recusando o respectivo registro, e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-002.808/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Leila Gonzaga de Macedo (449.248.951-72).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:

1.7.1. absorva a parcela compensatória por quaisquer reajustes futuros, inclusive o reajuste concedido esse ano, decorrente da Lei 14.523/2023, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, uma vez que a referida incorporação não tem fundamento em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação;

1.8. esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:

1.8.1. não se faz necessário cadastrar novo ato no sistema e-Pessoal, enquanto a parcela compensatória constante dos proventos da inativa não tiver sido integralmente absorvida pelos reajustes futuros, inclusive o reajuste concedido esse ano, decorrente da Lei 14.523/2023, nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023;

1.8.2. após a absorção completa da parcela compensatória (subitem 1.7.1), nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023, emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.9. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 9508/2023 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de aposentadoria de Maria Oneide Camelo da Silva emitido pelo Departamento de Polícia Federal, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas revelam a irregularidade caracterizada pela manutenção, nos proventos, de parcela decorrente de decisão judicial referente à incorporação do percentual de 13,23%, não absorvida pelos posteriores acréscimos remuneratórios do cargo;

Considerando que a continuidade do pagamento, na hipótese dos autos, decorre de decisão transitada em julgado (Ação Ordinária 0008534-64.2012.4.01.4100), por meio da qual a interessada, na condição de autora, obteve decisão judicial favorável, em sede de recurso, no sentido de que fosse incorporado aos seus vencimentos o percentual de 13,23%, “até que norma de reestruturação da carreira” determine sua absorção (peça 3, p. 16);

Considerando o disciplinamento dado à matéria pelo Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário (Rel. Min. Adilson Motta), confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), a preconizar que os pagamentos de rubricas de reposição por perdas com planos econômicos, por força de decisões judiciais, não se perpetuam, dada sua natureza de antecipação salarial, a teor da Súmula-TST 322, devendo, assim, ser absorvidos pelos subseqüentes aumentos remuneratórios do cargo;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais com suporte fático exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos, entre outros: do Plenário, 1.614/2019 (Rel. Min. Ana Arraes); da 1ª Câmara, 49/2022 (Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), 215/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), 3.036/2022 (Rel. Min. Benjamin Zymler) e 3.068/2022 (Rel. Min. Jorge Oliveira); e da 2ª Câmara, 1.991/2022 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer), 2.457/2022 (Rel. Min. Bruno Dantas), 2.656/2022 (Rel. Min. Antonio Anastasia) e 2.720/2022 (Rel. Min. Aroldo Cedraz);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, relator o Ministro Walton Alencar Rodrigues, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-

Plenário, de relatoria do Ministro José Jorge, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem, inclusive o reajuste concedido pela Lei 14.673/2023, e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), em acolhimento a proposta deste Relator, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de aposentadoria em favor de Maria Oneide Camelo da Silva; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-003.282/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Oneide Camelo da Silva (044.820.342-15).

1.2. Unidade jurisdicionada: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Departamento de Polícia Federal, que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado no prazo de 15 (quinze) dias, comunicando ao TCU as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput e §2º, da Resolução-TCU 353/2023, e art. 19, inciso II, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de concessão de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação;

1.8. dar ciência deste Acórdão à interessada e ao Departamento de Polícia Federal.

ACÓRDÃO Nº 9509/2023 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Senado Federal, em favor de Dalva Quiteria Rangel Lima, e submetido a este Tribunal para fins de apreciação e registro em 26/4/2019, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal;

Considerando que as análises empreendidas pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) detectaram, no ato em questão, vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa); 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes e reestruturações futuras;

Considerando, no entanto, que a transformação da parcela de quintos/décimos em parcela compensatória não muda a ilegalidade da rubrica, visto que ela é oriunda de parcela incorporada irregularmente, nos termos do que restou decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

Considerando, outrossim, que a parcela compensatória foi indevidamente reajustada pelas Leis 12.779/2012 e 13.302/2016, as quais não se caracterizam como leis de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, tais como o foram as Leis 10.331/2001 e 10.697/2003, contrariando o estabelecido no art. 15, §1º, da Lei 9.527/1997 e a jurisprudência desta Corte (Acórdãos 661/2023, rel. Min. Vital do Rêgo, do Plenário, 2.083/2023, rel. Min. Vital do Rêgo, da 2ª Câmara, 4.251, rel. Min. Jhonatan de Jesus, 3.826/2023, rel. Min. Benjamin Zymler, e 2.436/2023, rel. Min. Subst. Augusto Sherman Cavalcanti, todos da 1ª Câmara);

Considerando que esta Corte de Contas alinhou sua jurisprudência, por meio do Acórdão 2.718/2022-TCU-Plenário (rel. Min. Antonio Anastasia), para modular a data inicial, a ser observada pelo Senado Federal no caso de absorção da parcela referente ao reajuste indevido, para 23/10/2020, data de publicação do Acórdão 11.833/2020-TCU-1ª Câmara (rel. Min. Vital do Rêgo), o que, na prática, permitiu que a absorção de tal parcela ocorresse a partir da Lei 14.526 de 9/1/2023, com efeitos financeiros a partir de 10/1/2023;

Considerando que o Plenário desta Corte de Contas, mediante o Acórdão 1.853/2023-TCU-Plenário (rel. Min. Jhonatan de Jesus), em sede de pedido de reexame, complementou e integrou o Acórdão 2.718/2022-TCU-Plenário com o Acórdão 661/2023-TCU-Plenário (rel. Min. Vital do Rêgo), reafirmando o entendimento de que o Senado Federal deve promover o destaque do valor correspondente aos reajustes incidentes sobre as parcelas de VPNI derivada de quintos/décimos de funções comissionadas, dados pelas Leis 12.779/2012 e 13.302/2016, sujeitando a parcela destacada à absorção por quaisquer reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU, em face da irregularidade apontada nos autos;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato concessão de aposentadoria emitido em favor de Dalva Quiteria Rangel Lima, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fê, consoante o Enunciado n.º 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU e expedir os comandos discriminados no item 1.7. a seguir:

1. Processo TC-006.810/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Dalva Quiteria Rangel Lima (226.284.951-04).

1.2. Unidade jurisdicionada: Senado Federal.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Senado Federal que:

1.7.1. no prazo de quinze dias, corrija o valor da parcela percebida a título de incorporação de quintos para os patamares anteriores à vigência das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016 e, em seguida, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, e absorva a parcela compensatória referente aos “quintos” por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, uma vez que a referida incorporação não tem fundamento em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

1.8. esclarecer ao Senado Federal que:

1.8.1. não se faz necessário cadastrar novo ato no sistema e-Pessoal, enquanto a parcela compensatória constante dos proventos da inativa não tiver sido integralmente absorvida pelos reajustes futuros, inclusive o reajuste concedido esse ano, decorrente da Lei 14.526/2023, nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023;

1.8.2. após a absorção completa da parcela compensatória (subitem 1.7.1), nos termos do art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023, emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.9. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 9510/2023 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de aposentadoria João Tomas de Sousa emitido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) detectaram inclusão, nos proventos de aposentadoria, de parcela decorrente do pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade em Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infraestrutura de Informações Geográficas e Estatísticas (GDIBGE) na mesma proporção paga aos servidores em atividade;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 1.256/2023 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 1.358/2023 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 1.985/2023 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa); 7.537/2022 (Rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti); 1.783/2023 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.183/2022 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 2.010/2023, 2.276/2023 e 2.280/2023 (de minha relatoria); 322/2023 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 1.409/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 4.170/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho), todos da 2ª Câmara;

Considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado nos autos do Mandado de Segurança Coletivo 20095010022546 (Recurso Apelação TRF2 0002254-59.2009.4.02.5101), a qual garantiu a percepção de 100% da gratificação institucional em vigor paga aos servidores ativos e 50% da gratificação individual em seu percentual máximo;

Considerando que a existência de decisão judicial ampara a continuidade dos pagamentos irregulares, mas não impede a livre apreciação, pelo Tribunal de Contas da União, da legalidade do ato de concessão de aposentadoria;

Considerando que, no exercício de sua competência para apreciação de atos de pessoal, o TCU pode manifestar entendimento diferente do declarado por instâncias do Poder Judiciário, inclusive mediante o julgamento pela ilegalidade de atos de concessão de aposentadoria amparados por decisão judicial, nos termos do art. 7º da Resolução 353/2023;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e, excepcionalmente, registrar o ato de concessão de aposentadoria de Joao Tomas de Sousa; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-032.692/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: João Tomas de Sousa (085.327.611-00).

1.2. Unidade jurisdicionada: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que:

1.7.1. dê ciência, no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado;

1.7.2. no prazo de 30 dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação;

1.8. esclarecer à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que o ato de concessão de aposentadoria do interessado será registrado, excepcionalmente, a despeito da parcela alusiva à GDIBGE ter sido considerada ilegal, a referida rubrica poderá subsistir por haver sido calculada conforme à decisão judicial transitada em julgado e com o acordo homologado na fase de cumprimento de sentença, apta, portanto, a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros, nos termos do art. 7º, inciso II da Resolução 353/2023;

1.9. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 9511/2023 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de admissão de Luana de Oliveira Correa Mello, cadastrado no sistema de atos de pessoal pela Caixa Econômica Federal e encaminhado ao Tribunal de Contas da União para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação da interessada após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que acordo celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho no âmbito da referida ação civil pública, estabelece a seguinte obrigação de fazer:

“2.3. Em decorrência do presente acordo, a CAIXA compromete-se a convocar em definitiva a admissão de todos os candidatos contratados administrativamente por força da tutela antecipada vigente na presente ACP, como efeito da decisão judicial homologatória.”

Considerando que a mencionada sentença homologatória transitou em julgado em 26/5/2023;

Considerando que, em situações análogas, esta Corte tem considerado ilegal o ato de admissão, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que, a despeito da ilegalidade do ato, deve ser ordenado o registro excepcional, visto que possui amparo em decisão judicial definitiva, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão de Luana de Oliveira Correa Mello, concedendo-lhe registro, excepcionalmente, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

b) esclarecer à entidade de origem que, a despeito da ilegalidade do ato, a admissão poderá ser mantida, com a produção de seus efeitos financeiros, em razão de decisão judicial transitada em julgado, favorável à interessada, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, proposta originalmente perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF;

c) dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal e à interessada.

1. Processo TC-022.284/2023-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Luana de Oliveira Correa Mello (050.895.009-08).

1.2. Unidade jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9512/2023 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de admissão de Kamila da Silva, cadastrado no sistema de atos de pessoal pela Caixa Econômica Federal e encaminhado ao Tribunal de Contas da União para fins de registro em 16/7/2021 (peça 3).

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação da interessada após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que acordo celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho no âmbito da referida ação civil pública, estabelece a seguinte obrigação de fazer:

“2.3. Em decorrência do presente acordo, a CAIXA compromete-se a convocar em definitiva a admissão de todos os candidatos contratados administrativamente por força da tutela antecipada vigente na presente ACP, como efeito da decisão judicial homologatória.”

Considerando que a mencionada sentença homologatória transitou em julgado em 26/5/2023;

Considerando que, em situações análogas, esta Corte tem considerado ilegal o ato de admissão, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que, a despeito da ilegalidade do ato, deve ser ordenado o registro excepcional, visto que possui amparo em decisão judicial definitiva, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão de Kamila da Silva, concedendo-lhe registro, excepcionalmente, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023;

b) esclarecer à entidade de origem que, a despeito da ilegalidade do ato, a admissão poderá ser mantida, com a produção de seus efeitos financeiros, em razão de decisão judicial transitada em julgado, favorável à interessada, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, proposta originalmente perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF;

c) dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal e à interessada.

1. Processo TC-022.306/2023-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Kamila da Silva (069.452.219-89).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9513/2023 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de concessão de pensão civil instituída por Gilberto de Araújo Marques em benefício de Adenize Ribeiro da Silva Marques, emitido pela Universidade Federal de Alagoas e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e o Ministério Público junto ao TCU identificaram como irregularidade o pagamento de parcelas judiciais referentes a Plano Econômico;

Considerando, no entanto, que meu gabinete verificou, por meio de consulta à ficha financeira de 7/2023 no sistema e-Pessoal, que as rubricas “(15277 - DECISAO JUDICIAL TRAN JUG AT. (Decisão judicial - Outros) - Decisão judicial (Anexo “Ação SICAJ 1282”))” e “(15277 - DECISAO JUDICIAL TRAN JUG AT. (Decisão judicial - Outros) - Decisão judicial (Anexo “Ação SICAJ 72327”))”, que constavam da estrutura remuneratória da interessada na versão submetida ao exame desta Corte de Contas (peça 3, p. 2), foram completamente absorvidas, o ato em questão deve ser considerado legal, para fins de registro, uma vez que as referidas irregularidades deixaram de existir, nos termos do art. 260, § 4º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 1º da Resolução 353/2023;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de concessão de pensão civil emitido em benefício de Adenize Ribeiro da Silva Marques, ordenando seu registro, nos termos do art. 260, § 4º do Regimento Interno do TCU e art. 7º, § 1º da Resolução 353/2023, e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-007.544/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Adenize Ribeiro da Silva Marques (478.544.724-91).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Universidade Federal de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Alagoas que:

1.7.1. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada;

1.7.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 9514/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.331/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Elizabete da Costa (026.072.573-01); Elizabeth Leite Ferreira (170.081.403-63); Maria Stela Taumaturgo Dias (398.814.583-15); Maria de Jesus Pereira Mendes (262.281.572-72); Nilson Rodrigues do Nascimento (690.287.453-00); Paulo Romulo Taumaturgo Dias (259.177.143-04).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9515/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.358/2023-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Angela Maria Fernandes Fraga (087.101.045-34); Bernadete Vitola de Souza (724.868.649-20); Luzia de Abreu Apolinario (585.348.901-10); Regina Celi Codagnone Ferreira (033.397.469-74); Regina de Andrade Correa (198.966.460-15).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Banco Central do Brasil.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9516/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Carla Dias Ribeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.442/2023-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Carla Dias Ribeiro (019.882.685-08).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9517/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.323/2023-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Lucia Sant Anna Farias (485.508.849-87); Ana Rosa Farias da Silva (663.866.087-04); Aurelia Leston Lourenco Pombeiro (770.787.057-34); Graca Maria de Souza Sayao Peres (537.204.157-91); Salete Rita Berlanza Ferreira (855.285.797-91); Sandra Souza de Queiroz (035.333.827-37); Valeria Berlanza Ferreira Correa (942.972.317-00).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9518/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar por 30 dias a contar do dia seguinte ao término do prazo inicialmente concedido, o prazo solicitado pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica para atendimento das determinações exaradas no item 9.4.3. do Acórdão 7935/2023-TCU-2ª Câmara, conforme proposto pela Unidade Técnica.

1. Processo TC-017.851/2023-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Cecília Filgueira Galvao (309.860.361-53); Ana Cristina Filgueira Galvao (186.293.261-15); Centro de Controle Interno da Aeronáutica (); Francisca de Almeida Santos (245.048.077-34); Helena Maria da Silva (080.715.457-16); Maria da Graca Franco Verlindo (579.229.771-15); Marlene da Rocha Portella (844.044.347-15); Selma Penha da Silva Santos (843.711.537-04); Severina Bezerra Silva (642.339.877-15).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9519/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.475/2023-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Elizabeth dos Santos Vergilio (429.503.927-68); Sonia Pereira dos Santos (372.951.107-63).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9520/2023 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de processo relativo ao ato de alteração de concessão de reforma em benefício de Valdomiro Jose Alves de Souza, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato de alteração de concessão de reforma em exame, por ter havido a majoração de proventos para o posto hierárquico superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em vista da invalidez posterior à reforma do interessado;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, cuja ementa bem resume o entendimento deste Tribunal sobre o tema:

ALTERAÇÃO DE UMA DAS CONCESSÕES PARA ELEVAÇÃO, EM UM GRAU HIERÁRQUICO, DO POSTO SOBRE O QUAL CALCULADOS OS PROVENTOS DO INATIVO, EM FACE DA SUPERVENIÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA ESPECIFICADA EM LEI MILITAR ANTERIORMENTE REFORMADO COM PROVENTOS JÁ CALCULADOS SOBRE O POSTO HIERÁRQUICO SUPERIOR, POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA EXTENSÃO DA VANTAGEM ESTABELECIDA NO ART. 110 DA LEI 6.880/1980 A MILITARES JÁ REFORMADOS, BEM COMO PARA O ACRÉSCIMO DE DOIS POSTOS NO CÁLCULO DOS PROVENTOS. NEGATIVA DE REGISTRO.

Considerando que o interessado foi transferido para a inatividade, em 4/4/1983, momento em que seu proventos passaram a ser calculados com base no posto hierárquico imediatamente superior (2º Tenente) ao que atingiu na ativa (Suboficial);

Considerando que foi reformado por atingir a idade-limite, com efeitos a contar de 2/10/1990 (peça 3), ato Sisac 120.220/2019, julgado legal por meio do Acórdão 11.102/2020-TCU-1ª Câmara (Rel. Min. Bruno Dantas), e, posteriormente, em 2/8/2019, por ter sido julgado incapaz, definitivamente, com invalidez permanente, teve seus proventos majorados, novamente, de forma irregular, por não atender os requisitos previstos no art. 110 da Lei 6.680/1980;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, e em desacordo também com outros precedentes da jurisprudência desta Casa, a exemplo dos Acórdãos: 5.996/2022 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 6.010/2022 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira); e 1.749/2021 (Rel. Min. Jorge Oliveira) - todos da 1ª Câmara; e 3.179/2023 (Rel. Min. Antonio Anastasia); 5.007/2022 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 24/2022 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 17.931/2021 (de minha relatoria); e 4.417/2020 (Rel. Min. Ana Arraes) - todos da 2ª Câmara;

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que a vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de alteração de concessão de reforma emitido em benefício de Valdomiro Jose Alves de Souza, recusando o respectivo registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir:

1. Processo TC-005.883/2023-7 (REFORMA)

1.1. Interessado: Valdomiro Jose Alves de Souza (129.234.607-82).

1.2. Unidade jurisdicionada: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma/pensão militar com base no posto/graduação incorreto, retificando a base de cálculo para o posto de 2º Tenente, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

1.7.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o eximirá da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, nos termos do art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, o comprovante de notificação.

1.8. esclarecer ao Comando da Marinha, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

1.9. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 9521/2023 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (extinto), atual Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, em desfavor de Osmar Baldissarelli e da empresa Terraplenagem Salvador Ltda, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União realizadas por meio do Termo de Compromisso 285/2010, firmado entre aquele ministério e o município de Ilópolis-RS, que teve como objeto a recuperação de estradas vicinais e a recuperação e reconstrução de pontilhões, tendo por vigência o período de 28/6/2010 a 18/11/2011, com prazo para apresentação da prestação de contas até 17/1/2012.

Considerando que a Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE), após examinar a matéria destes autos à peça 106, concluiu pela ocorrência das prescrições principal e intercorrente, propondo, em consequência, o arquivamento dos autos, com fundamento nos arts. 1º e 11 da Resolução/TCU 344/2022 c/c os art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU (peças 43 a 45);

Considerando que o Ministério Público junto ao Tribunal (MPTCU) concordou com a unidade técnica no sentido da ocorrência das prescrições, nos termos no art. 11 da Resolução TCU 344/2022 e no art. 1º da Lei 9.873/1999 (peça 109);

Considerando que a Resolução TCU 344/2022 estabelece que as pretensões punitiva e de ressarcimento nos processos de controle externo (exceto para atos de pessoal) prescrevem em cinco anos (art. 2º, prescrição principal) ou em três anos, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, prescrição intercorrente), conforme o previsto na Lei 9.873/1999 (art. 1º), diploma que regula o prazo para o exercício da ação punitiva movida pela administração pública federal;

Considerando que, no presente caso concreto, o prazo de prescrição ordinária deve ser contado da data da apresentação da prestação de contas ao órgão competente para sua análise inicial, nos termos do art. 4º, inciso II, da aludida Resolução TCU 344/2022, ou seja, a partir de 25/1/2012 (peça 91, p. 1) e que façam uma pequena correção na data inicial da contagem considerada pela AudTCE, 30/1/2012;

Considerando que a unidade técnica não considerou, na análise da ocorrência do prazo prescricional, os seguintes documentos mencionados no Parecer nº 55/2021/RESUL/SECEX/MDR - Análise técnica para emissão de Parecer Técnico Definitivo (peça 91), os quais não constam desses autos: “Ofício nº 8/2013/DRR/SEDEC-MI (fl. 606), de 02/01/2013, encaminha o RELATÓRIO DE INSPEÇÃO Nº: 050/2012 - EES (fls. 590 a 602) para atendimento das orientações nele contidas.” e

“Ofício nº 058/2013 - PLAN (fl. 608), de 28/01/2013 e Ofício nº 085/2013 - PLAN (fl. 614), de 08/02/2013 apresentam manifestação quanto aos encaminhamentos adotados pela Prefeitura”.

Considerando que, apesar da não consideração desses documentos pela AudTCE, tal fato não altera a conclusão daquela unidade técnica no sentido da ocorrência da prescrição, visto que, entre a data desse último de documento, 28/1/2013, e o Despacho CGEA (MDR) (SEI 1977528), de 4/8/2020 (peça 91), houve o lapso temporal superior a três anos;

Considerando que não foram identificados atos ou documentos que pudessem evidenciar o andamento regular do processo nesse intervalo;

Considerando que o Plenário deste Tribunal, por intermédio do Acórdão 534/2023 (relator Ministro Benjamin Zymler), firmou entendimento no sentido de que “o marco inicial da fluidez da prescrição intercorrente se inicia somente a partir da ocorrência do primeiro marco interruptivo da prescrição ordinária, consoante elencado no art. 5º da nominada Resolução”;

Considerando que se mostra adequado os pareceres uniformes da unidade técnica e do MPTCU, com outra correção, uma vez que, neste caso sob análise, ocorreu apenas a prescrição intercorrente, não se caracterizando a prescrição principal;

Considerando, enfim, que, no presente caso concreto, restou evidenciada a ocorrência da prescrição intercorrente, nos termos do art. 8º da Resolução TCU 344/2022, conduzindo ao arquivamento do processo, nos termos do art. 11 da mesma resolução, pelo reconhecimento da prejudicial de prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento do TCU;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea “a”, 169, inciso VI, e 212, do Regimento Interno do TCU, no art. 1º, § 1º, da Lei 9.873/1999 e no art. 11 da Resolução TCU 344/2022, em reconhecer a incidência da prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento do TCU e arquivar estes autos, sem prejuízo da adoção da providência fixada pelo item 1.7 deste Acórdão.

1. Processo TC-001.646/2022-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Osmar Baldissarelli (153.392.970-04) e Terraplenagem Salvador Ltda. (01.169.906/0001-05).

1.2. Unidade jurisdicionada: Município de Ilópolis-RS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providência: enviar cópia desta deliberação aos responsáveis e ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 9522/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I e II; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II; da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea “a”; 207, 208 e 214, incisos I e II; do Regimento Interno do TCU, e de conformidade com os pareceres emitidos nos autos, em acatar as alegações de defesa do município de Tutóia - MA, afastando-lhe o débito e julgando suas contas regulares com ressalvas, dando-lhe quitação e acatar as razões de justificativas do responsável Romildo Damasceno Soares, julgando suas contas regulares e dando-lhe quitação plena e, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-003.521/2022-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Município de Tutóia - MA (06.218.572/0001-28); Romildo Damasceno Soares (476.882.543-53).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Tutóia - MA.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Benno Cesar Nogueira de Caldas (15183/OAB-MA), representando Prefeitura Municipal de Tutóia - MA; Cauê Àvila Aragão (12.139/OAB-MA) e Paulo Humberto Freire Castelo Branco (7.488-A/OAB-MA), representando Romildo Damasceno Soares.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9523/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 169, inciso VI c/c art. 212, do RI/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.820/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Manoel Carlos Antunes (062.727.702-00).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Ananindeua - PA.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência desta deliberação ao responsável e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

ACÓRDÃO Nº 9524/2023 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo então denominado Ministério do Desenvolvimento Regional em desfavor de Gilvan Pizzano Agibert, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União mediante o Termo de Compromisso de registro Siafi 659332 (peça 3), firmado com o Município de Prudentópolis-PR, que tinha por objeto o instrumento descrito como “recuperação de estradas vicinais, de bueiros, e de pontes, no município de Prudentópolis/PR”.

Considerando que, no caso concreto, verificou-se que ocorreu a prescrição intercorrente das pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário;

Considerando a manifestação uniforme da unidade técnica (peças 54/56) e o parecer do Ministério Público junto ao TCU (peça 57), convergentes no sentido do arquivamento do presente processo com fundamento no art. 1º da Lei 9.873/1999 c/c os artigos da Resolução-TCU 344/2022;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea “a”, e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, no art. 1º, § 1º, da Lei 9.873/1999 e nos arts. 1º, 8º e 11 da Resolução-TCU 344/2022, e nos termos dos pareceres uniformes constantes dos autos, em reconhecer a incidência da prescrição intercorrente das pretensões sancionatória e ressarcitória do TCU e, em razão disso, arquivar os presentes autos, sem prejuízo da adoção da providência fixada no item 1.7 deste Acórdão.

1. Processo TC-005.485/2022-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Gilvan Pizzano Agibert (340.476.549-49).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Município de Prudentópolis-PR.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providência: dar ciência desta deliberação ao responsável e ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional.

ACÓRDÃO Nº 9525/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 169, inciso I c/c art. 212, do RI/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, por erro de autuação, apensando-o ao TC 031.261/2022-1, de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.649/2023-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Alfalagos Ltda. (05.194.502/0001-14); Carlos Jose Candido Martins (402.204.946-49); Daniela Fantini Vidigal Oliveira (024.503.346-70); Joao Pedro Laurito Machado (092.793.956-88); Karina Silva Araujo (028.095.136-19); Medway Log Comercio e Servicos Ltda Em Recuperacao Judicial (11.735.488/0001-11).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Santa Luzia - MG.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Ana Luiza Andrade e Souza (147264/OAB-MG), representando Daniela Fantini Vidigal Oliveira; Ana Luiza Andrade e Souza (147264/OAB-MG), representando Karina Silva Araujo.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº 9526/2023 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará em desfavor dos ex-prefeitos do Município de Quatipuru-PA, Denis Eugênio Cantanhede de Oliveira, de 1º/1/2009 a 12/4/2012, e José Carlos Lisboa Reis, de 22/5/2012 a 31/12/2012, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos no âmbito do Termo de Compromisso TC/PAC 83/09, registro Siafi 662254, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a referida municipalidade, cujo objeto era “Sistema de abastecimento de água para atender o Município de Quatipuru-PA, no Programa de Aceleração do Crescimento-PAC/2009”.

Considerando que a Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE), após examinar a matéria destes autos à peça 248, concluiu pela ocorrência da prescrição intercorrente, propondo, em consequência, o arquivamento dos autos, com fundamento nos arts. 1º e 11 da Resolução/TCU 344/2022 c/c os art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU (peças 248 a 250);

Considerando que o Ministério Público junto ao Tribunal (MPTCU) concordou com a unidade técnica no sentido da ocorrência da prescrição intercorrente, nos termos no art. 11 da Resolução TCU nº 344/2022 e no art. 1º da Lei 9.873/1999 (peça 251);

Considerando que a Resolução TCU 344/2022 estabelece que as pretensões punitiva e de ressarcimento nos processos de controle externo (exceto para atos de pessoal) prescrevem em cinco anos (art. 2º, prescrição principal) ou em três anos, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, prescrição intercorrente), conforme o previsto na Lei 9.873/1999 (art. 1º), diploma que regula o prazo para o exercício da ação punitiva movida pela administração pública federal;

Considerando que, no presente caso concreto, o prazo de prescrição ordinária deve ser contado da data em que as contas deveriam ter sido prestadas, nos termos do art. 4º, inciso I, da aludida Resolução TCU 344/2022, ou seja, a partir de 23/2/2014 (peças 65 e 199);

Considerando que entre as notificações dos responsáveis - Denis Eugênio Cantanhede de Oliveira, em 27/7/2017 (peça 162 e 166), José Carlos Lisboa Reis e P. A. Construções e Serviços Ltda, em 24/8/2017 (peças 168 e 169) - e as notificações posteriores - Denis Eugênio Cantanhede de Oliveira e José Carlos Lisboa Reis, em 24/8/2021 (peças 171, 172, 176 e 180), e P. A. Construções e Serviços Ltda, em 2/9/2021 (peça 177), houve o lapso temporal superior a três anos;

Considerando que não foram identificados atos ou documentos que pudessem evidenciar o andamento regular do processo nesse intervalo;

Considerando que o Plenário deste Tribunal, por intermédio do Acórdão 534/2023 (relator Ministro Benjamin Zymler), firmou entendimento no sentido de que “o marco inicial da fluidez da prescrição intercorrente se inicia somente a partir da ocorrência do primeiro marco interruptivo da prescrição ordinária, consoante elencado no art. 5º da nominada Resolução”;

Considerando que se mostra adequado os pareceres uniformes da unidade técnica e do MPTCU;

Considerando, enfim, que, no presente caso concreto, restou evidenciada a ocorrência da prescrição intercorrente, nos termos do art. 8º da Resolução TCU 344/2022, conduzindo ao arquivamento do processo, nos termos do art. 11 da mesma resolução, sem o julgamento de mérito pelo reconhecimento da prejudicial de prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento do TCU;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea “a”, 169, inciso VI, e 212, do Regimento Interno do TCU, no art. 1º, § 1º, da Lei 9.873/1999 e no art. 11 da Resolução TCU 344/2022, em reconhecer a incidência da prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento do TCU e arquivar estes autos, sem prejuízo da adoção da providência fixada pelo item 1.7 deste Acórdão.

1. Processo TC-019.957/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

- 1.1. Responsáveis: Denis Eugênio Cantanhede de Oliveira (380.387.222-72), José Carlos Lisboa Reis (222.367.402-04) e P.A. Construções & Serviços Ltda. (34.613.018/0001-80).
- 1.2. Unidade jurisdicionada: Município de Quatipuru-PA.
- 1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Providência: enviar cópia desta deliberação aos responsáveis e à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 9527/2023 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cidadania (extinto), atual Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, em desfavor do Sr. Ernesto Alexandre Basso (falecido em 7/5/2021), ex-prefeito de Nova América da Colina-PR (gestões: 2013-2016 e 2017-2020), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) no exercício de 2016, na modalidade fundo a fundo.

Considerando que a Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE), após examinar a matéria destes autos à peça 40, concluiu pela ocorrência da prescrição intercorrente, propondo, em consequência, o arquivamento dos autos, com fundamento nos arts. 1º e 11 da Resolução/TCU 344/2022 c/c os art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU (peças 40 a 42);

Considerando que o Ministério Público junto ao Tribunal (MPTCU) concordou com a unidade técnica no sentido da ocorrência da prescrição intercorrente, nos termos no art. 11 da Resolução TCU nº 344/2022 e no art. 1º da Lei 9.873/1999 (peça 43);

Considerando que a Resolução TCU 344/2022 estabelece que as pretensões punitiva e de ressarcimento nos processos de controle externo (exceto para atos de pessoal) prescrevem em cinco anos (art. 2º, prescrição principal) ou em três anos, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, prescrição intercorrente), conforme o previsto na Lei 9.873/1999 (art. 1º), diploma que regula o prazo para o exercício da ação punitiva movida pela administração pública federal;

Considerando que, no presente caso concreto, o prazo de prescrição ordinária deve ser contado da data da apresentação da prestação de contas ao órgão competente para sua análise inicial, nos termos do art. 4º, inciso II, da aludida Resolução TCU 344/2022, ou seja, a partir de 17/10/2017 (peça 4, p. 11);

Considerando que entre o Aviso de Recebimento (AR) referente ao Ofício 1539/2018-MDS, o qual solicitou ao ex-prefeito a regularização da Prestação de Contas - Exercício 2016. (peças 6 e 7) e a Nota Técnica 1.670/2021-MC (peça 12), houve o lapso temporal superior a três anos;

Considerando que não foram identificados atos ou documentos que pudessem evidenciar o andamento regular do processo nesse intervalo;

Considerando que o Plenário deste Tribunal, por intermédio do Acórdão 534/2023 (relator Ministro Benjamin Zymler), firmou entendimento no sentido de que “o marco inicial da fluidez da prescrição intercorrente se inicia somente a partir da ocorrência do primeiro marco interruptivo da prescrição ordinária, consoante elencado no art. 5º da nominada Resolução”;

Considerando que se mostra adequado os pareceres uniformes da unidade técnica e do MPTCU;

Considerando, enfim, que, no presente caso concreto, restou evidenciada a ocorrência da prescrição intercorrente, nos termos do art. 8º da Resolução TCU 344/2022, conduzindo ao arquivamento do processo, nos termos do art. 11 da mesma resolução, sem o julgamento de mérito pelo reconhecimento da prejudicial de prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento do TCU;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea “a”, 169, inciso VI, e 212, do Regimento Interno do TCU, no art. 1º, § 1º, da Lei 9.873/1999 e no art. 11 da Resolução TCU 344/2022, em reconhecer a incidência da prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento do TCU e arquivar estes autos, sem prejuízo da adoção da providência fixada pelo item 1.7 deste Acórdão.

1. Processo TC-019.986/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: espólio de Sr. Ernesto Alexandre Basso (878.814.469-00) - falecido, representado pela Sra. Tania Cristina da Silva Basso (018.664.039-07), viúva.

1.2. Unidade jurisdicionada: Município de Nova América da Colina-PR.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providência: enviar cópia desta deliberação ao espólio do responsável e ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 9528/2023 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, regularmente notificado, em 11/4/2023, da deliberação recorrida, o Acórdão nº 6.105/2022-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 4/10/2022-Ordinária, inserido na Ata nº 35/2022-2ª Câmara, o interessado somente compareceu aos autos em 18/8/2023, oportunidade em que protocolizou seu Recurso de Reconsideração;

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando, paralelamente, que o interessado não apresenta fatos novos capazes de alterar o mérito do acórdão alvejado, o que, por si só, inviabiliza o conhecimento da peça recursal em tela, ex vi do disposto no art. 32, parágrafo único, do aludido Regimento;

Considerando que, nessas circunstâncias, os pareceres da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto a este Tribunal são convergentes no sentido do não-conhecimento do recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 33 da Lei 8.443/92, c/c o artigo 285, caput e §2º, 143, inciso IV, alínea “b” e § 3º do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expendidas pelo relator, em não conhecer do Recurso de Reconsideração interposto por Raimundo Mendes da Rocha, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, e dar ciência ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor desta decisão.

1. Processo TC-020.389/2016-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Federação das Associações de Moradores do Estado do PI (23.498.769/0001-87); Raimundo Mendes da Rocha (150.848.333-72).

1.2. Recorrente: Raimundo Mendes da Rocha (150.848.333-72).

1.3. Unidade Jurisdicionada: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Piauí.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

1.7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.8. Representação legal: Thiago de Carvalho Ribeiro (11.211/OAB-PI), Jose Carvalho Rufino e outros, representando Raimundo Mendes da Rocha.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9529/2023 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania (extinto), atual Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, em desfavor de José Cavalcanti Alves Junior, ex-prefeito de Arcoverde-PE, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania (extinto), à municipalidade no âmbito da Proteção Social Básica e Especial (PSB/PSE).

Considerando que a Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE), após examinar a matéria destes autos à peça 108, concluiu pela ocorrência da prescrição intercorrente, propondo, em consequência, o arquivamento dos autos, com fundamento nos arts. 1º e 11 da Resolução/TCU 344/2022 c/c os art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU (peças 108 a 110);

Considerando que o Ministério Público junto ao Tribunal (MPTCU) concordou com a unidade técnica no sentido da ocorrência da prescrição intercorrente, nos termos no art. 11 da Resolução TCU nº 344/2022 e no art. 1º da Lei 9.873/1999 (peça 111);

Considerando que a Resolução TCU 344/2022 estabelece que as pretensões punitiva e de ressarcimento nos processos de controle externo (exceto para atos de pessoal) prescrevem em cinco anos (art. 2º, prescrição principal) ou em três anos, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, prescrição intercorrente), conforme o previsto na Lei 9.873/1999 (art. 1º), diploma que regula o prazo para o exercício da ação punitiva movida pela administração pública federal;

Considerando que, no presente caso concreto, o prazo de prescrição ordinária deve ser contado da data da apresentação da prestação de contas ao órgão competente para sua análise inicial, nos termos do art. 4º, inciso II, da aludida Resolução TCU 344/2022, ou seja, a partir de 15/6/2009 (peça 3);

Considerando que entre Nota Técnica 235 (peça 78) e a Nota Técnica 1.282 (peça 81), ambas da Coordenação Geral de Prestação de Contas do Ministério da Cidadania, houve o lapso temporal superior a três anos;

Considerando que não foram identificados atos ou documentos que pudessem evidenciar o andamento regular do processo nesse intervalo;

Considerando que o Plenário deste Tribunal, por intermédio do Acórdão 534/2023 (relator Ministro Benjamin Zymler), firmou entendimento no sentido de que “o marco inicial da fluidez da prescrição intercorrente se inicia somente a partir da ocorrência do primeiro marco interruptivo da prescrição ordinária, consoante elencado no art. 5º da nominada Resolução”;

Considerando que se mostra adequado os pareceres uniformes da unidade técnica e do MPTCU;

Considerando, enfim, que, no presente caso concreto, restou evidenciada a ocorrência da prescrição intercorrente, nos termos do art. 8º da Resolução TCU 344/2022, conduzindo ao arquivamento do processo, nos termos do art. 11 da mesma resolução, sem o julgamento de mérito pelo reconhecimento da prejudicial de prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento do TCU;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea “a”, 169, inciso VI, e 212, do Regimento Interno do TCU, no art. 1º, § 1º, da Lei 9.873/1999 e no art. 11 da Resolução TCU 344/2022, em reconhecer a incidência da prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento do TCU e arquivar estes autos, sem prejuízo da adoção da providência fixada pelo item 1.7 deste Acórdão.

1. Processo TC-020.866/2022-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: José Cavalcanti Alves Junior (496.873.444-15).

1.2. Unidade jurisdicionada: Município de Arcoverde-PE.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providência: enviar cópia desta deliberação ao responsável e ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 9530/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993; art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea “a”, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU (RITCU); e art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em conhecer da representação a seguir relacionada, considerar prejudicada a apreciação do mérito da representação, por perda de objeto, em razão de cancelamento do certame e da manifestação da entidade de que, por ora, não há mais interesse no objeto da contratação;

determinando-se o arquivamento do feito, nos termos do art. 250, inciso I, c/c art. 169, inciso V, do RITCU, c/c o art. 106, § 4º, inciso II, da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 323/2020, após o envio de cópia desta deliberação à Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e ao representante, acompanhada da instrução de peça 30.

1. Processo TC-021.516/2023-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Araújo Abreu Engenharia S/A (33.373.325/0001-79).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: Cássio Augusto Muniz Borges (091152/OAB-RJ), entre outros, representando o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional e o Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional; Jardel Goncalves (197777/OAB-RJ), entre outros, representando a Araújo Abreu Engenharia S/A.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9531/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-022.898/2023-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Acre.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Leidimar Fernandes Alves da Silva Trigueiro, representando Forza Distribuidora de Máquinas Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. enviar cópia da instrução (peça 10) e da peça 1 ao Tribunal de Contas do Estado do Acre, a fim de que o órgão tome conhecimento das irregularidades/ilegalidades trazidas nestes autos e adote as providências julgadas cabíveis;

1.6.2. dar ciência desta deliberação ao representante;

1.6.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 235, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 9532/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.434/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Elizabeth Rosangela de Figueiredo Murta (203.134.976-72); Manoel Pereira Neto (184.234.851-53); Wellington Moreira Bahia (245.138.736-04).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9533/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.490/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Ferreira de Sousa (625.561.697-53); Carlos Cesar Pinto (565.201.157-20); Mario Jose dos Santos (599.544.937-00); Mauricio da Silva (768.262.527-91); Sergio Laranjeira da Cunha Lage (492.848.197-68).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9534/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.179/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Cesar Lemme (030.976.847-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9535/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea “d”, do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 6161/2023 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 11/7/2023, Ata 22/2023, relativamente ao item “9”, de modo que onde se lê: “pela Câmara dos Deputados”, leia-se: “por Sadi Pierozan”, bem como em relação ao subitem “9.2”, de modo que onde se lê: “encaminhar cópia desta deliberação ao órgão”, leia-se: “encaminhar cópia desta deliberação ao órgão e ao recorrente”, mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.213/2021-7 (PEDIDO DE REEXAME EM APOSENTADORIA)

1.1. Recorrente: Sadi Pierozan (458.488.580-04).

1.2. Interessados: Sadi Pierozan (458.488.580-04).

1.3. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4.1. Ministro que declarou impedimento na sessão: Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

1.7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.8. Representação legal: Felipe Néri Dresch da Silveira (33779/OAB-RS), representando Sadi Pierozan.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9536/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.435/2023-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Katia Silene da Silva (022.470.144-45).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. a rubrica judicial foi excluída do contracheque, nos termos do art. 260, § 4º do RI/TCU, c/c art. 7º, § 1º, da Resolução/TCU 353/2023, sem prejuízo de dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU.

ACÓRDÃO Nº 9537/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.441/2023-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Najela Maria Leitao (320.320.133-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. a rubrica judicial foi excluída do contracheque, nos termos do art. 260, § 4º do RI/TCU, c/c art. 7º, § 1º, da Resolução/TCU 353/2023, sem prejuízo de dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU.

ACÓRDÃO Nº 9538/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.633/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Floripes Esteves Diz (093.223.167-56); Terezinha Januaria dos Santos Pereira (217.844.004-59); Wanda Cabral de Souza (339.472.607-68).

1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9539/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.741/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Jurema Martins da Costa (184.960.670-68).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9540/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.944/2023-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Paula Palermo Silva Costa (167.706.527-30); Angela Maria Pedreira Pereira (078.829.577-20); Carmen Lucia do Rio Oliveira (606.801.137-20); Claudia Palermo Silva Costa (125.597.437-01); Cristina Maria Vinhaes Pedreira Romaguera (611.402.361-72); Eliana Pedreira Benini (101.300.187-75); Gilcleia da Conceicao Chaparro (914.070.877-20); Lucy Maria Pedreira Pereira (766.753.007-68); Marlucia de Oliveira Silva (763.264.897-68); Valeria Maria Pedreira de Souza Vales (433.751.387-68); Vanessa Coelho dos Santos (088.953.597-39).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9541/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.945/2023-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Izabel Leonida Conte Zohler (004.235.680-60); Marli Terezinha Juliani da Silva (339.445.710-53); Rosangela Benati (292.697.760-34); Rosina Martins de Oliveira (925.082.940-04); Valeria Augusta Senna da Fonseca (201.749.422-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9542/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea “d”, do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 3.882/2019 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 18/6/2019, Ata 20/2019, relativamente ao subitem “9.1”, de modo que passe a vigorar com a seguinte redação:

“9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Duciomar Gomes da Costa para, no mérito, conceder-lhe provimento parcial e alterar a redação do subitem 9.2 do Acórdão 8.044/2018-TCU-2.^a Câmara, que passa a vigorar com o seguinte teor:

[...]9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o Sr. Duciomar Gomes da Costa comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida a qual foi condenado, solidariamente, com a Sra. Cleide Mara Ferreira da Fonseca e o Sr. William Lola Mendes, aos cofres do Fundo Municipal de Saúde de Nacional de Belém-PA, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se na oportunidade, os valores já ressarcidos, conforme a seguir:

Senhor Duciomar Gomes da Costa e Senhora Cleide Mara Ferreira da Fonseca:

Valor Histórico (R\$)	Data da ocorrência
20.066,96 (D)	11/07/2005
7.747,28 (D)	11/07/2005
6.635,27 (D)	09/08/2005
400.000,00 (D)	12/08/2005
806.480,00 (C)	22/08/2017
160.155,72 (C)	23/08/2017

Senhores Duciomar Gomes da Costa e William Lola Mendes:

Valor Histórico (R\$)	Data da ocorrência
1.632,96 (D)	29/08/2005
7.389,38 (D)	29/08/2005
200.000,00 (D)	13/09/2005
8.320,33 (D)	05/10/2005
403.240,00 (C)	22/08/2017
80.077,86 (C)	23/08/2017

[...]"

1. Processo TC-003.419/2010-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: 033.282/2020-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 033.273/2020-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 033.248/2020-6 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Cleide Mara Ferreira da Fonseca (282.459.202-82); Duciomar Gomes da Costa (248.654.272-87); William Lola Mendes (116.034.102-87).

1.3. Recorrente: Duciomar Gomes da Costa (248.654.272-87).

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Belém - PA.

1.5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

1.8. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.9. Representação legal: Luiz Guilherme Jorge de Nazareth (14444/OAB-PA), representando Cleide Mara Ferreira da Fonseca; Henryeth Muniz de Mello Fernandes (30487/OAB-GO), representando William Lola Mendes; Alvaro Figueiredo Maia de Mendonça Junior (14265/OAB-PE), representando Duciomar Gomes da Costa.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9543/2023 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de embargos de declaração opostos pela Casa de Cultura da Comunidade Negra de Goiânia e Goiás ao Acórdão 3.119/2023 - TCU - Segunda Câmara, que conheceu de recurso de reconsideração interposto pela entidade acima mencionada aos termos do Acórdão 4406/202 - TCU - Segunda Câmara e deu provimento parcial àquele recurso.

Considerando que, embora maneje o seu pedido a título de embargos de declaração, a embargante não alega haver obscuridade, omissão ou contradição no acórdão 3.119/2023 - TCU - Segunda Câmara, pressupostos específicos para a oposição de embargos segundo o artigo 287, caput, do RITCU, e se detêm a alegar a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória, solicitando, em sequência, acolhimento dos embargos com efeitos modificativos.

Considerando que o Tribunal afastou a incidência da prescrição nestes autos, conforme explícito no voto condutor da decisão ora combatida, acostado à peça 100.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, por unanimidade, com fundamento no artigo 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 143, inciso V, alínea "F" e § 3º, 277, inciso III, e 287, caput, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer dos embargos de declaração opostos por Casa de Cultura da Comunidade Negra de Goiânia e Goiás, uma vez que não aponta omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, e dar ciência desta deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.178/2018-6 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Casa de Cultura da Comunidade Negra de Goiânia e Goiás (04.510.156/0001-73); Jose Eduardo da Silva Batista (479.007.251-72).

1.2. Recorrente: Casa de Cultura da Comunidade Negra de Goiânia e Goiás (04.510.156/0001-73).

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

1.7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.8. Representação legal: Alexandre Melo Soares (24.518/OAB-DF) e Beatriz Cruz da Silva (24.967/OAB-DF), representando Casa de Cultura da Comunidade Negra de Goiânia e Goiás; Alexandre Melo Soares (24.518/OAB-DF) e Beatriz Cruz da Silva (24.967/OAB-DF), representando Jose Eduardo da Silva Batista.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9544/2023 - TCU - 2ª Câmara

Tratam os autos de recurso de reconsideração interposto por Siloé de Oliveira Moura, contra os termos do Acórdão 6.003/2022 - TCU - Segunda Câmara, que julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa.

considerando que, de acordo com o exame de admissibilidade efetuado pela Secretaria de Recursos, o recorrente ingressou com o pedido em análise fora do prazo previsto no artigo 33, in fine, da Lei 8.443/92, e não apresentou fato novo capaz de suplantar a intempestividade verificada, para que possa ser admitido nos termos do art. 285, § 2º, do Regimento Interno;

considerando os pareceres uniformes da Serur e do Ministério Público junto ao TCU, pelo não conhecimento do recurso pelas razões acima expostas;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do 2ª Câmara, com fundamento nos artigos 32, parágrafo único; e 33 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; e 285, § 2º, do Regimento Interno, em não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Siloé de Oliveira Moura (R002, peça 198), por ser intempestivo e por não apresentar fatos novos, dando ciência desta deliberação aos interessados.

1. Processo TC-040.785/2020-3 (EMBARGOS EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

- 1.1. Responsáveis: Artur Lopes da Silva Filho (208.135.114-53); Planecon Planejamento Orcamentos e Construcoes Ltda (40.917.478/0001-03); Silóé de Oliveira Moura (027.851.534-72).
- 1.2. Recorrente: Silóé de Oliveira Moura (027.851.534-72).
- 1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Alagoas.
- 1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
- 1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas
- 1.7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
- 1.8. Representação legal: Fabio Costa de Almeida Ferrario (3.683/OAB-AL) e Milton Gonçalves Ferreira Netto (9.569/OAB-AL), representando Silóé de Oliveira Moura.
- 1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9545/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea “d”, do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 5197/2023 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na sessão de 27/6/2023, Ata 20/2023, relativamente ao subitem “9.2”, de modo que onde se lê: “Fundo Nacional de Cultura”, leia-se: “Caixa Econômica Federal”, mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-047.472/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

- 1.1. Responsável: Edson Alan Alves de Carvalho (104.115.987-08).
- 1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
- 1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9546/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; 169, inciso III, e 207 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

- a) levantar o sobrestamento dos presentes autos determinado pelo Acórdão 536/2017-TCU-2ª Câmara (Relatora: Ministra Ana Arraes);
- b) julgar regulares as contas de Fernando Tolentino de Sousa Vieira, Sandoval Luiz de Sousa e Raquel Félix Dantas, dando-lhes quitação plena;
- c) encaminhar cópia deste acórdão à Imprensa Nacional;
- d) arquivar o presente processo.

1. Processo TC-027.665/2015-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

- 1.1. Responsáveis: Fernando Tolentino de Sousa Vieira (027.029.915-72); Jalmir Nascimento de Freitas (258.831.511-91); Jorge Luiz Alencar Guerra (052.028.333-34); Raquel Felix Dantas (225.993.801-97); Sandoval Luiz de Souza (352.004.561-34)
- 1.2. Unidade: Imprensa Nacional
- 1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
- 1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernanca)
- 1.6. Representação legal: não há
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 9547/2023 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de monitoramento do item 9.4 do Acórdão 6.704/2009-2ª Câmara, autuado por determinação do subitem 1.8.2 do Acórdão 3.328/2022-1ª Câmara, ambos prolatados no âmbito de tomada de contas especial que apurou irregularidades na gestão do Conselho Federal de Farmácia (CFF) referentes aos exercícios de 2003 a 2006 (TC 006.966/2008-4).

Considerando que, nos termos da Resolução-TCU 344/2022, a pretensão punitiva e ressarcitória deste Tribunal prescreve em cinco anos (art. 2º) ou em três, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º);

considerando que o prazo da prescrição pode ser interrompido por causas distintas ou por uma mesma causa, desde que, por sua natureza, seja repetível no curso do processo (art. 5º da referida norma);

considerando que, para o caso das questões examinadas no item 9.4.2 do Acórdão 6.704/2009-2ª Câmara, o prazo de prescrição começou a ser contado em 19/4/2006, data do recebimento da denúncia pelo Tribunal (art. 4º, III);

considerando que o exame efetuado pela unidade técnica (peça 24) confirma a ocorrência da prescrição intercorrente entre a prolação do Acórdão 6.704/2009-2ª Câmara, em 8/12/2009, e a data da instrução técnica, em 28/4/2022 (peça 693 do TC 006.966/2008-4);

considerando que a unidade técnica concluiu que a entidade deu cumprimento ao subitem 9.4.1 do Acórdão 6.704/2009-2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 1º da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 8º e 11 da Resolução-TCU 344/2022 e os arts. 143, V, “a”, e 169 do RI/TCU em:

considerar cumprida a determinação constante no item 9.4.1 do Acórdão 6.704/2009-2ª Câmara;

reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento quanto as questões examinadas no item 9.4.2 do Acórdão 6.704/2009-2ª Câmara;

comunicar esta decisão ao Conselho Federal de Farmácia;

arquivar os autos.

1. Processo TC-012.291/2022-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Unidade: Conselho Federal de Farmácia.

1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernança).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9548/2023 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação acerca de possíveis irregularidades na gestão do Restaurante Universitário da Fundação Universidade Federal de Viçosa, em que se analisa, nesta fase processual, o atendimento às determinações contidas no item 1.8 do Acórdão 6.445/2019-TCU-2ª Câmara.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos arts. 169, inciso V, e 243, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar cumpridas as determinações expedidas por meio dos itens 1.8.1 e 1.8.2 do Acórdão 6.445/2019-TCU-2ª Câmara;

b) enviar cópia desta deliberação à Fundação Universidade Federal de Viçosa;

c) arquivar o processo.

1. Processo TC-022.338/2016-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Departamento de Polícia Federal-Superintendência Regional em Minas Gerais (00.394.494/0029-37).

1.2. Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

1.6. Representação legal: Mateus Henrique de Castro Dias, representando Fundação Universidade Federal de Viçosa.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9549/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III e 143, inciso II; 259, inciso II e 260, § 4º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão abaixo relacionado, com ressalva em relação à rubrica judicial da GDIBGE, nos atuais proventos, que não poderá ser objeto de glosa, por estar amparada por sentença judicial com trânsito em julgado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando ao interessado que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-007.435/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Alberto Batista da Silva (047.558.473-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9550/2023 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria de Mario Roberto da Cunha Felix, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida na fase de instrução detectou pagamento irregular da vantagem de “quintos/décimos” após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão, nos proventos, de quintos de função comissionada exercida após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para a integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997 (data de publicação da MP 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos);

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, acompanhado por iterativos julgados desta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdão 8.187/2021-TCU-Primeira Câmara (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), 8.124/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Benjamin Zymler), 8.492/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Jorge Oliveira), 8.178/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Substituto Augusto Sherman), 8.611/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 7.999/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes), 7.816/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Raimundo Carreiro), 8.254/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Bruno Dantas), 13.963/2020-2ª Câmara (relatora: Ministra Ana Arraes), 8.319/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer), 8.224/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Substituto André Luís de Carvalho) e os Acórdãos 7.620/2022-2ª Câmara, 1.216/2023-2ª Câmara e 1.217/2023-2ª Câmara de minha relatoria, entre outros;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de “quintos/décimos”, cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando não haver registro, no ato, de que a parcela ora impugnada decorra de decisão judicial transitada em julgado, o que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE (Ministro-Relator Gilmar Mendes), feita pelo Supremo Tribunal Federal, impõe a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público de Contas;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II, 260 e 262, do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal o ato de aposentadoria de Mario Roberto da Cunha Felix (Ato n. 96608/2018), negando-lhe registro e expedindo os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-009.027/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Mario Roberto da Cunha Felix (229.790.856-34).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. no prazo quinze dias, contados da ciência, providencie o destaque da parcela de quinto incorporada com amparo em função comissionada exercida entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e transforme-a em Parcela Compensatória a ser absorvida por reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 638.115/CE sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, caso a incorporação tenha se dado por decisão administrativa ou por decisão judicial não transitada em julgado;

1.7.2.2. emita novo ato de aposentadoria do interessado Mario Roberto da Cunha Felix (Ato: 96608/2018), livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.2.3. no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

1.7.3. dar ciência deste Acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 9551/2023 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria de Maria Aparecida Guimaraes da Cruz Nunes, emitido pelo Tribunal Regional do Federal da 1ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida na fase de instrução detectou pagamento irregular da vantagem de “quintos/décimos” após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão, nos proventos, de quintos de função comissionada exercida após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para a integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997 (data de publicação da MP 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos);

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, acompanhado por iterativos julgados desta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdão 8.187/2021-TCU-Primeira Câmara (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), 8.124/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Benjamin Zymler), 8.492/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Jorge Oliveira), 8.178/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Substituto Augusto Sherman), 8.611/2021-1ª Câmara (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 7.999/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes), 7.816/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Aroldo Cedraz), 8.318/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Raimundo Carreiro), 8.254/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Bruno Dantas), 13.963/2020-2ª Câmara (relatora: Ministra Ana Arraes), 8.319/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer), 8.224/2021-2ª Câmara (relator: Ministro Substituto André Luís de Carvalho) e os Acórdãos 7.620/2022-2ª Câmara, 1.216/2023-2ª Câmara e 1.217/2023-2ª Câmara de minha relatoria, entre outros;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de “quintos/décimos”, cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando não haver registro, no ato, de que a parcela ora impugnada decorra de decisão judicial transitada em julgado, o que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE (Ministro-Relator Gilmar Mendes), feita pelo Supremo Tribunal Federal, impõe a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica e do Ministério Público de Contas;

Considerando que, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II, 260 e 262, do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal o ato de aposentadoria de Maria Aparecida Guimaraes da Cruz Nunes (Ato n. 7064/2018), negando-lhe registro e expedindo os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-009.059/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Aparecida Guimaraes da Cruz Nunes (266.550.981-49).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. no prazo quinze dias, contados da ciência, providencie o destaque da parcela de quinto incorporada com amparo em função comissionada exercida entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e transforme-a em Parcela Compensatória a ser absorvida por reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 638.115/CE sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, caso a incorporação tenha se dado por decisão administrativa ou por decisão judicial não transitada em julgado;

1.7.2.2. emita novo ato de aposentadoria da interessada Maria Aparecida Guimaraes da Cruz Nunes (Ato n. 7064/2018), livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.2.3. no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

1.7.3. dar ciência deste Acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 9552/2023 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Afonso Celso de Mesquita, emitido pelo Ministério da Saúde e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal - AudPessoal constatou, na Ficha Financeira do Ato em tela (peça 3, p. 3), a rubrica referente ao pagamento de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI decorrente do disposto no artigo 147, § 1º, da Lei 11.355/2006;

Considerando que a Lei 11.355/2006, posteriormente modificada pela Lei 11.490/2007, criou a parcela em epígrafe para conformar as diversas decisões administrativas e judiciais que concederam o chamado Plano de Carreira, Cargos e Salários - PCCS aos servidores (adiantamento pecuniário de que tratou o art. 8º da Lei 7.686/1988);

Considerando que, em caso de adesão à nova estrutura de carreira implementada pela Lei 11.355/2006, deveria ocorrer a absorção gradual do PCCS, na forma estabelecida nos §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei 11.355/2006 (transformação dos valores pagos a título de PCCS em Diferença Pessoal Nominalmente Identificada - DPNI, seguida de absorção ao longo do tempo);

Considerando que, com a entrada em vigor da Lei 11.784/2008, as tabelas de vencimento foram ajustadas de forma a serem definitivamente implementadas em julho de 2011 (art. 40 da Lei 11.784/2008), alterando, portanto, os prazos previstos nos §§ 3º e 5º do art. 2º da Lei 11.355/2006;

Considerando que o parágrafo único do art. 7º-B introduzido pela Lei nº 11.784/2008 manteve a continuidade do pagamento da DPNI como VPNI somente após a implementação completa das tabelas constantes da Lei nº 11.355/2006, em julho de 2011, de tal forma que o valor eventualmente excedente após julho de 2011 deveria ser pago sob a forma de VPNI, não mais sujeita a absorções decorrentes de aumentos salariais, mas tão somente aos reajustes gerais de vencimentos dos servidores públicos;

Considerando o entendimento desta Corte de Contas no sentido de que o valor da parcela Diferença Pessoal Nominalmente Identificada - DPNI (adiantamento pecuniário - PCCS) deve ser reduzido proporcionalmente à implantação das tabelas de vencimento básico constantes do Anexo IV da Lei nº 11.355/2006, sendo o seu pagamento admissível sob forma de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI somente na hipótese de haver valor excedente após a implementação total do plano de carreira, conforme previsto no § 5º do referido dispositivo (cf. Acórdãos nº 4967/2012 - 1ª Câmara, rel. Min. Walton Alencar, e 1809/2013 - 2ª Câmara, rel. Min. Ana Arraes);

Considerando que a sentença que reconhece ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos (RE 596.663/RJ, red. Acórdão min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, DJE 26/11/2014);

Considerando que não infringe a coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste o pagamento de rubricas decorrentes de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha esgotado (Enunciado 279 da Súmula da Jurisprudência/TCU e RE 596.663/RJ);

Considerando que a jurisprudência do TCU é pacífica em afirmar a necessidade de absorção dos valores pagos a título de VPNI pelos reajustes remuneratórios supervenientes, na forma determinada pela Lei 11.355/2006 (Acórdãos da Primeira Câmara 3.222/2017, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues; 4.775/2016 e 661/2016, rel. Min. Benjamin Zymler; e 10.676/2015 - Segunda Câmara, rel. Min. Vital do Rêgo), ainda que os pagamentos decorram de decisão judicial (Acórdãos 6.619/2019, rel. Min. Vital do Rêgo; 3.147/2020, rel. Min. Bruno Dantas; 1.403/2014 e 4.054/2013, rel. Min. Benjamin Zymler; todos da Primeira Câmara);

Considerando, ademais, que este Tribunal, por meio do Acórdão 3.147/2020 - Primeira Câmara (rel. Min. Bruno Dantas), deixou assente que o Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência assentada (MS 24.997-8/DF, MS 24.958-7/DF e MS 25.015-1/DF), acompanhada pelo TCU (Enunciado de Súmula 278), no sentido de que o ato de aposentadoria, reforma ou pensão, por sua natureza complexa, somente se aperfeiçoa com o exame e consequente registro pelo Tribunal de Contas, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria do Sr. Afonso Celso de Mesquita e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC-009.160/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Afonso Celso de Mesquita (150.957.973-72).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar ao Ministério da Saúde, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, que:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrente do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

1.7.1.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor do Sr. Afonso Celso de Mesquita, livre da irregularidade verificada, e promova o seu cadastramento no sistema e-Pessoal, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 9553/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, bem como em não conhecer do requerimento do interessado (pedido de revisão de sua aposentadoria, às peças 10, 16, 21, 26 e 27), nos termos do art. 263 do RI/TCU, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da unidade técnica (peça 34) ao Sr. Onio Fialho Miranda, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.840/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Onio Fialho Miranda (380.855.506-87).

1.2. Órgão: Ministério da Economia (extinto); Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9554/2023 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de aposentadoria em favor de Chaia Luis Chainferber, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ;

Considerando que, mediante o Acórdão 6332/2023 - TCU - 2ª Câmara, relator Ministro Antonio Anastasia, o Tribunal considerou ilegal o ato, negou-lhe registro e expediu determinações à unidade jurisdicionada;

Considerando o pedido de prorrogação de prazo (30 dias) formulado à peça 11 para cumprimento do Acórdão; e

Considerando que se trata do primeiro pedido dessa natureza;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, V, "e", do RI/TCU, em conceder ao órgão solicitante prazo adicional de 30 dias para cumprimento integral do Acórdão 6332/2023 - TCU - 2ª Câmara, a contar do término do prazo anteriormente assinalado.

1. Processo TC-019.949/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Chaia Luis Chainferber (622.553.477-68).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9555/2023 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo de ato de concessão de aposentadoria a Catia Regina da Silva Baptista, emitido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e submetido ao Tribunal para registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal), identificaram como irregularidade o pagamento da parcela judicial referente a plano econômico sem a devida absorção (parcela 3,17% - URV);

Considerando que, nos termos do Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, as parcelas relativas a planos econômicos não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando que as rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente a reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma (Súmula 279 do TCU);

Considerando que não há direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que as vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto se expressamente consignadas em lei superveniente (Súmula 276 do TCU);

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, assentou, em sede de repercussão geral, a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos, independentemente de ação rescisória;

Considerando, entretanto, que a parcela impugnada foi excluída dos proventos da interessada (maio/2023), conforme indicado pela Sefip e com anuência do Ministério Público junto a este Tribunal, a despeito da inconsistência observada na versão submetida ao exame do Tribunal, o que permite o registro, nos termos do §4º do art. 260 do Regimento Interno do TCU c/c art. 7º, §1º, da Resolução/TCU 353/2023;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo se materializado o registro tácito (RE 636.553/RS);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e §4º do 260 do Regimento Interno/TCU c/c art. 7º, §1º, da Resolução/TCU 353/2023, em considerar legal e conceder o registro do ato de Aposentadoria de Catia Regina da Silva Baptista (Ato 13352/2019) do quadro de pessoal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sem prejuízo de dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-020.217/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Catia Regina da Silva Baptista (734.185.607-68).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9556/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.185/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Denise Aparecida Correa (340.061.416-53).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9557/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.223/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Silva (762.814.507-87); Lucia de Vasconcelos Cardoso (753.373.987-68); Marilza Monteiro Mattos (774.089.857-00); Marx de Oliveira Rios (815.431.827-04); Nelia Costa Ferreira (783.448.327-72).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9558/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.230/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Tania Maria Lima Bonfim (102.508.405-53).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9559/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.300/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Afonso Carlos Neves (006.751.898-29).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9560/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.434/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Renata Berutti de Castro (745.997.047-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9561/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.449/2023-0 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessada: Isabel Regina Vilela de Carvalho (323.507.836-34).
 - 1.2. Órgão: Controladoria-Geral da União.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9562/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.491/2023-6 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Jose de Souza Salles (350.896.797-20); Marilda Vieira (401.981.627-15); Nara Brandao Costa (360.960.597-91); Nelio da Conceicao Alves (361.601.997-49); Washington Luiz Coelho de Oliveira (428.327.137-34).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9563/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.493/2023-9 (APOSENTADORIA)
 - 1.1. Interessados: Airton Vargas Marques (378.011.040-72); Carlos Alberto Horn (313.930.980-53); Luis Fernando de Lima Brum (349.427.770-20); Luiz Carlos da Cunha (346.459.690-72); Rosangela Machado Marques da Silva (421.518.640-49).
 - 1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
 - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
 - 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
 - 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
 - 1.6. Representação legal: não há.
 - 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9564/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-022.554/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joao Batista de Assis (329.548.406-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9565/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 4º, do Regimento Interno/TCU e o art. 7º, § 1º, da Resolução/TCU 353/2023, considerando que a rubrica judicial relativa a plano econômico já foi excluída do contracheque da interessada, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, sem prejuízo de dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.575/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Alacil Maria do Amaral (383.767.921-72).

1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9566/2023 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de ato de admissão de pessoal emitido pela Caixa Econômica Federal - Caixa em favor do Sr. Deivison Manuel da Silva Martins.

Considerando que a contratação em epígrafe efetuada pela Caixa ocorreu após a validade do certame, por força da decisão judicial proferida, em 06/10/2016, nos autos da Ação Civil Pública (ACP) 00059-10-2016-5-10-0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília, e naquela oportunidade, a validade dos concursos regidos pelos Editais 001/2014-NM e 001/2014-NS foi prorrogada judicialmente, por tempo indeterminado, até o trânsito em julgado daquela ACP;

Considerando que, em continuidade ao andamento processual da ACP 00059-10-2016-5-10-0006, o Ministério Público do Trabalho e a Caixa celebraram Acordo, devidamente homologado pelo TST, com o trânsito em julgado ocorrido em 26/05/2023, ambos acostados aos autos;

Considerando que a Caixa, em decorrência do citado Acordo, comprometeu-se em “convolar em definitiva a admissão de todos os candidatos contratados administrativamente por força da tutela antecipada vigente na presente ACP 00059-10-2016-5-10-0006”, garantindo, dessa forma, os efeitos financeiros da admissão ora sob exame, em caráter permanente;

Considerando que, relativamente a matérias dessa natureza, a Resolução/TCU 353/2023 passou a dar novo tratamento aos atos de pessoal em que tenha sido identificada irregularidade insuscetível de correção pelo órgão ou entidade de origem, em face da existência de decisão judicial apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros, autorizando o seu registro, em caráter excepcional;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, e no art. 7º, inciso II, da Resolução/TCU 353/2023, em considerar ilegal o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, ordenando, excepcionalmente, o seu registro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.839/2023-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Deivison Manuel da Silva Martins (093.968.914-60).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9567/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-012.229/2023-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Antonio Damasceno Maciel (054.069.517-34); Antonio Theodoro Rabelo Filho (130.585.097-15); Argentina da Costa Silva (024.151.157-70); Claudete das Gracias Santos (611.434.997-00); Marcia Rodrigues Albino de Sousa (933.097.837-15).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9568/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-012.685/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Dalma Alves Pereira Lima (866.513.667-34); Tania de Magalhaes Vianna (455.130.667-34); Wanda da Silva Rolao (368.993.647-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9569/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-012.754/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Sandra Maria Bastos Brasiliense Canuto (457.654.053-04).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9570/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-012.839/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Claudina Mendonca dos Santos (073.219.217-00); Elzio Antonio Lopes Diniz (269.381.117-15); Inaia Mello Braga (115.727.957-00); Maria Lucia Tiago Lima (955.981.541-53); Miriam Inacio de Araujo (239.020.511-91).

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9571/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-020.333/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Rodrigues Farias (264.394.763-00); Augusto Barbosa dos Santos (249.719.955-87); Jefferson Barcelos Nogueira (700.367.803-91); Juliana da Silva Figueiredo (507.999.242-53); Marisete Mendes de Carvalho (188.566.405-20); Weuler Joaquim Bie (342.501.151-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9572/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.602/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Edileusa Gomes da Silva Torres (267.259.245-49); Maria Alice Cruz Dantas (068.661.745-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9573/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.622/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Lucia Santos de Araujo Silva (645.965.404-20); Antonia Martins Feitoza (401.635.713-68); Jose Iremar da Silva Filho (116.371.224-89); Marcia Rejane Cardoso Wanderley (193.857.654-34); Maria Salome Araujo da Silva (116.370.964-61); Maria das Gracias dos Santos Veloso (507.899.963-91); Marlene Feitosa (691.485.384-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9574/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.629/2023-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Joao Carlos da Rocha (220.631.022-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9575/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.674/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Ilza Goncalves da Silva (094.070.062-04); Maria Sebastiana de Souza Brito (128.834.092-34); Miraci da Silva Teixeira (144.981.112-49); Olga Santana Moraes (032.404.665-03); Vilma Libeck Ernesto Coelho (918.215.176-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9576/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.747/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Marilene Jose Nogueira (167.340.684-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9577/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.125/2023-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Marcia Cristina de Sousa Torres (011.564.277-38); Marilda dos Santos (786.513.447-91); Tereza Cristina de Souza Torres (122.075.717-93).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9578/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-006.144/2023-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Helda Raimunda da Silva Aguiar (007.582.273-37); Helene Raimunda da Silva Oliveira (119.111.073-72); Helia Raimunda da Silva (166.688.803-63); Heliar Raimunda da Silva (309.711.443-20); Heloi Raimunda da Silva (460.411.847-72); Jurema Martins Barbosa (227.884.847-04); Vera Lucia Ferreira de Azevedo (673.317.697-15).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9579/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea “e”, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência desta deliberação, para que o Comando da Aeronáutica cumpra a determinação constante do subitem 1.7.1 do Acórdão 1.673/2023 - 2ª Câmara:

1. Processo TC-012.471/2022-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Ana Daustria Barata Pereira (373.089.632-68).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9580/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.964/2023-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Carmen Edite Wisniewski de Souza (222.051.950-34); Cleusa Maria Silveira dos Santos (250.205.950-04); Iara Guimaraes Lima (015.112.557-06); Leni Maria Pasa Belmonte (992.005.200-06); Marília de Fatima Bonfiglio Pereira (594.114.650-72); Tania Regina Santos de Carvalho (387.724.930-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9581/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.202/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Francisca de Jesus Gomes da Mota (737.503.107-00); Hilma Gomes da Mota (015.394.314-95); Maria Dulce Moreira dos Santos (503.143.947-53); Miracema dos Santos Melo (036.500.437-50); Sonia Maria da Silva Firmo (108.051.067-23); Waldomira Sampaio de Oliveira (288.133.837-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

- 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9582/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-017.256/2023-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Magali Andrioni Mondini Agostinho (557.734.788-20); Nilva Ramona Batista Alves de Moraes (812.896.931-53); Regiane Agostinho Tertuliano (062.246.438-81); Sirlene Froes de Moraes (830.421.481-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9583/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.406/2023-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Carolina Correa Neto Reis (049.070.396-89); Ana Carolina de Castro Pereira (486.509.006-15); Daniela Angela Januzelli (126.567.868-51); Gerusa Helena Nery Cardoso (036.247.256-45); Isabel de Fatima Nery (685.196.216-00); Mair Nery Cardoso (973.009.936-72); Maria Ercilia Nunes Peverley (247.428.566-00); Simone Nery Vergino (738.869.476-53); Vania Geralda Sandim (259.872.916-15).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9584/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.599/2023-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Luiza Brandao de Serpa (599.716.497-72); Celi de Almeida Ortiz (095.943.027-04); Claudia Brandao de Serpa (618.229.737-91); Gloria Prado Alves (682.787.057-04); Maria Margarida Lucas da Silveira (602.252.207-25); Marilu Margarida Lucas Ferrari (480.918.717-91); Marion Margarida Lucas de Carvalho (439.045.807-87); Rachel Espirito Santo Moreira (024.087.857-40); Rita de Cassia Oliveira Santos (636.988.207-06).

- 1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
- 1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
- 1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
- 1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
- 1.6. Representação legal: não há.
- 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9585/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.170/2023-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana de Fatima Stoco (054.417.949-84); Diva Raiciki (143.143.633-04); Gilda de Souza (149.835.089-53); Noemia Schenfeld Franca (037.279.239-11); Vilma Correa Bach (611.265.279-04).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9586/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.372/2023-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Leila da Luz Lima Cabral (090.139.117-49); Linda de Araujo Souza (051.942.347-08); Marcia Maria Ferreira Goncalves (821.897.817-87); Maria Thereza Maximo Canario (827.915.627-53); Rosilene Silva Cardoso Marques (047.886.517-18).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9587/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.398/2023-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Eliane Aparecida de Lima Massari (682.054.146-53); Eni Pinheiro Martins (906.697.626-87); Gilda Galvao Freixo (032.734.526-84); Lourdes Mendes Peixoto Marques (629.521.296-49); Maria Elisa de Paula Moreira (030.086.706-95).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9588/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela AudPessoal e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-018.450/2023-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Maria Adelaide Fernandes de Mello (200.565.167-20); Marilia de Castro Chaves Lopes (545.844.187-72); Martha da Conceicao Kifer (069.704.267-77); Nubia Cristina Teixeira Santos (074.093.367-14); Regina Lucia Santos Rocha (255.992.757-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9589/2023 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Pensão, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal para apreciação na forma da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Considerando que no cruzamento com o sistema Siape identificou-se o falecimento da interessada, com cessação dos efeitos financeiros.

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443 de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

a) Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, conforme dispõe o art. 9º da Resolução TCU 353/2023.

b) Informar aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-021.457/2023-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Magdalena Brandao Franco Pontes (085.099.587-69).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9590/2023 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III e 143, inciso II; 259, inciso II e 260, § 4º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão abaixo relacionado, conforme sugerido nos pareceres emitidos nos autos pela UT e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando ao interessado que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-020.494/2023-8 (REFORMA)

1.1. Interessado: Hermeto Seelig de Souza (009.922.594-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9591/2023 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados os presentes autos da prestação de contas anuais, exercício de 2017, do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE/PI);

Considerando que, mediante o Acórdão 11452/2020 - TCU - 2ª Câmara, relator Ministro Raimundo Carreiro, o Tribunal havia sobrestado o julgamento das contas até a apreciação do TC 011.650/2020-6 (apensado ao 017.073/2020-0), acerca de representação em face de possíveis irregularidades relativas ao pagamento de horas extras a servidores do TRE/PI;

Considerando que a Corte, por meio do Acórdão 1165/2023 - TCU - Plenário, relator Ministro Antonio Anastasia, considerou cumprida a determinação então exarada àquela unidade prestadora de contas no bojo do processo sobrestante, sendo destacada a Resolução TRE/PI 446/2022, que aperfeiçoou o regime de serviço extraordinário no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí;

Considerando, portanto, o deslinde da matéria sobrestante, sem impacto nas contas do TRE/PI de 2017; e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (peças 40-42) e pelo Ministério Público (peça 43);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea “a”, do RI/TCU, em:

a) remover o sobrestamento do processo então deliberado no Acórdão 11452/2020 - TCU - 2ª Câmara;

b) julgar regulares, com fundamento nos arts. 1º, inc. I, 16, inc. I, 17 e 23, inc. I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inc I, 207 e 214, inc. I, do Regimento Interno do TCU, dando-lhes quitação plena, as contas de Adriana Barbosa de Araújo Silva (CPF 439.697.473-68), Edmar Holanda Luz (CPF 342.586.713-04), Edvaldo Pereira de Moura (CPF 155.838.053-15), Joaquim Dias de Santana Filho (CPF 007.614.943-91), Francisco Antônio Paes Landim Filho (CPF 065.483.263-34) e Sebastião Ribeiro Martins (CPF 098.898.093-20);

c) comunicar a prolação do presente Acórdão ao Tribunal Regional Eleitoral do Piauí; e

d) arquivar os autos nos termos do art. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-043.415/2018-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2017)

1.1. Responsáveis: Adriana Barbosa de Araujo Silva (439.697.473-68); Edmar Holanda Luz (342.586.713-04); Edvaldo Pereira de Moura (155.838.053-15); Francisco Antonio Paes Landim Filho (065.483.263-34); Joaquim Dias de Santana Filho (007.614.943-91); Paulo Ivan da Silva Santos (386.922.283-20); Raimundo Nonato Gonçalves Júnior (228.812.203-04); Sebastiao Ribeiro Martins (098.898.093-20).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernança).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9592/2023 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados os presentes autos de prestação de contas anuais, exercício de 2011, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

Considerando que, mediante despacho proferido à peça 20 em 2/10/2015 pelo então relator do feito, Ministro José Múcio, o julgamento das contas havia sido sobrestado até a apreciação dos TCs 007.481/2014-4; 018.337/2013-9; 030.518/2014-8; 023.792/2015-9; 007.527/2014-2; 020.029/2015-2; 034.365/2014-1; e TC 017.751/2015-2, os quais versam acerca de concessão de financiamentos locais e financiamento às exportações pelo BNDES;

Considerando o levantamento realizado pela Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos) sobre a situação de cada um daqueles processos sobrestados (peças 37-39);

Considerando que, nos termos do art. 206 do RI/TCU, não mais subsiste a dependência absoluta entre as contas ordinárias e eventuais processos de fiscalizações, representações, denúncias e contas especiais;

Considerando que o julgamento das presentes contas ordinárias atinente a qualquer responsável não obsta à aplicação de sanções e ao julgamento de eventuais tomadas de contas especiais e eventuais consequências jurídicas idênticas às das contas ordinárias;

Considerando que as propostas de ações de controle constantes da peça 17, pp. 18-20, devem ser levadas a efeito com base em critérios de risco, materialidade e relevância, nos termos dos arts. 15, caput, e 17, § 3º, da Resolução TCU 308/2019; e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela AudBancos (peças 40-41) e pelo Ministério Público (peça 42);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea “a”, do RI/TCU, em:

a) remover o sobrestamento do processo então deliberado no despacho à peça 20;

b) julgar regulares, com fundamento nos arts. 1º, inc. I, 16, inc. I, 17 e 23, inc. I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inc. I, 207 e 214, inc. I, do Regimento Interno do TCU, dando-lhes quitação plena, as contas de Miguel João Jorge Filho (024.842.858-68); Fernando Damata Pimentel (129.845.316-04); Alessandro Golombiewski Teixeira (656.147.550-04); Carlos Roberto Lupi (434.259.097-20); Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira (008.564.287-87); Paulo Bernardo Silva (112.538.191-49); Miriam Aparecida Belchior (056.024.938-16); Luiz Eduardo Melin De Carvalho E Silva (691.850.857-15); Pedro Luiz Carneiro De Mendonça (038.794.701-97); Artur Henrique Da Silva Santos (025.039.958-02); Roberto Átila Amaral Vieira (038.281.077-53); Orlando Pessuti (157.097.369-53); Márcio Holland De Brito (593.440.086-04); Reginaldo Braga Arcuri (197.796.666-72); Clayton Campanhola (002.079.058-94); Andre Luiz Barreto De Paiva Filho (563.915.520-53); Carlos Eduardo Esteves Lima (474.292.406-15); Francisco Moreira Da Cruz Filho (581.315.238-53); Eduardo Coutinho Guerra (1276.000.681-68); Paulo Fontoura Valle (311.652.571-49); Attilio Guaspari (610.204.868-72); Paulo Roberto Vales De Souza (259.780.047-49); João Paulo Dos Reis Velloso (019.687.267-72); Armando Mariante Carvalho Junior (178.232.937-49); Eduardo Rath Fingerl (373.178.147-68); Elvio Uma Gaspar (626.107.917-04); Mauricio Borges Lemos (165.644.566-20); Wagner Bittencourt De Oliveira (337.026.597-49); Luciano Galvão Coutinho (636.831.808-20); João Carlos Ferraz (230.790.376-34); Luiz Fernando Linck Dorneles (172.592.310-68); Julio Cesar Maciel Ramundo (003.592.857-32); Roberto Zurlí Machado (600.716.997-91); Aguinaldo Amancio Ferreira da Silva (507.216.747-04); Anderson Borges Araujo (012.407.637-86); Andrea Azevedo Simões (002.256.037-80); Carlos Frederico Rangel de Carvalho Silva (004.260.177-06); Danielle de Oliveira da Silva (083.425.187-60); Jose Carlos dos Santos Lagoa Junior (014.579.497-09); Leandro da Costa Silveira (037.513.617-74); Luiz Cesar Muzzi (705.292.647-49); Marcelo Porteiro Cardoso (981.765.797-34); Ruy Siqueira Gomes (028.179.047-70); Vânia Maria da Costa Borgerth (774.502.057-34);

c) cientificar a Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros acerca da existência de propostas de ação de controle inseridas à peça 17, pp. 18 - 20, devendo a unidade técnica avaliar, com fundamento em análise de risco, materialidade e relevância, a incorporação nas suas futuras ações de planejamento, com base em critérios de conveniência e oportunidade, nos termos dos arts. 15, caput, e 17, § 3º, da Resolução TCU 308/2019;

d) comunicar a prolação do presente Acórdão ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; e

e) arquivar os autos nos termos do art. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-046.731/2012-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Miguel João Jorge Filho (024.842.858-68); Fernando Damata Pimentel (129.845.316-04); Alessandro Golombiewski Teixeira (656.147.550-04); Carlos Roberto Lupi (434.259.097-20); Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira (008.564.287-87); Paulo Bernardo Silva (112.538.191-49); Miriam Aparecida Belchior (056.024.938-16); Luiz Eduardo Melin De Carvalho E Silva (691.850.857-15); Pedro Luiz Carneiro De Mendonça (038.794.701-97); Artur Henrique Da Silva Santos (025.039.958-02); Roberto Átila Amaral Vieira (038.281.077-53); Orlando Pessuti (157.097.369-53); Márcio Holland De Brito (593.440.086-04); Reginaldo Braga Arcuri (197.796.666-72); Clayton Campanhola (002.079.058-94); Andre Luiz Barreto De Paiva Filho (563.915.520-53); Carlos Eduardo Esteves Lima (474.292.406-15); Francisco Moreira Da Cruz Filho (581.315.238-53); Eduardo Coutinho Guerra (1276.000.681-68); Paulo Fontoura Valle (311.652.571-49); Attilio Guaspari (610.204.868-72); Paulo Roberto Vales De Souza (259.780.047-49); João Paulo Dos Reis Velloso (019.687.267-72); Armando Mariante Carvalho Junior (178.232.937-49); Eduardo Rath Fingerl (373.178.147-68); Elvio Uma Gaspar (626.107.917-04); Mauricio Borges Lemos (165.644.566-20); Wagner Bittencourt De Oliveira (337.026.597-49); Luciano Galvão Coutinho (636.831.808-20); João Carlos Ferraz (230.790.376-34); Luiz Fernando Linck Dorneles (172.592.310-68); Julio Cesar Maciel Ramundo (003.592.857-32); Roberto Zurli Machado (600.716.997-91); Aguinaldo Amancio Ferreira da Silva (507.216.747-04); Anderson Borges Araujo (012.407.637-86); Andrea Azevedo Simões (002.256.037-80); Carlos Frederico Rangel de Carvalho Silva (004.260.177-06); Danielle de Oliveira da Silva (083.425.187-60); Jose Carlos dos Santos Lagoa Junior (014.579.497-09); Leandro da Costa Silveira (037.513.617-74); Luiz Cesar Muzzi (705.292.647-49); Marcelo Porteiro Cardoso (981.765.797-34); Ruy Siqueira Gomes (028.179.047-70); Vânia Maria da Costa Borgerth (774.502.057-34).

1.2. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Bancos Públicos e Reguladores Financeiros (AudBancos).

1.6. Representação legal: Ana Paula Barbosa de Sa (140352/OAB-RJ), Andre de Castro Oliveira Pereira Braga (201971/OAB-RJ) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9593/2023 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos (peça 80) contra os itens 9.3, 9.4 e 9.6 do Acórdão 3.485/2023-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Augusto Nardes, por meio do qual o Tribunal considerou revel o recorrente e julgou irregulares suas contas, com débito e multa;

Considerando que o termo final para a interposição do recurso recaiu em 24/7/2023, ao passo em que a peça recursal fora apresentada, intempestivamente, em 9/8/2023;

Considerando que o apelo não se faz acompanhado de fatos/documentos novos;

Considerando que a análise da possível ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento do Tribunal já fora devidamente empreendida à luz da Resolução TCU 344/2022 no voto condutor do Acórdão recorrido, tendo o Colegiado concluído pela sua não ocorrência; e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (peças 82-84) e pelo Ministério Público (peça 87),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 143, IV, “b”, do Regimento Interno, em:

a) não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, nos termos dos arts. 33 da Lei 8.443/92 e 285, caput e § 2º, do RI/TCU; e

b) informar ao recorrente a prolação do presente Acórdão.

1. Processo TC-042.889/2021-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Neucinei de Souza Fernandes (258.544.022-20); Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos (120.399.342-00).

1.2. Recorrente: Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos (120.399.342-00).

1.3. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa em substituição ao Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes

1.7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.8. Representação legal: Wyller Hudson Pereira Melo (20387/OAB-PA), representando Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 9594/2023 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Regional (atual Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional), em desfavor do Município de São José/SC e de seu ex-Prefeito, Sr. Djalma Vando Berger, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por meio do Termo de Compromisso 411/2010 (Siafi n. 662180), firmado entre a aludida pasta ministerial e o referido ente federado, o qual teve por objeto o “restabelecimento da normalidade no cenário de desastre no Município de São José”.

Considerando que, por meio do Acórdão 2.285/2022 - Plenário, este Tribunal aprovou a Resolução/TCU 344/2022, cujo texto estabelece que as pretensões punitiva e ressarcitória nos processos de controle externo (exceto para atos de pessoal) prescrevem em cinco anos (art. 2º, prescrição principal) ou em três, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º, prescrição intercorrente), conforme o previsto na Lei 9.873/1999 (art. 1º), diploma que regula o prazo para o exercício da ação punitiva movida pela Administração Pública Federal;

Considerando que a instrução produzida pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE (peças 192 a 195) manifestou-se pela ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória perante o TCU, sendo proposto, ainda, o julgamento das contas em face do art. 12 da Resolução/TCU 344/2022;

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU, representado pelo Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico (peça 196), também constatou a ocorrência prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória perante o TCU e, com fulcro nos arts. 2º, 8º e 11 da Resolução/TCU 344/2022, sugeriu o arquivamento do processo;

Considerando que, no caso concreto, os termos iniciais para contagem do prazo da prescrição principal são diferentes para cada responsável, de tal forma que, para o Município de São José/SC, ocorreu em 13/11/2012 (peça 113 do TC 016.321/2012-0), quando terminou a fiscalização in loco na qual foi apontado o desvio de finalidade (Fiscalização 1160/2012), data que considero como a de conhecimento do fato (inciso IV do art. 4º da Resolução/TCU 344/2022), enquanto para o Sr. Djalma Vando Berger o termo inicial da contagem do prazo da prescrição principal deve ser a data de 12/2/2014 (peça 32, p. 4), quando foi apresentada a última prestação de contas ao então Ministério da Integração (inciso I do art. 4º da Resolução);

Considerando os principais eventos processuais interruptivos da prescrição apontados pela AudTCE, em relação ao ex-Prefeito, Sr. Djalma Vando Berger (item 32 da instrução, peça 192, p. 10), e atentando que o intervalo havido entre a data da apresentação da última prestação de contas, em 12/2/2014, e a data do Parecer Financeiro 119/2020/DTCE/CDTCE/CGPC/ SPO/SECEX/MDR (peça 137), de 30/6/2020, que foi o primeiro parecer que tratou do fato irregular (pagamentos em valores superiores) após o envio da prestação de contas, foi superior ao prazo quinquenal fixado pelo art. 2º, caput, da Resolução/TCU 344/2022, o que caracteriza a prescrição principal;

Considerando, no tocante ao Município de São José/SC, que, consoante o Acórdão 534/2023 - Plenário (rel. Min. Benjamin Zymler), o termo inicial da contagem da prescrição intercorrente ocorreu em 18/03/2015 (peça 121), data da Análise Técnica 1/2015-AK/DRR avaliando a execução física do objeto e apontando o desvio de finalidade, sendo o primeiro marco interruptivo da prescrição ordinária;

Considerando, ainda no tocante ao ente federado, os principais eventos processuais interruptivos da prescrição intercorrente apontados pela AudTCE (subitem 25.1 da instrução, peça 192, p. 8 e 9), e atentando que o intervalo havido entre a notificação enviada à Prefeitura Municipal de São José/SC sobre os resultados do Parecer Técnico 2015_231_PT_DRR_ACN, recebida em 25/5/2016 (peças 129 e 130), e a emissão do Parecer Financeiro 119/2020/DTCE/CDTCE/CGPC/ SPO/SECEX/MDR, de 30/6/2020 (peça 137), indicando as providências adotadas pela área técnica em relação ao desvio de finalidade e propondo a impugnação de valores, foi superior ao triênio previsto no art. 8º, caput, da Resolução/TCU 344/2022, restando caracterizada a prescrição intercorrente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 2º, 8º e 11 da Resolução/TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos presentes autos, ante o reconhecimento da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, tanto para o Município de São José/SC quanto para o seu ex-Prefeito, Sr. Djalma Vando Berger, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e aos responsáveis:

1. Processo TC-046.771/2020-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Djalma Vando Berger (436.678.729-68) e Município de São José/SC (82.892.274/0001-05).

1.2. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: João Gabriel Cardoso de Mello (OAB/SC 38.535), Alexandre Pereira Hubert (OAB/SC 59.688) e outros, representando Prefeitura Municipal de São José/SC.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ENCERRAMENTO

Às 10 horas e 55 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 29 de setembro de 2023.

AUGUSTO NARDES
na Presidência

(Publicado no DOU Edição nº 187 de 29/09/2023, Seção 1, p. 298)